

**O CAMPESINATO, A TEORIA DA  
ORGANIZAÇÃO E A QUESTÃO AGRÁRIA:  
APONTAMENTOS PARA UMA REFLEXÃO**



PAULO RIBEIRO DA CUNHA

**O CAMPESINATO, A TEORIA DA  
ORGANIZAÇÃO E A QUESTÃO AGRÁRIA:  
APONTAMENTOS PARA UMA REFLEXÃO**

1ª edição

São Paulo · Marília

Expressão Popular · Oficina Universitária

2012

Copyright © 2012, Editora Expressão Popular Ltda.

Revisão: *Leandra Yunis, Maria Elaine Andreoti e Victor Strazzeri*

Projeto gráfico, capa e diagramação: *Krits Estúdio*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C972c	Cunha, Paulo Ribeiro da O campesinato, a teoria da organização e a questão Agrária: apontamentos para uma reflexão. / Paulo Ribeiro da Cunha.—1.ed.—São Paulo : Expressão Popular ; Marília, SP: Oficina Universitária, 2012. 172p.  Indexado em GeoDados - <a href="http://www.geodados.uem.br">http://www.geodados.uem.br</a> ISBN 978-85-7743-197-7 DOI: <a href="https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7743-197-7">https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7743-197-7</a>  1. Campesinato. 2. Conflitos no campo. 3. Reforma agrária. I. Título.  CDD 303.6 307.7
-------	--

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada  
ou reproduzida sem a autorização da editora.

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR LTDA

Rua Abolição, 201 – Bela Vista

CEP 01319-010 São Paulo, SP

Fone: (11) 3105-9500 / 3522-7516 – Fax: (11) 3112-0941

[livraria@expressaopopular.com.br](mailto:livraria@expressaopopular.com.br)

[www.expressaopopular.com.br](http://www.expressaopopular.com.br)

OFICINA UNIVERSITÁRIA

Av. Higyno Muzzi Filho, 737

Campus Universitário

CEP. 17.525-900 Marília - SP

(14) 34021340

# Sumário

APRESENTAÇÃO.....	9
INTRODUÇÃO.....	13
PARTE I:	
O CAMPESINATO NA TEORIA DA ORGANIZAÇÃO	
A TEORIA DE PARTIDO E O CAMPESINATO EM MARX E ENGELS .....	19
LENIN E O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO CAMPO-CIDADE .....	31
UMA REAVALIAÇÃO CONTEMPORÂNEA EM GRAMSCI.....	41
MAO TSE-TUNG, O CAMPESINATO E O EXÉRCITO NA AÇÃO REVOLUCIONÁRIA .....	65
BIBLIOGRAFIA .....	79
PARTE II:	
AGRARISMO E FEUDALISMO NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO	
OCTÁVIO BRANDÃO, O AGRARISMO E O INDUSTRIALISMO: PIONEIRISMO DE UMA REFLEXÃO .....	85
NA CONTRACORRENTE DA HISTÓRIA: A ORIGINALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA NA LEITURA DE LEÔNICIO BASBAUM .....	105
UMA POLÊMICA INCONCLUSA: FEUDALISMO EM NELSON WERNECK SODRÉ .....	131
QUESTÃO AGRÁRIA E LUTA CAMPONESA EM FORMOSO E TROMBAS.....	147
BIBLIOGRAFIA .....	167



Pelos muitos diálogos que contribuíram para minha formação, dedico este livro ao mestre e amigo José Paulo Netto; aos membros do Grupo de Estudos Cultura e Política do Mundo do Trabalho da FFC/Unesp; a Livia e Luiz Cláudio, mana querida e amigo dileto, que valem pelo estímulo, apoio e pela cumplicidade de sempre; a Felipe, George, Luana, Tiça e Veri, solidários com carinho; e Gonçalo, Maíra e Meire, amores presentes em tudo e algo mais.



# Apresentação

Fábio Franzini<sup>1</sup>

Uma velha lição apresentada pelo crítico literário Antonio Candido ensina que “o que caracteriza a maioria dos prefácios é a falta de necessidade”. Afinal, “ou o prefaciador resume o livro, ou produz um ensaio marginal a partir dele. Em ambos os casos, pouco pode fazer pelo texto, que vale ou não por si mesmo”.<sup>2</sup> Como estou de completo acordo com tais afirmações, vou arriscar nestas páginas uma saída que tenta ser nem resumo, nem ensaio, mas indicação e comentário de alguns dos muitos pontos luminosos oferecidos por Paulo Ribeiro da Cunha nesta sua coletânea de textos – modestamente chamados por ele de “apontamentos” – que agora vem a público.

De saída, cabe notar que o título do livro revela-se muito mais que um nome: trata-se da sua espinha dorsal, verdadeiro eixo articulador das partes e dos capítulos que o compõem. Das inquietações de Marx e Engels, na Inglaterra do século 19, à luta camponesa em terras goianas no miolo do século 20, o que se apresenta é um rico e complexo painel a respeito da reflexão e da ação revolucionárias que tomaram, em momentos diferentes e de diferentes maneiras, o campo como objeto e o campesinato como sujeito. Pode parecer simples, mas não é: em primeiro lugar, pela densidade inerente a cada uma das interpretações que Paulo Cunha escolheu analisar; depois, pelos pontos de contato e de afastamento que ele estabelece entre tais interpretações, às vezes de forma explícita, outras de forma velada; finalmente, e mais importante,

---

<sup>1</sup> Professor do curso de História da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, *campus* Guarulhos.

<sup>2</sup> CANDIDO, A. Prefácio. In: MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 71. O texto original, publicado no livro *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, de Miceli, é de 1979.

pela postura deliberada em fazer desse diálogo com alguns autores fundamentais no terreno do marxismo um diálogo *verdadeiro*, isto é, não a mera repetição do que eles escreveram, e sim o questionamento crítico de seus escritos. É assim que o conjunto dos artigos, independentes em sua origem, ganham organicidade e força nessa reunião que nada tem de casual, portanto.

A organização do livro só reforça isso. À primeira vista, pode parecer que as duas partes que o compõem são duas versões, a “internacional” e a “nacional”, de um mesmo tema. Nada mais enganoso. Embora cada uma possa ser lida de maneira autônoma sem problemas (o que, de certa forma, vale também para os capítulos), é fácil perceber que existe uma dinâmica entre elas, a qual reflete a própria dinâmica das transformações do pensamento marxista no século 20, ao menos no que diz respeito à questão agrária. Paulo Cunha insere Octavio Brandão, Leôncio Basbaum e Nelson Werneck Sodré na mesma tradição de Lenin, Gramsci e Mao Tse-tung, demonstrando como todos eles, comprometidos de corpo e alma com o materialismo histórico-dialético, empenharam-se em analisar a realidade e em agir *na* realidade para encontrar respostas aos problemas mais urgentes de suas sociedades e, assim, transformá-las a fundo. Dessa forma, mostra ainda como também no Brasil da primeira metade do século 20 floresceu um pensamento marxista que, se teve seus problemas e equívocos (e Paulo Cunha não teme discuti-los), nem por isso deixou de ser vigoroso e, sobretudo, importantíssimo no contexto dos debates em que procurou intervir.

Tomadas em separado, cada uma das partes oferece seu eixo particular. No caso da primeira, “O campesinato na teoria da organização”, ele se identifica com algo que talvez possa ser chamado, de modo um tanto simplista, de *descoberta*: a descoberta do *potencial revolucionário do campesinato* por alguns dos mais destacados revolucionários marxistas do século passado. Essa descoberta, é bom que se enfatize, nada teve de natural, como mostra Paulo Cunha: ao falar de Lenin, por exemplo (capítulo 2), ele diz que coube ao grande líder bolchevique “procurar entender o contexto histórico

das massas camponesas no quadro específico em que foi feita a Revolução Russa e analisá-las em uma concepção marxista”. Ou seja, mais do que qualquer intuição ou “iluminação”, foi a força da história que se impôs, a força da história feita pelos homens em suas relações consigo mesmos e com a natureza. Não por acaso, dela nasceria também, não sem dores, a consciência de que a organização revolucionária do campesinato era tão necessária quanto desafiadora, algo pouco presente nas reflexões originais de Marx e Engels, como mostra o capítulo 1. Aliás, me corrijo: *era*, não; *é* tão necessária quanto desafiadora, continua a sê-lo neste século 21, uma vez que a questão agrária continua viva e candente pelo mundo, como nós, brasileiros, tão bem sabemos, e Paulo Cunha não deixa de notar.

O fio condutor da segunda parte, “Agrarismo no pensamento social brasileiro”, por sua vez, está na *recorrência*: a recorrência do debate a respeito da *presença do feudalismo na formação histórica brasileira*. Mesmo produzindo interpretações substancialmente diferentes entre si, Octavio Brandão, Leôncio Basbaum e Nelson Werneck Sodré passaram pelo tema, decerto não por mera coincidência: intelectuais e militantes forjados na primeira metade do século passado, quando o Brasil rural ainda predominava sobre o Brasil urbano-industrial, eles tinham uma percepção muito mais sensível ao problema do campo que a de boa parte dos intelectuais e militantes de hoje, talvez a maioria. Para eles, compreender o país para transformá-lo implicava, necessariamente, considerar as permanências, as rupturas, as reformulações ocorridas nas relações e nos modos de produção que aqui tomaram forma ao longo do tempo – implicava, enfim, considerar a dinâmica entre o “velho” e o “novo”, algo que, no mundo rural, parecia pender mais para o lado do primeiro termo. Se *hoje* tal discussão é tida como superada e não raro vista como piada nos meios acadêmicos (sendo que Nelson Werneck Sodré, em especial, pagou um alto preço por bancá-la), esses capítulos deixam evidente a sua pertinência para a reflexão e a ação marxistas em um momento em que a nação passava por mudanças tão sensíveis quanto profundas rumo à

modernização capitalista. E, como tal modernização ainda não se completou, eles nos obrigam também a pensar até que ponto essa discussão foi superada por completo.

Ainda com relação a essa segunda parte, há que se observar que seu último capítulo escapa ao tema acima apontado, como se pode perceber já pelo seu título. Nem por isso, porém, se mostra fora de lugar ou sem sentido, muito ao contrário: não poderia haver melhor fechamento para um livro como este. Ao analisar os sucessos e fracassos da luta camponesa em Formoso e Trombas, Paulo Cunha mais uma vez nos explicita, agora com um exemplo concreto, como os homens são sujeitos de sua história, isto é, como nós podemos transformar o mundo que nos cerca, como apontaram Marx e Engels quase dois séculos atrás.

Nesse sentido, a ação e a reflexão de homens e mulheres como Dirce Machado, Antônio Granja, Bartolomeu Gomes da Silva, Geraldo Marques, Geraldo Tibúrcio, José Sobrinho, José Porfírio, José Ribeiro, Sebastião Gabriel Bailão, entre muitos outros que fizeram com que se encontrassem no norte goiano anseios, desejos e temores de Lenin, Gramsci, Mao, Brandão, Basbaum, Sodré e tantos outros intérpretes-militantes dedicados à questão agrária, bem como muitos dos anseios, desejos e temores daqueles que, ontem ou hoje, sonham com o seu pedaço de terra e um mundo mais justo. Diante de tal quadro, seria também muito fácil dizer que deveríamos aproveitar as “lições” dos acontecimentos de Formoso e Trombas; não podemos nos esquecer, entretanto, de que a história não dá lições, nem que, quando ela se “repete”, é sempre como farsa, para citar o próprio Marx. Melhor é *pensar* sobre eles para *atuar* na realidade em que vivemos, a qual, seja onde for, nunca acontece longe demais.

Evidentemente, inúmeros outros aspectos deste livro ainda poderiam ser destacados, mas deixo agora ao leitor a agradável tarefa de descobri-los nas páginas que se seguem. Falta fazer apenas uma última observação, retomando a citação de Antonio Candido apresentada logo no início: espero ter deixado claro que o livro em suas mãos vale, e bastante, por si mesmo.

## Introdução

No presente livro, propomos o resgate de uma abordagem e um diálogo crítico que não é de todo original, mas tem por objetivo apontar alguns elementos sobre a teoria da organização que possibilitaram (ou não) a superação de vários *nós górdios*<sup>1</sup> sobre a temática; e, com ele, apreender a inserção do campesinato, particularmente em face de sua complexidade no contexto histórico. Mas não somente. Esses apontamentos – em larga medida introdutórios – têm por objetivo o resgate e a interlocução desse enfoque com o debate político e teórico dos clássicos marxistas, tendo entre eles autores brasileiros, bem como sua práxis. Muitos deles, intelectuais identificados a uma interpretação sobre a realidade brasileira que expressaria uma leitura quase osmótica das teses da Terceira Internacional – IC (relacionadas e criticadas por setores acadêmicos e políticos), ao preço, de suas contribuições teóricas terem sido, inclusive, relegadas a um segundo plano ou simplesmente ignoradas pelos contemporâneos, embora nos últimos tempos haja uma reavaliação em curso de suas obras. Qualquer que tenha sido essa influência em suas trajetórias, não obstante, podemos perceber ousadia de enfoque e originalidade em muitos desses trabalhos, até porque se inserem no desafio de uma tradição marxista que nem sempre se espelhou em Marx, particularmente em razão de dois pressupostos: a teoria e a intervenção política.

Contemporaneamente, o desafio que se apresenta é igualmente enorme. Com efeito, dentre os pensadores marxistas que incorporam essa reflexão, fica evidente que o referencial teórico proposto tem como eixo as particularidades do campo social

---

<sup>1</sup> Essa expressão refere-se a um antigo oráculo persa situado no Templo de Górdio, em que aquele que conseguisse desatar o intrincado nó do carro conservado em seu interior dominaria a Ásia. Alexandre, o Grande, cortou o nó com a espada, cumprindo ou iludindo o vaticínio. Utiliza-se a metáfora como analogia aos desafios teóricos do presente.

envolvente. Por essa razão, se a proposta deste livro visa apontar subsídios para a superação de algumas *verdades históricas*, objetiva também – no que toca à totalidade e suas particularidades em seu eixo de análise na virada do século 21 – verificar a possibilidade de serem incorporadas nesse debate e na agenda política nacional no quesito reforma agrária e campesinato.

Porém, o caráter da obra de Marx (e sua tradição) apresenta muitas dificuldades; seja pelas variações decorrentes de sua concepção teórica, seja pela maneira como essas vicissitudes refletiram ou nortearam o debate brasileiro. É importante ressaltar alguns aspectos principais nessa concepção, ou seja, o objeto de Marx é a história, sobretudo a história da sociedade burguesa e em particular a sua crítica, que está presente em toda sua obra. Como bem chama atenção José Paulo Netto<sup>2</sup>, ela objetiva o conhecimento que possibilitaria instrumentalizar todos os seus sucessores no sentido de superá-la em uma teoria social que propusesse resgatar o movimento do ser social; e, nessa linha de análise, seu término ocorreria somente com o fim da ordem burguesa.

Todavia, há outros aspectos. A abordagem marxista igualmente nos proporciona uma reflexão diferenciada dos paradigmas teóricos contemporâneos, especialmente quanto ao materialismo histórico, já que tem por princípio maior a inserção e a interferência sobre o fato social. Esse pressuposto, ressalta Netto<sup>3</sup>, não ocorre somente no nível das ideias, mas principalmente no delineamento de estratégias de intervenção social, como reflexo e subsídios das lutas operárias e camponesas dos séculos 19 e 20 até os nossos dias. Propunha (e propõe) uma compreensão nova da sociedade; uma nova concepção teórica que objetiva mediar a ação e a inteligência.

Nesse sentido, as características básicas e norteadoras do pensamento de Marx – a práxis, bem como as demais decorrentes da análise histórica, a totalidade, a negatividade e a

---

<sup>2</sup> Refiro-me a esses apontamentos desenvolvidos no curso de pós-graduação “O método em Marx”, na PUC/SP em 1992, que muito contribuiu para a elaboração dessa reflexão, bem como alguns destes ensaios.

<sup>3</sup> O método em Marx, PUC/SP em 1992.

mediação – se apresentam, no desafio histórico proposto, tendo por resultado e objetivo delinear elementos de uma teoria objetivada. Em outras palavras, a própria concepção de história é compreendida a partir de sua dinâmica, bem como de sua essência. Como diria Marx, “Não é a consciência que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”.<sup>4</sup> Ou seja, são os homens que fazem a história, e são eles os autores de sua história; mas a partir de condições históricas cujo critério determinante está no desenvolvimento das forças produtivas.

Ao final, um dado a mais chama atenção: todos os intelectuais que fazem parte dessa interlocução foram teóricos, mas também militantes, por isso estruturamos este livro em duas partes. A primeira refere-se a quatro ensaios sobre a teoria da organização e o campesinato em um diálogo com clássicos marxistas, tendo como centralidade textos selecionados de Marx, Engels, Lenin, Gramsci e Mao Tse-tung. Procuo, particularmente, nesse diálogo, que não se apresenta isolado de uma reflexão com outros interlocutores contemporâneos, situar o campesinato e o desafio de sua apreensão no processo histórico. No conjunto, salvo um dos ensaios, o último (uma versão foi publicada na *Revista Antítese*), os demais são originais e se apresentam à reflexão em face do desafio dessa problemática na virada do século 21, especialmente face ao caráter inconcluso da questão agrária.

A segunda parte enfoca o pensamento social brasileiro e versa sobre autores marxistas que dialogaram com a temática agrária. Há nela um ensaio sobre feudalismo em Nelson Werneck Sodré (um tanto embrionário, mas recolocando algumas questões), que foi inicialmente publicado em dois artigos no jornal *A Nova Democracia*, sendo revisto para esta edição; outro, ainda inédito, sobre um livro de 1934 de Leôncio Basbaum, *A caminho da revolução operário-camponesa*, que objetiva o resgate (quase osmótico) e a

---

<sup>4</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Prefácio a *Crítica da economia política*. São Paulo: Ed. Sociais, 1977, p. 301. (Textos).

apresentação ao leitor de uma pouco conhecida e muito original reflexão sobre a questão agrária no processo revolucionário nos anos 1930; já o terceiro trata-se da reedição de um texto publicado originalmente na *Revista Novos Rumos*, sobre o clássico de Octávio Brandão *Agrarismo e industrialismo*. Ao final, incorpora-se ao conjunto a reedição de um ensaio no qual apresento ao leitor aspectos introdutórios da luta dos posseiros de Formoso e Trombas – o mais longo e organizado movimento camponês da história do Brasil – e a intervenção nesse processo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), publicado originalmente na *Revista do AEL/Unicamp*. Recentemente, a versão – dissertação de mestrado – foi revista e editada em livro. Há, inclusive, um debate em curso sobre esse movimento camponês, e uma retomada de trabalhos e pesquisas com teses e dissertações – a maioria, se não todas, citadas na bibliografia. Vale ainda registrar que todos esses ensaios sofreram revisões, alguns deles seguidos de atualização bibliográfica, mas são fundamentalmente os mesmos originais publicados, sem alterações quanto ao conteúdo e à forma.

Gostaria de registrar meus agradecimentos (sempre com o risco de imperdoáveis omissões) inicialmente à Editora Expressão Popular, bem como a Mariângela Fujita, Diretora da FFC, que tornaram possível esta edição. Agradeço também aos amigos da Oficina Universitária presentes no apoio a esta coedição, em especial a Antonio Carlos Mazzeo; e aos funcionários da Unesp de Marília – particularmente a Edevaldo e Rosângela – sem os quais nosso trabalho não seria possível. Gostaria ainda que ficasse registrado o meu reconhecimento a Vera Chaia e Elide Rugai Bastos, orientadoras que, em fases diferenciadas, contribuíram para esse resultado entre outros na minha trajetória acadêmica.

**PARTE I:**

**O CAMPESINATO NA TEORIA  
DA ORGANIZAÇÃO**



## A teoria de partido e o campesinato em Marx e Engels

O debate sobre uma teoria de partido em Marx e Engels é polêmico, especialmente quanto às muitas lacunas em suas elaboração (e reflexão); mas, principalmente, por ambos terem legado ao proletariado a tarefa de realizar a revolução mundial. Engels – ao longo de vários trabalhos escritos conjuntamente com Marx (e também em algumas cartas) – sempre apontava sobre a necessidade de o proletariado se organizar em um partido político independente e distinto dos demais partidos burgueses, principalmente em países onde estes não tenham concluído seu processo de formação de classe. Mesmo depois dos acontecimentos da Comuna de Paris, reafirmou a necessidade de seu amadurecimento político no processo revolucionário, já que, no final do século 19,

As massas devem ter tempo e oportunidade de se desenvolver, e essa oportunidade elas terão no momento em que possuírem um movimento próprio, em que serão impulsionadas pelos próprios erros, tornando-se sábias às suas próprias custas.<sup>1</sup>

Nesses apontamentos há uma preocupação constante com a independência do proletariado e do seu partido frente à burguesia; polêmica que teve início ainda na edição do *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, a primeira obra dos autores na *Liga dos Comunistas* que teve como eixo um programa de intervenção partidária. Nela está escrito que,

(...) o proletariado procura organizar-se em partido próprio, isto é, como classe para si, porque tende necessariamente à luta pelo poder, embora partindo, como quase sempre acontece, da defesa de seus interesses materiais e morais mais imediatos.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> MARX, Karl *et al.* *A questão do partido*. São Paulo: Ed. Kairos, 1978, p. 27.

<sup>2</sup> MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Ed. Sociais, 1975, p. 28. (Textos, v. III).

Para Marx, a única classe revolucionária, e a que tem a capacidade de superar as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, é o proletariado. Contudo alguns impasses teóricos e políticos podem ser apontados no *Manifesto do Partido Comunista*, seja no quesito de que sua emancipação deve ser obra dos próprios trabalhadores; seja na avaliação da sua real capacidade de resolver a contradição do modo de produção capitalista.

Vale dizer que, em todo período da liderança de Marx na Primeira Internacional, o processo emancipatório proposto não ocorreria dessa forma; e o próprio *Manifesto do Partido Comunista* não foi escrito por trabalhadores, mas, em grande medida, por intelectuais burgueses.<sup>3</sup> Ainda que esta seja uma leitura controversa, ao mesmo tempo percebe-se que ocorre nessa fase um amadurecimento dos autores sobre a concepção revolucionária do proletariado, principalmente sobre o lugar que ocupa nas relações de produção (em que é obrigado à prática de lutas de grande envergadura). E Marx chamou atenção para sua homogeneização como classe, particularmente em decorrência do rebaixamento de salários e, conseqüentemente, do agravamento de sua situação. No entanto, fez uma ressalva: “Que não esqueçam: eles estão combatendo os efeitos, e não as causas (...).”<sup>4</sup>

Nesse livro clássico, outro ponto levantado é o fato de o proletariado ser também a classe que põe em funcionamento as modernas estruturas de produção e as forças produtivas. Como decorrência desse processo e desse conflito é que se forma a consciência de classe, sua identidade, e visualiza-se a do adversário. Ainda assim, para Marx e Engels, o resultado positivo desse processo de lutas não são os eventuais ganhos imediatos ou em médio prazo, e sim a luta conjunta, que, em última instância, possibilita que os trabalhadores venham a ter uma união crescente.

Nos sucessivos prefácios às várias edições do *Manifesto do Partido Comunista* de 1848 (o de 1872 principalmente), verificou-se

<sup>3</sup> GARCIA, Fernando Coutinho. *Partidos políticos e teoria da organização*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979, p. 74.

<sup>4</sup> MARX, Karl *et al.*, *op. cit.*, p. 20.

uma reavaliação das tarefas imediatas de condução ao socialismo, sugeridas no momento de sua primeira edição, particularmente devido às transformações da grande indústria capitalista. Por causa das alterações estruturais decorrentes do movimento operário e socialista (e o seu conseqüente processo de amadurecimento político), mais uma vez é ressaltada a necessidade de sua organização em partido político, e que seja efetivamente um partido revolucionário, capaz de dar nova dimensão ao processo histórico. H. Weber dirá:

A consciência de si própria e dos adversários, adquirida pela classe operária, reforça-se. Integra elementos de conhecimento das diversas instâncias e níveis de sociedade como um todo: conhecimento das diversas instituições estatais e do comportamento de outras classes e frações de classe. A consciência operária torna-se consciência política de classe.<sup>5</sup>

O processo histórico apontado no *Manifesto do Partido Comunista* coloca bem essas questões, que se refletem no operariado, especialmente devido a sua capacidade de luta, ocorrendo inevitavelmente a necessidade de sua organização; embora também sinalize para a necessidade de superar o *status quo* que tende a tornar uma luta histórica em luta revolucionária, já que o processo fornece à classe operária sua consciência de classe. O resultado dessa equação é que, quanto maior o avanço da consciência, maior a necessidade de organização. A partir desse desenvolvimento é que se possibilita, para Marx, a criação de um programa político e de um partido revolucionário com objetivo de conquistar o poder. Delineia-se ainda o princípio de que a organização dos trabalhadores deve ser obra de todos os trabalhadores, sendo mais uma vez apontada a diferenciação do que distingue os comunistas, já que estes possuem:

(...) sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão clara das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário... Praticamente são a fração mais resoluta do partido operário de todos os países, a fração que arrasta as outras.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> WEBER, H. *Marxismo e consciência de classe*. Lisboa: Moraes Editores, 1977, p. 40.

<sup>6</sup> MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*, op. cit., p. 31.

Na “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas”, em 1850,<sup>7</sup> Marx reforçaria sua preocupação com a independência do proletariado, especialmente em um momento em que se apresentava a necessidade de participação ou boicote ao processo eleitoral. Segundo ele, a participação era apontada como uma tática válida a ser considerada, partindo de uma avaliação do quadro político vigente e da situação da luta de classes, uma vez que seria impossível uma forma de ação homogênea e linear. Quanto ao desenvolvimento do Partido Operário, pontua o autor algumas rupturas demonstradas em uma carta a Ferdinand Freiligrath em 29 de fevereiro de 1860:

Estou firmemente convencido de que meus trabalhos teóricos são muito mais úteis à classe operária do que minha entrada em associações que já deram o que tinham que dar no continente. Por isso tenho sido atacado, se não abertamente, pelo menos de maneira compreensível, em virtude da minha “inatividade”.<sup>8</sup>

O debate também não é linear, sofrendo as vicissitudes do seu tempo histórico. Nessa linha de análise, temos em 1877 “Cartas a Sorge”,<sup>9</sup> redigidas pouco antes de sua morte, quando Engels faria críticas ferozes aos partidos operários, especialmente aos seus dirigentes. Segundo ele, apesar de cultos, estavam imbuídos de um espírito malsão, sobretudo por quererem substituir a base materialista por uma forma ideal, corporificada na mitologia moderna de justiça, liberdade, igualdade e fraternidade. Noutra carta a Johann P. Becker, de 1º de abril de 1880, Engels escreveria:

Na minha opinião o velho partido, com toda a sua organização precedente, está no fim. Se o movimento europeu retomar, como se espera, a sua boa marcha em breve, então a grande massa do proletariado alemão juntar-se-á a ele (...).<sup>10</sup>

Pouco tempo depois, não deixaria de expressar mais uma vez sua constante preocupação com a independência do movimento operário frente aos partidos de esquerda; e, particularmente, do

<sup>7</sup> MARX, Karl *et al.* *A questão do partido*, *op. cit.*, p. 21 e ss.

<sup>8</sup> WEBER, H. *Marxismo e consciência de classe*, *op. cit.*, p. 49

<sup>9</sup> MARX *et al.*, *op. cit.*; p. 25 e ss.

<sup>10</sup> WEBER, *op. cit.*, p. 50

Partido Operário, em um contexto no qual visualizava a validade (tática) de maior participação em eleições e no jogo constitucional, até porque, ressaltava o autor, na luta política de uma classe contra a outra, a organização é a arma mais importante.

No período que antecede sua morte, tudo indica que Engels já questionava a viabilidade de utilização das estratégias advogadas ao longo do século 19, apontando à necessidade de participação, já que o momento político assim o exigia. A rigor, sinalizava para uma reavaliação estratégica que partia do pressuposto de que aquele estágio do capitalismo industrial, a transformação das cidades e o militarismo tornavam improvável a revolução via barricadas. Esses apontamentos são questionáveis, já que foram apresentados na “Introdução” à obra *As lutas de classes na França de 1848-1850*,<sup>11</sup> texto igualmente polêmico (devido às desfigurações) publicado em 1895. Nele, Engels fez menção à inteligência dos operários alemães ao se valerem do sufrágio universal, que resultou, na virada do século, em um espantoso crescimento do partido, sugerindo as estratégias de utilização da máquina estatal burguesa (ao contrário do sugerido por Marx) como táticas coerentes para o avanço do proletariado. Seguramente, a polêmica em questão é igualmente contemporânea.

Quanto ao papel do campesinato no processo revolucionário, o eixo condutor em Marx e Engels passa em sua extensão pelo papel dirigente e libertador do proletariado. Isso será objeto de análise ao longo de vários de seus textos, especialmente pelo fato de ele – o campesinato – ser apontado como uma classe conservadora e, frequentemente, contrarrevolucionária. Por esse aspecto, percebe-se uma análise que é constantemente factual, inserida no contexto histórico da época, mas também sujeita à reavaliação, sem ser objeto de grandes preocupações dos autores.

É no *Manifesto do Partido Comunista* que aparecem as primeiras e tímidas impressões sobre o campesinato, sendo apresentadas

---

<sup>11</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Ed. Sociais, 1975, p. 93 e ss. (Textos, v. III).

algumas estratégias de intervenção no campo. Marx e Engels sinalizam nesse texto que os camponeses (juntamente com pequenos comerciantes, artesãos) são originários da pequena classe média anterior ao ascenso da burguesia como classe economicamente dominante, sendo parte constituinte do proletariado. Os autores, no entanto, são categóricos ao afirmarem que o verdadeiro agente revolucionário é o proletariado originário do processo produtivo moderno.<sup>12</sup>

Provavelmente, este é o ponto nevrálgico a partir do qual decorrem as críticas ao caráter individualista e proprietário do campesinato – ou seja, o apego à propriedade privada –, que norteará as futuras reflexões de várias correntes marxistas. O programa mínimo de ação a ser implementado no campo – ainda no diálogo com os autores –, no momento em que o proletariado enquanto classe dominante conquistar o poder de Estado, é romper o poder de propriedade existente, sendo esta uma medida de confronto com o caráter de classe do campesinato. Segundo esse programa, as medidas devem ser:

- Expropriação da propriedade latifundiária e emprego da renda da terra em proveito do Estado;
- Multiplicação das fábricas e dos instrumentos de produção pertencentes ao Estado;
- Arroteamento das terras incultas e melhoramento das terras cultivadas, segundo um plano geral;
- Trabalho obrigatório para todos, organização de exércitos industriais, particularmente para a agricultura;
- Combinação do trabalho agrícola e industrial, medidas tendentes a fazer desaparecer gradualmente a distinção entre a cidade e o campo.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Os autores chamam atenção ao fato de que a classe média, remanescente da luta entre proletariado e burguesia, originária da sociedade primitiva, é formada por essas categorias sociais que formaram o proletariado e combatem a burguesia, especialmente os camponeses. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*, op. cit., p. 29.

<sup>13</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*, op. cit., p. 37.

Bem pouco tempo depois desses apontamentos, Marx publicaria, em 1853, *O 18 brumário de Luís Bonaparte*,<sup>14</sup> analisando o processo histórico que viabilizou o retorno da monarquia imperial na França. Temos nesse texto uma primeira análise consistente do campesinato como classe social.

O campesinato francês (especialmente os pequenos camponeses) era a classe mais numerosa e tinha por representante o próprio Luís Bonaparte. Habilmente, associando-se à mítica identidade do tio Napoleão Bonaparte, Luís ganhou a eleição à presidência da República francesa e, não muito depois, restaurou a monarquia através de um golpe de Estado.

Para Marx, o campesinato francês tinha por característica singular o fato de ser homogêneo quanto às condições de existência: pequeno proprietário, de produção familiar autossuficiente, isolado do contexto nacional, mas sem relações multiformes entre si. Seu modo de produção o isolava, em vez de criar um intercâmbio mútuo. Por essa razão, pontuou que não era possível a existência de um caráter de classe nesse campesinato, já que sua liderança passava ao largo de qualquer possibilidade de organização política, tendo sua expressão e legitimação maior em um líder carismático. Marx também reafirma o caráter conservador desse campesinato, diferente do caráter revolucionário daquele que se aglutinou em torno de Napoleão Bonaparte para derrotar a velha ordem feudal, sendo, inclusive, naquele período, um aliado da burguesia.

De qualquer forma, o camponês, na condição de pequeno proprietário, está, segundo Marx, com seus dias contados, devido ao seu *modus vivendi* e sua reprodução social serem incompatíveis com a ordem capitalista vigente.

Uma reavaliação crítica desse debate é posteriormente feita no “Prefácio” de *As guerras camponesas na Alemanha*.<sup>15</sup> Engels procurou analisar nessa obra o processo causal das guerras camponesas,

---

<sup>14</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Ed. Sociais, 1975, p. 199 e ss. (Textos, v. III).

<sup>15</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: *As guerras camponesas na Alemanha*. São Paulo: Ed. Sociais, 1975, p. 136. (Textos, v. I).

percebendo que a origem desses movimentos rurais é decorrente do grau de desenvolvimento econômico de seus países. Ele também procurou demonstrar como se deu a transformação das propriedades feudais em latifúndios burgueses e as consequentes lutas e revoltas camponesas ocorridas na segunda metade do século 19, bem como a capacidade de intervenção do proletariado junto ao campesinato. Esse amadurecimento do proletariado industrial alemão à época pode ser traduzido politicamente pela utilização do sufrágio universal, face à condição de ser o último proletariado a se constituir como classe na Europa, mas também o único a enviar representantes ao Parlamento.

Segundo Engels, o processo que despertou no proletariado um grau de consciência superior ao das demais classes foi a difusão e o fortalecimento do partido e dos sindicatos, especialmente no campo, onde, com relação ao trabalho organizativo, em suas palavras, “resta muitíssimo a fazer”. Ainda assim, por não constituir a maioria do povo alemão, o proletariado deveria buscar taticamente uma composição entre aliados (que seriam o lumpemproletariado, os pequenos camponeses e os operários agrícolas).

Engels dividiu os pequenos camponeses em duas categorias: os feudais e os arrendatários. No caso dos primeiros, afirma o autor, não seria difícil convencê-los de que somente das mãos da classe operária poderiam esperar a libertação, já que a própria burguesia não os livrou da servidão. Em relação aos arrendatários, a estratégia passaria por um processo diferenciado, sendo reconhecida a força desse campesinato, especialmente devido a sua semelhança com o operariado industrial das cidades e ao fato de eles estarem submetidos a pesadas formas de arrendamento. Engels ainda indica uma política de superação dessa condição: tal processo de exploração terá término quando um governo dirigido pelo povo converter todas as dívidas hipotecárias numa dívida única ao Estado e rebaixar a taxa de juros.<sup>16</sup> O operariado agrícola, na sua análise, é o grupo mais numeroso e o aliado

---

<sup>16</sup> MARX; ENGELS, *op. cit.*, p. 130.

natural do proletariado industrial. O quadro fundiário na Alemanha, na época, era formado em sua maioria por médias e grandes propriedades, e, por essa razão, a estratégia mais acertada seria a constituição destas em propriedade social, na forma de cooperativas de operários agrícolas, e sua posterior incorporação como propriedade nacional.

Em *O problema camponês na França e na Alemanha* (de 1894),<sup>17</sup> ensaio publicado no final de sua vida, verificamos um aprofundamento teórico dessas questões. Retomando-as com especial vigor, reafirma Engels que, no processo histórico de desenvolvimento e consolidação do capitalismo, o campesinato desapareceria paulatinamente (ou abruptamente, em alguns casos) em razão de sua condição de vida; embora admita que este não tenha se tornado um agente político interveniente ou força de reserva contrarrevolucionária como até então se advogava. Lamenta ainda que as tentativas de integrar o campesinato às estratégias políticas mais amplas raramente foram bem-sucedidas.

Todavia, naquele momento histórico – em que a perspectiva na virada do século 19 para o século 20 era de que os partidos socialistas em diversos países da Europa chegariam ao poder pela via institucional –, Engels colocava ainda que o desafio em questão seria incorporar o campesinato à ação política de superação do capitalismo sob a hegemonia do proletariado. Nesse momento, percebe-se a necessidade de aprofundar o conhecimento real sobre suas diversas categorias, com o objetivo de preencher uma lacuna teórica que possibilitaria o desenvolvimento de uma práxis revolucionária. E, dentro da complexidade da questão, das diversidades regionais e, conseqüentemente, dos diferentes tipos de campesinato, o autor procurou apreender em qual segmento o partido (à época, na Alemanha, o Social-Democrata) deveria intervir prioritariamente.

---

<sup>17</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O problema camponês na França e na Alemanha*, op. cit., p. 135.

Inicialmente, deveriam ser os pequenos camponeses, compreendidos como sendo o pequeno proprietário da terra e o arrendatário. Na sua leitura, este não diferia do tipo apontado em análises anteriores, caracterizado por estar inserido em uma forma de economia familiar e fadado ao desaparecimento com o processo de expansão do capitalismo no campo. Nas suas palavras, “o pequeno lavrador é um futuro proletário”.<sup>18</sup> Entretanto, sua pouca receptividade à propaganda socialista advinha, segundo ele, do instinto de propriedade que o camponês traria no sangue.

Na verdade, *O problema camponês na França e na Alemanha* é uma resposta e crítica a esse desafio, e não somente uma contestação ao “Programa agrário dos socialistas franceses”, de 1892, no qual são delineadas propostas efetivas de atendimento às reivindicações dos pequenos camponeses e pequenos proprietários em um amplo leque: a garantia de sua subsistência e o acesso à terra, bem como a proposição de mecanismos de apoio técnico e cooperativo. A ressalva de Engels a essa política é que ela ocorre dentro dos parâmetros da sociedade capitalista. É nesse ponto que ele critica os socialistas franceses em sua tentativa de incorporar a massa camponesa em um projeto inacessível dentro dos marcos do capitalismo. Ele resume bem sua conclusão:

(...) as propostas práticas do novo programa agrário do Partido Operário Francês em nada ajudam a encaminhar as coisas, com o objetivo de manter os pequenos camponeses na posse de uma propriedade parcelar que, como ele mesmo confessa, está fatalmente condenada a desaparecer.<sup>19</sup>

Engels sugere aos socialistas alemães e ao movimento socialista internacional que não comprometam a intervenção prática com promessas ou com linhas de ação que objetivem ganhos eleitorais momentâneos, e que, ao final, inviabilizem um processo transformador. O campesinato e a sua produção deveriam ser alvo de um trabalho organizado, processo este que paulatinamente

<sup>18</sup> MARX; ENGELS, *op. cit.*, p. 138.

<sup>19</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O problema camponês na França e na Alemanha*, *op. cit.*, p. 145.

o preservasse e o libertasse da opressão do sistema capitalista; mas que também tivesse por objetivo orientar sua produção individual e sua propriedade privada para um regime cooperativo. Em última instância, se conduzido por essa via, demonstraria aos camponeses que a preservação de seu *modus vivendi* e de sua reprodução social só poderia ocorrer a partir da superação do espírito de exploração da propriedade individual para a transformação, o desenvolvimento e o amadurecimento da propriedade e exploração coletivas. Seria interesse do partido a adoção dessa estratégia como tarefa, já que ela preservava o pequeno camponês da miséria e da proletarização nas cidades, facilitando o processo organizativo nacional no momento necessário. Essa linha de ação tática seria tão necessária quanto a conscientização, feita pelo partido, da incapacidade de reprodução dos camponeses dentro do sistema capitalista.

Engels é cuidadoso ao insinuar qualquer pretensão demagógica que porventura essa estratégia pudesse levantar, ressaltando que,

(...) nesse sentido, podemos proceder de maneira muito liberal com os camponeses. Aqui não é o lugar indicado para entrar em minúcias, nem para formular propostas concretas: trata-se aqui de apresentar o problema em suas linhas gerais.<sup>20</sup>

Em relação aos camponeses denominados médios – categoria que abrange o camponês parcelar, o lavrador rico –, a estratégia de ação de um partido operário junto a esse segmento deveria ser de confronto. A proposta em curso também deveria passar pelo cooperativismo, com a eliminação gradativa do trabalho assalariado, objetivando, ao final, sua incorporação ao que Engels denominou a grande cooperativa nacional de produção. Com relação aos grandes proprietários, em resumo, as estratégias deveriam garantir a expropriação de terras de latifúndios e sua entrega aos assalariados agrícolas organizados em forma de cooperativa e sob domínio coletivo. Consequentemente, estabelece que o objetivo estratégico dos socialistas nos diferentes países na virada

---

<sup>20</sup> MARX; ENGELS, *op. cit.*, p. 149.

do século 19 ao 20, bem como o eixo norteador da estratégia de organização e mobilização do campesinato (em suas diferentes categorias constitutivas), seria pautado por formas diferenciadas de cooperativismo, bem como sua incorporação e homogeneização a um único modo de produção cooperativo nacional.

## Lenin e o desafio da articulação campo-cidade

O entendimento da concepção de partido político como instrumento revolucionário é norteador em Lenin, bem como seus escritos são um divisor de águas na teoria da organização; seja, por um lado, devido às sucessivas fases em que ele submete sua teoria ao processo de intervenção; ou, por outro, pelo processo ser constantemente amadurecido, reavaliado e aperfeiçoado em uma práxis revolucionária característica do contexto histórico da Revolução Russa. Mas não somente; pode ser também devido à influência que sua obra veio a ter no pensamento e na ação política contemporânea dos partidos comunistas pelo mundo.

O princípio norteador dessa concepção teórica e de intervenção é o *centralismo democrático*, analisado conceitualmente em *Que fazer?*<sup>21</sup> Nessa obra clássica de 1902 (elaborada sob uma condição de duríssima clandestinidade), é enfatizada a necessidade de controle do partido por uma vanguarda de dirigentes revolucionários, os combatentes de vanguarda. Lenin ainda aponta para a necessidade de formação dessa vanguarda, ao colocar a emergência de se pautar o processo revolucionário através de uma teoria revolucionária. Verifica-se nesse texto sua contribuição ao pensamento de Gramsci quando afirma que essa organização não deve ser tarefa dos operários, mas de sua vanguarda de classe, ou seja, dos intelectuais ligados organicamente às classes subalternas. Colocada sob esse prisma, a questão sugere a incapacidade de a classe operária promover uma reflexão de classe, já que, segundo ele, esta é capaz de elaborar somente uma consciência *tradeunionista* – leia-se, uma agenda de cumprimento de reivindicações limitadas e pontuais.

---

<sup>21</sup> LENIN, V. I. *Que fazer?* In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Lisboa: Ed. Avante, 1977. v. I.

O partido, exercendo um papel de vanguarda, teria por tarefa introjetar na classe operária os fundamentos do socialismo científico, cuidando de sua educação política e do desenvolvimento de sua consciência de classe; além disso, ele teria, principalmente, que contribuir para a formação de operários revolucionários almejando elevá-los ao mesmo nível de conhecimento dos intelectuais revolucionários. Sua estruturação, centralização, hierarquia rígida e o caráter formal das relações são elementos constitutivos de uma concepção de partido político revolucionário, já que: somente uma organização combativa e centralizada, que aplique a política social-democrata e que satisfaça, por assim dizer, todos os instintos e aspirações revolucionárias, pode preservar o movimento de um ataque irreflexivo e preparar um ataque que prometa êxito.<sup>22</sup>

Nesse clássico texto de 1902, a democracia interna, a ação do partido e seus militantes são relegados a segundo plano. No entanto, há coerência desse pensamento com o momento histórico – de forte repressão política sob a égide da autocracia tsarista –, por isso a plena fraternal confiança mútua entre revolucionários é considerada mais importante que o democratismo.<sup>23</sup>

Pouco tempo depois, ao debater em 1904 a crise interna do partido – e respondendo às críticas de Rosa Luxemburgo –, em *Um passo à frente, dois atrás*, Lenin reforçaria a tese do centralismo, afirmando que esse instrumento possibilitaria estabilidade às ordens de relações subjetivas – embora saibamos hoje que tal tese originou o chamado *burocratismo*. Democratismo, para ele, se confunde com anarquia, e, ainda que admita que a luta entre facções e tendências seja inevitável, necessária ou mesmo fundamental, adverte que esta deve ocorrer dentro de limites aprovados em comum acordo entre os camaradas.

Depois, em 1905, ao escrever *Dois táticas da social-democracia na revolução democrática* (entre outros textos do mesmo período), reafirmaria as teses defendidas, argumentando ser impossível a democra-

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 158.

<sup>23</sup> LENIN, V. I. Um passo à frente, dois atrás. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Lisboa: Ed. Avante, 1977. v. I.

tização total do partido nas condições de trabalho clandestino, fato que será uma característica da ação política da maioria dos PCs no período posterior à Revolução Russa. Mais uma vez, Lenin redefiniu as posições dos intelectuais e do proletariado, com a valorização do papel interveniente destes últimos: “(...) a inteligência resolve bem os problemas em teoria, traça bem o esquema, raciocina bem sobre a necessidade de fazer (...) enquanto os operários fazem, transformam a cinzenta teoria em vida palpitante.”<sup>24</sup> Esse mesmo princípio foi anteriormente apontado por Marx em *A ideologia alemã*, quando afirmou que “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo...”<sup>25</sup>

Doze anos mais tarde, surge *O Estado e a Revolução* – em pleno processo da Revolução Russa –, texto que apresenta uma completa reavaliação das teses anteriores.<sup>26</sup> Ao analisar a Comuna de Paris, Lenin resgatou a democracia como valor dissociado de um oportunismo pequeno-burguês ou anarquista, apontando para a necessidade de liberdade crítica e a defesa do sufrágio universal, bem como do centralismo democrático. Nesse texto é apresentada uma nova categorização, definida como o proletariado e os camponeses pobres, que tomam o poder estatal, organizam-se em comunas e unificam a ação de todos para dirigir os golpes contra o capital e, conseqüentemente, diminuir a resistência dos capitalistas. Em sua leitura, significa a entrega de toda a nação a toda sociedade (leia-se, a propriedade privada sobre as vias férreas, as fábricas, a terra). Ao fim, ainda questionou: por acaso isto não é centralismo democrático e, além disso, centralismo proletário?

O revolucionário russo percebeu naquela conjuntura política a necessidade de ampliar o leque de forças democráticas, reflexo do momento histórico em que a unidade de ação programática

---

<sup>24</sup> LENIN, V. I. Duas táticas da social-democracia. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Lisboa: Ed. Avante, 1977. v. I.

<sup>25</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Ed. Moraes, 1984, p. 111.

<sup>26</sup> LENIN, V. I. O Estado e a Revolução. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Lisboa: Ed. Avante, 1977. v. I.

era necessária ao avanço do processo revolucionário; e que, taticamente, não deveria apresentar a rigidez de cima para baixo e/ou a tutela do partido sobre a massa. A defesa da revolução e sua consolidação passariam a ser tarefas da revolução mundial; um imperativo para a instauração do poder político pelo conjunto do proletariado, que utilizaria tanto a velha quanto a nova máquina estatal, ao contrário do que apontava Marx. Percebe-se, no entanto, a necessidade de testar constantemente sua teoria na prática, permanecendo a concepção de partido de vanguarda como instrumento mediante o qual a fração consciente da classe operária encampará a luta política e preparará o enfrentamento daquilo que é a chave-mestra da formação social do regime capitalista: o Estado burguês centralizado. Contudo, a questão do operariado e da democracia – inserida no contexto do centralismo democrático – é reavaliada e redefinida quando ocorre em sua obra a incorporação do campesinato como ator político (embora como força auxiliar) e enquanto um expoente processual da revolução.

Vale dizer que a Rússia Soviética proporcionou um vasto campo de estudos sobre a questão camponesa, e são ricos os apontamentos de Lenin, bem como sua análise dessa problemática no contexto histórico-social do início do século 20. Mas sua reflexão sobre a questão “partido e campesinato” também não deixa de ser complexa, já que a incorporação deste último como agente histórico (como nas demais análises marxistas) é vista como auxiliar ao proletariado na tarefa de fazer a revolução; ou visualiza a classe dos camponeses como inimiga potencial (em razão de seu atraso histórico e das supostas ambições pequeno-burguesas). Coube de fato a Lenin procurar entender o contexto histórico das massas camponesas no quadro específico em que foi feita a Revolução Russa, analisando-a a partir de uma original concepção. Nas palavras de Padilha, Lenin foi o primeiro autor dentro do marxismo a pensar de forma resoluta a questão agrária e camponesa.<sup>27</sup>

<sup>27</sup> A excelente dissertação de Tânia Mara Padilha se apresenta como a mais nova contribuição para a apreensão desse debate, recolocando o autor e a temática num patamar de importância. E, para um maior aprofundamento da questão, outras contribuições

Concordamos com a autora, que pontua ainda a importância de revisitar a obra desse pensador para avaliarmos sua importância (ou não) para a reflexão atual, uma vez que a questão da terra se apresenta de forma recorrente. Mas de que forma?

Chama atenção a originalidade com que Lenin procurou apreender o campesinato nas categorias marxistas, com uma readequação teórica ao contexto nacional russo. O processo de transição histórica não seria o mesmo de outros cenários europeus (a destacar o inglês, descrito por Marx); e, nesse sentido, a especificidade da formação econômica e social russa forçosamente demandaria a ampliação do tradicional conceito de modo de produção para o conceito de formação econômico-social.<sup>28</sup> Mas não somente. Em sua obra, isto se apresentou dialeticamente de várias formas, bem como fez emergir novas categorizações quanto ao papel do campesinato (os *narodniks*, por exemplo); ou com algumas de suas expressões, como “Mir”, inexistentes em outros clássicos.

Lenin descreveu em 1901 (embora seus apontamentos anteriores já abordassem a questão) um detalhado quadro sobre a miséria em que vivia o campesinato russo, chamando atenção para a política tsarista que objetivava acomodar a crescente inquietação que se passava no campo. Apesar da abolição da servidão, pouco se alterou essa condição de vida; permaneceram os benefícios aos grandes latifundiários e possibilitou-se a ascensão de uma minoria, a burguesia rural.

Segundo Lenin, o camponês só poderia se libertar do jugo do capital, do latifundiário e dos restos da servidão aliando-se aos operários na luta pelo regime socialista, buscando a transformação da terra e dos meios de produção em propriedade social. Seria taticamente errôneo propor a pequena propriedade às massas camponesas, analisa o autor, devido ao fato de que esse processo

---

recentes estão indicadas na bibliografia. PADILHA, Tânia Mara de Almeida. *Entre o semear e a próxima colheita*: uma análise dos escritos de Lenin sobre a questão agrário-camponesa. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009, p. 9.

<sup>28</sup> PADILHA, *op. cit.*, p. 20 e ss.

poderia dividir as classes trabalhadoras, sendo que o fundamental seria levar a luta de classes ao campo.<sup>29</sup>

Na revolução de 1905, Lenin se opôs a qualquer possibilidade de participação do partido no governo provisório, principalmente devido ao fato de que, na república instaurada naquelas circunstâncias, o proletariado e o campesinato seriam laçaos da burguesia. Mais uma vez, ele propõe a fórmula de governo provisório que se traduziria em uma “Ditadura revolucionária do proletariado e do campesinato”. Ao que parece, nessa etapa do capitalismo é preservado o papel a ser desenvolvido pela burguesia, ocorrendo, segundo a concepção marxista, sua subordinação à ditadura do proletariado. A incorporação política do campesinato decorre mais uma vez de seu reconhecimento político e numérico no conjunto da população russa, especialmente diante da inexpressiva influência dos bolcheviques junto às massas camponesas. Por essa razão, uma das principais tarefas que o partido deve assumir, segundo Lenin, é inculcar consciência política no movimento camponês, já que:

Os camponeses compreendem vagamente o que necessitam, mas não sabem vincular seus desejos e reivindicações ao regime político geral. Daí a palavra de ordem dos comitês revolucionários dos camponeses seja única e justa, tendo a necessidade de marchar junto com o proletariado agrícola e organizá-lo isolado e independentemente. (...) também no campo só o proletariado pode ser uma classe revolucionária e consequente.<sup>30</sup>

Ao elaborar o programa agrário da social-democracia dois anos mais tarde, Lenin defendeu que o partido não podia se fundir com a revolução burguesa, devendo continuar sendo uma organização puramente proletária, que conduzisse as massas trabalhadoras ao seu destino. Nesse livro de 1907, são reafirmadas teses passadas a

<sup>29</sup> A rigor, a complexidade desse debate não se limita aos textos clássicos elencados, havendo outras referências que possibilitam interfaces nessa reflexão. Por exemplo, quando Lenin escreveu *A los pobres del campo* (há variação de título quanto às traduções), chamou atenção sobre a questão do partido e da educação das massas, bem como introduziu a noção de semiproletariado para os camponeses; leia-se, apontou as condições para o camponês se tornar um semiproletário e sinalizou a existência de diversas categorias sociais no campo. PADILHA, *op. cit.*, p. 42-46.

<sup>30</sup> LENIN, V. I. *Dois táticas da social-democracia*, *op. cit.*, p. 428.

respeito da nacionalização das terras, da abolição da propriedade privada da terra e da entrega destas ao Estado. É a resposta mais contundente de atuação do partido na revolução burguesa, sendo este o melhor regime agrário concebível no capitalismo, bem como um passo decisivo à eliminação dos vestígios da revolução burguesa.

Mesmo assim, ao polemizar com Trotsky (para ele, o campesinato era dividido e inerte) dez anos mais tarde, Lenin descrevia, no conturbado processo histórico em curso, uma reavaliação e revalorização do papel revolucionário das massas camponesas. Lideradas pelo proletariado, elas possibilitariam um salto qualitativo na luta pela derrocada do tsarismo e na implantação da revolução socialista. Entretanto, pouco tempo depois (também na apresentação de um programa agrário) lamentou não poder saber se a unidade programática e de ação no campo poderia se viabilizar, tal era a divisão das massas camponesas em trabalhadores agrícolas. Por um lado, havia operários assalariados, camponeses pobres; por outro, camponeses ricos e médios. Percebe-se aqui uma lacuna teórica e uma extrema dificuldade de elaborar uma estratégia revolucionária para o campo, o que será um fato para todos os países que apresentarem um quadro tão heterogêneo quanto às formas de produção.

De qualquer forma, face àquele desafio sobre a lacuna teórica, Lenin apresentou um plano de intervenção em *As tarefas do proletariado em nossa revolução*,<sup>31</sup> propondo a nacionalização das terras pelo Estado e a transformação de latifúndios em fazendas-modelo, que seriam administradas pelos soviets de deputados assalariados agrícolas regionais e locais. Também propôs uma política de arrendamento das terras do Estado, que daria ao agricultor o direito de dispor da terra, sendo implementada de acordo com as especificidades locais e regionais sob o controle dos soviets de deputados de camponeses. Por fim, o revolucionário russo apontou diretrizes de

---

<sup>31</sup> LENIN, V. I. As tarefas do proletariado em nossa revolução. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Lisboa: Ed. Avante, 1977. v. I.

hegemonia e condução desse programa, ao propor a organização de sovietes especiais agrupando essas categorias, mas sob a liderança e ensinamentos do partido do proletariado. O objetivo era implantar uma política agrária que sinalizava a imediata superação do latifúndio e o aumento da produção; embora também ressaltasse o cuidado quanto à educação dos camponeses, já que estes eram sempre suscetíveis a desvios pequeno-burgueses.

Ao defender as contradições e problemas de implantação dessa estratégia, Lenin travou uma das mais contundentes e históricas polêmicas sobre a questão, debatendo inclusive com Kautsky quando afirmou:

Os sovietes são um tipo e forma muito superiores de democracia, porque, unificados e incorporando a política de massas de operários e camponeses, são a instituição mais próxima do povo, o barômetro mais sensível do desenvolvimento das massas.<sup>32</sup>

E não deixou de reafirmar e valorizar o papel hegemônico do proletariado na condução do processo revolucionário, especialmente quando pondera:

De início os sovietes agruparam os camponeses em sua totalidade; a falta de desenvolvimento, o atraso e a ignorância dos camponeses pobres os punham sob a direção dos kulaks, dos ricos, dos capitalistas pequeno-burgueses.<sup>33</sup>

A rigor, configurava-se na Rússia um quadro de hegemonia da pequena burguesia, dos mencheviques e dos socialistas revolucionários, sendo estes últimos os que detinham de fato forte influência sobre o campesinato. Ao contestar Kautsky na famosa polêmica em que o qualificou como “renegado”, Lenin reafirmaria essa posição alertando que os destacamentos de cereais<sup>34</sup> enviados

<sup>32</sup> LENIN, V. I. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo: Ed. Lech, 1979, p. 110.

<sup>33</sup> LENIN, V. I. *op. cit.*, p. 124.

<sup>34</sup> Configurava-se na Rússia, no período pós-revolução, um quadro em que o país ainda estava envolto na guerra civil, com uma falta crônica de alimentos e, mais ainda, com parte deles sendo desviada pelos camponeses médios para o mercado negro, quando havia necessidade deles para as tropas na frente de batalha e para a população das cidades. Decorre a política de requisição de alimentos e a formação de Destacamentos com este objetivo.

ao campo eram formados por operários que estavam ao lado de camponeses pobres contra os *kulaques* (e que consolidaria o poder soviético nas cidades). O bolchevismo, nesse processo, conquistaria milhões (desaparecendo qualquer tipo de contestação); e, na sua leitura, o proletariado, ao cindir o campo, colocou os camponeses pobres contra os ricos.

Lenin admitiu que não havia proletariado agrícola e que, do ponto de vista socialista, o ideal seria estatizar as grandes propriedades latifundiárias e convertê-las em propriedades de Estado (e seu cultivo, na forma de cooperativa). Considerava efetivar essa transferência de grandes propriedades para o Estado e efetuar sua divisão em pequenas propriedades para então serem arrendadas; sendo esta uma etapa necessária, porém transitória, pois os bolcheviques ajudariam os camponeses a superar as palavras de ordem pequeno-burguesas e a passar o mais rapidamente possível à palavra de ordem socialista.

Nós (os operários) os ajudaremos a chegar ao capitalismo “ideal”, porque o usufruto igualitário da terra é a idealização do capitalismo do ponto de vista do pequeno produtor. Mas, ao mesmo tempo, lhes mostraremos a insuficiência desse sistema e a necessidade de passar ao cultivo coletivo da terra.<sup>35</sup>

A complexidade desses apontamentos entre a teoria da organização e o campesinato não se esgota nas poucas linhas deste ensaio (pautado em grande medida no diálogo com alguns de seus textos); mas sugere, principalmente, sua originalidade, para não dizer criatividade, na apreensão dessa problemática. Nessa linha, vale recorrer às geniais intuições de Tânia Padilha, que bem chama atenção sobre a atualidade dessa problemática:

Assim, vimos que Lenin considerou o camponês da sua época como sujeito não capaz de conduzir sozinho as transformações sociais, e que somente o operariado, através do mundo da fábrica, carregaria no seio dessa classe a subjetividade capaz de transpor o capitalismo. Por isso, num país de base essencialmente rural, a necessidade de aliança operário-camponesa. No entanto, as categorizações feitas à sua época foram transformadas, e as concepções de Lenin não devem ser encaradas como dogmas ou paradigmas a serem seguidos.

---

<sup>35</sup> LENIN, V. I. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, op. cit., p. 124.

Contudo, sua teoria emerge na atualidade quando vemos despontar no cenário político diversos movimentos sociais que reivindicam a tradição socialista, e notadamente aqueles constituídos de sujeitos provenientes da base rural, como por exemplo o Zapatismo, a Via Campesina e o MST. A necessidade de outra forma de sociabilidade se coloca constantemente entre esses homens e mulheres que não têm nada a perder, a não ser seus laços de opressão. Por isso, marcham, se organizam, lutam contra as desigualdades e por formas dignas de existência. Nesse caminho, Lenin nos ensina a necessidade de também lutarmos por reformas no quadro do capitalismo, uma vez que, em pleno século 21, os ideais propagados pela revolução francesa, de igualdade, liberdade e fraternidade, ainda não atingiram grande parte do globo.<sup>36</sup>

Talvez, reforçando o argumento, também não atingiram o campo em boa parte do globo.

---

<sup>36</sup> PADILHA, *op. cit.*, p. 144.

## Uma reavaliação contemporânea em Gramsci

Nos textos de sua juventude – especialmente aqueles que norteiam os diálogos deste ensaio –, Gramsci oferece subsídios interessantes para apreender a complexidade da problemática campo-cidade, e que refletem o período revolucionário antecedente à ascensão do fascismo. Sua análise tinha por objetivo elaborar uma estratégia de revolução na Itália do pós-guerra, em um cenário não muito distante no tempo da unificação do país. O autor sustenta que a unificação italiana foi uma ação entre elites, que resultou em um pacto entre setores da classe dominante com limites predeterminados, cujo objetivo era a exclusão das camadas populares e de sua participação no processo histórico. A unidade italiana tinha objetivos muito definidos, ou seja, acabar com as duas zonas de comércio e respectivas zonas alfandegárias existentes a partir dos Estados Pontifical e do Reino de Nápoles, que, com atraso econômico e cultural, contrastavam com a emergente e influente burguesia sediada no norte do país.

A política desenvolvida pós-unificação viria acentuar a diferença entre regiões, o que resultou na dominação política, econômica e social do norte industrializado sobre o sul atrasado e agrícola, bem como na configuração de um novo bloco histórico. Nele, a emergente burguesia industrial do norte (em aliança com a aristocracia rural) estabeleceu compromisso de intocabilidade da terra e de manutenção das áreas meridionais como zonas de consumo, selando o interesse comum que possibilitou a criação do bloco histórico agrário-industrial. Paralelamente, houve nesse processo a cooptação dos intelectuais, que se tornaram instrumentos das elites do norte e de seus próprios interesses particulares, tendo por *aliado* a Igreja; fatores articulados que *contribuíram* para explorar a ignorância das massas camponesas em favor dos interesses de classe.

As consequências sociais desse bloco, com efeito, foram devastadoras. Enquanto o norte se desenvolvia em uma economia industrial pujante, com uma burguesia forte e um proletariado consciente e engajado como classe social; o sul ficou com uma taxa de analfabetismo de 90% e uma economia semifeudal, dominada por uma nobreza e burguesia parasitárias. Algumas de suas formas de contestação de massa foram o *banditismo* (muito ativo no país) e a *imigração* para o exterior ou a migração para o norte, onde cumpriam o papel de exército industrial de reserva.

O pensamento político de Gramsci, nesse primeiro momento, apresentou uma abordagem sociopolítica cultural determinante, embora já ocorressem impasses a respeito de sua posição socialista no debate político à época. Isto era evidente no confronto ao pensamento filosófico e humanista de Croce e Gentile (que norteava toda uma geração de pensadores italianos), conjuntamente com outras influências (a exemplo do então Partido Social-Democrata Alemão), ambos preconizando uma estratégia cientificista, evolucionista, bem de acordo com o caráter determinista da Segunda Internacional. Focalizando esse debate, Carlos Nelson Coutinho aponta que:

Tal como, Kautsky, o grande *maître à penser* da Segunda Internacional, os principais ideólogos do PSI entendiam a revolução proletária como resultado de uma inexorável lei do desenvolvimento econômico: o progresso das forças produtivas, aguçando a polarização de classe e conduzindo à crise do tipo catastrófico, levaria fatalmente ao colapso do capitalismo, com a consequente erupção da revolução proletária.<sup>37</sup>

A interpretação do marxismo era então vista como um processo dogmático, doutrinário e de defesa dos fatos (algo como “está escrito e determinado”), que relegava a subjetividade criadora à expectativa imobilística. Essa leitura negava completamente um aspecto decisivo, apontado na introdução deste trabalho em relação ao método no pensamento marxista: a centralidade da práxis na construção do ser social.

---

<sup>37</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 4.

Nessa época, também se verificou um amadurecimento teórico em Gramsci, quando apontou em seus textos para a recusa dos mitos e do fetichismo dos fatos, destacando o elemento libertador, que acentua o papel da vontade e da transformação do real. É Giuseppe Staccone que bem complementa:

Sempre o homem – indivíduo é para Gramsci também o homem – massa, enquanto participa inconscientemente de uma cultura e de determinadas relações sociais; e a passagem catártica do individualismo para a consciência pessoal e de grupo leva conscientemente à realização histórica de uma vontade ‘coletiva’ capaz de fazer e refazer o mundo.<sup>38</sup>

Dois acontecimentos históricos levam Gramsci a uma aproximação e análise da realidade concreta e à reelaboração do seu pensamento político a partir da apropriação das mediações do real, bem como a formulação de uma estratégia revolucionária. O primeiro foi a Primeira Guerra, entre 1914-1918, conflito no qual a Itália entrou despreparada militarmente e o resultado final foi desastroso à nação. O esforço exigido ao país levou a uma concentração de trabalhadores nas grandes fábricas, bem como a uma modernização industrial e tecnológica, visualizando a relação capital e trabalho com seus conflitos na sua forma mais aguda. A guerra também propiciou o surgimento de uma nova consciência de classe, incipiente, primitiva, mas aberta a uma nova orientação. Ainda assim, o Estado italiano saiu fragilizado desse contexto e entrou em confronto com a segunda mais poderosa instituição italiana, a Igreja, ao assumir sua laicidade; também os trabalhadores assumiram, em decorrência disso, uma nova definição política. O segundo acontecimento histórico determinante e com reflexos no país foi a Revolução Russa de 1917. Trata-se de um significativo ponto de reflexão, tanto pelo quadro socioeconômico existente (na Rússia não havia decorrido a crise estrutural do sistema capitalista) quanto pela rápida difusão do pensamento de Lenin (até então um autor desconhecido) e que,

---

<sup>38</sup> STACCONI, Giuseppe. *Gramsci: 100 anos de revolução e política*. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 25.

a meu ver, terá importância decisiva e confluyente nos vários aspectos de sua obra.

Ao procurar realizar uma leitura leninista da realidade italiana, Gramsci sugeriria uma *reflexão interveniente às* suas concepções teóricas, ou seja, sinalizava para a existência do sujeito coletivo, para a vontade e ação das massas revolucionárias, que têm por objetivo a construção do socialismo e de um Estado proletário. Ele procurou levantar elementos que, em última instância (dadas as condições existentes), apontavam para o início de uma nova fase de seu pensamento político, num quadro em que:

A luta política recomeça a se processar em um ambiente de relativa liberdade, condição para que os cidadãos possam conhecer a verdade, possam se reunir, possam se organizar depois de terem identificado sua vontade e sua consciência com uma vontade e uma consciência social organizada em partido.<sup>39</sup>

Nesse quadro político, temos sua reflexão sobre a questão dos conselhos-partidos e do papel do campesinato no processo revolucionário; algo polêmico, particularmente pela riqueza do contexto histórico no qual sua análise se apresenta, bem como pela complexidade dos elementos socioeconômicos e culturais que o autor procurou incorporar à reflexão. Naquilo que se configurou como o projeto do Ordine Nuovo, Gramsci iniciou uma reflexão sobre a prática política dos trabalhadores a partir do seu local de trabalho. A polêmica emergiu no momento em que, ao acreditar na espontaneidade das massas, criticou o papel dos sindicatos como instrumento dinamizador e condutor do processo revolucionário. O sindicato, para ele (no que se aproxima de Lenin), travava o processo revolucionário através de seus aparelhos burocráticos, que canalizavam a energia criadora que existe no seio das massas, não passando de um mero instrumento de concorrência, e não de renovação ou superação radical da sociedade. Na sua leitura, os sindicatos organizavam os trabalhadores somente como assalariados, e não como produtores, o que refletia a falta de espírito

---

<sup>39</sup> GRAMSCI, Antonio *apud* COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político, op. cit., p. 10.

revolucionário e a crise de poder e soberania pela qual passava o Estado burguês; o sindicato perderia, portanto, as funções no sistema socialista, fato que mais tarde seria contestado por Lenin, que o entendia como instrumento necessário, alternativo e autônomo de participação dos trabalhadores.<sup>40</sup>

Como foi ressaltado, esta é uma polêmica complexa na obra de Gramsci. Em artigo publicado em 1919, intitulado “Democracia operária”,<sup>41</sup> ele sustentou que um dos grandes desafios postos ao partido e à classe trabalhadora era como dominar, disciplinar e integrar as forças sociais desencadeadas pela guerra; ou seja, elaborar uma estratégia de ação. A resposta se expressava na forma de um trabalho comum a ser desenvolvido pelos companheiros mais conscientes e competentes (trabalho comum, solidário, de esclarecimento, persuasão e educação recíproca), por meio do qual nascerá uma ação concreta de construção. Na sua leitura, a democracia operária se configurará por uma relação autônoma entre seus vários organismos, dentro de uma hierarquia de competência e poderes fortemente centralizados. Por fim, o partido é exposto como uma instituição de propulsão, e o sindicato, como um instrumento de realização parcial; quer dizer, uma concepção tradeunionista, como bem apontava Lenin. Segundo o revolucionário italiano: “O partido deve continuar a ser o órgão de educação comunista, a chama da fé, o depositário da doutrina, o poder supremo que harmoniza e conduz à meta forças organizadas e disciplinadas da classe operária e camponesa.”<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> Posteriormente, em 1926, no “Informe sobre III Congresso (Lyon) do Partido Comunista da Itália”, Gramsci reavaliou taticamente o papel a ser desempenhado pelos sindicatos. Nesse momento, é posta a necessidade de defesa e manutenção da organização sindical, tendo como desafio a coesão da (desmobilizada no período) classe operária em aliança com o Partido na época Comunista. In: GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 109.

<sup>41</sup> Democracia operária. In: GRAMSCI, Antonio. *Democracia operária: partido, sindicato e conselhos*. Coimbra: Ed. Centelha, 1976, p. 5; GRAMSCI, Antonio; BORDIGA, Amadeo. *Conselhos de fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 33.

<sup>42</sup> Democracia operária. In: GRAMSCI; BORDIGA, *op. cit.*, p. 35.

A partir da Revolução Russa, Gramsci retomaria o debate de organização da classe operária, polemizando, dessa feita, com Amadeu Bordiga sobre sua viabilidade e a melhor forma de intervenção na realidade italiana. Para este último, o soviete (nascido na revolução de 1905) é retomado de forma decisiva em 1917, indicando o movimento socialista internacional como um instrumento que expressava a configuração plena da democracia proletária. Bordiga advogava ainda a prática e a teoria leninistas vitoriosas na revolução de outubro e criticava a concepção gramsciana dos conselhos, já que o soviete é o espaço que o trabalhador ocupa de forma ampla e independente de sua categoria de trabalho, exercendo poder político/social na medida em que este se apresenta e se expressa de forma global (sem dar margem a manifestações corporativas). O partido teria um papel fundamental na condução da luta contra o poder burguês, sendo este o verdadeiro instrumento de luta de classe.

Em Gramsci, o Conselho é um sistema de representação e organização que se adapta à produção e ao local de trabalho, ou seja, em sua interpretação, é a organização dos trabalhadores em uma nova unidade/território que vem a ser o lugar de produção, quer seja na cidade ou no campo. Há inclusive a visualização de todo o território nacional como uma fábrica (entendido como local de produção) que: “(...) proporciona a unidade da classe trabalhadora, dá às massas uma coesão e uma forma que são da mesma natureza da coesão e da forma que a massa assume na organização geral da sociedade”.<sup>43</sup>

Nele também acaba o conceito de cidadão, que vem a ser substituído por companheiro, multiplicando-se os laços e sentimentos de solidariedade, fraternidade e afeto. E, principalmente: “(...) dá aos operários a responsabilidade direta pela produção, leva à melhora de seu trabalho, instaura uma disciplina consciente e voluntária, cria a psicologia do produtor, do criador da história”.<sup>44</sup>

<sup>43</sup> Sindicatos e conselhos. In: GRAMSCI, Antonio; BORDIGA, Amadeo. *Conselhos de fábrica, op. cit.*, p. 42.

<sup>44</sup> Sindicatos e conselhos. In: GRAMSCI; BORDIGA, *op. cit.*, p. 43-44.

Esses aspectos estão relacionados e articulados com o que Gramsci apontava ser o novo papel do sindicato: “dedica-se ao trabalho fundamental de imprimir uma nova configuração à vida econômica e à técnica do trabalho; dedica-se a elaborar a forma de vida econômica e de técnica profissional que é própria da civilização comunista.”<sup>45</sup>

Historicamente, o Conselho teve sua origem nas comissões internas que surgiram por volta de 1906 na Itália; e somente foi reconhecido pelos empresários em 1919, pouco depois do final da Primeira Guerra Mundial. Esse organismo viria a ser um embrião de organização estudado e desenvolvido por Gramsci, que apontava para o processo de amadurecimento necessário à articulação da classe trabalhadora, bem como para algo que fosse similar ao papel desempenhado pelos soviets.

De qualquer forma, o ator chamou atenção para a necessidade de superar algumas limitações. Por um lado, superar dentro da fábrica capitalista limitações na relação capital e trabalho, tais como seu caráter extensivo (e limitado) de arbitragem; por outro, elaborar uma política de organização interna para todos os trabalhadores na fábrica e nos bairros (ou seja, a superação de qualquer tipo de parlamento ou representação parlamentar), e nela, sua integração com organizações semelhantes dos camponeses. Mas não somente; outro aspecto importante e necessário é a condução de eleições de delegados escolhidos entre os melhores e mais conscientes (a vanguarda, segundo Lenin), com o objetivo de criar entre estes as condições necessárias para que assumam o processo produtivo; e, ao final, elevá-los de uma condição de assalariado para a de produtor. Por essa via, e decorrente desses fatores, adveio a palavra de ordem: “(...) todo o poder da oficina aos comitês de oficina (...) todo o poder do Estado aos Conselhos Operários Camponeses”.<sup>46</sup>

Aqui se configura em Gramsci o caráter de Democracia Proletária, ou seja, um sistema de organizações, equivalentes e análogas,

---

<sup>45</sup> Sindicatos e conselhos. In: GRAMSCI; BORDIGA, *op. cit.*, p. 43-44.

<sup>46</sup> Democracia operária. In: GRAMSCI; BORDIGA, *op. cit.*, p. 35.

operárias e camponesas que integrariam e disciplinariam as massas na estratégia revolucionária da luta contra o Estado e o poder burguês. Essa fase seria superior à ditadura do proletariado, já que, desde o início, demonstraria o caráter mais amplo e necessário das forças sociais envolvidas (sendo também apontada a necessidade de ruptura com o Estado burguês). Em sua leitura:

A ditadura do proletariado é a instauração de um novo Estado, tipicamente proletário, para o qual confluem as experiências institucionais da classe oprimida, em que a vida social das classes sociais operária e camponesa torna-se um sistema difundido e organizado.<sup>47</sup>

A situação política italiana, no entanto, sofria de imediato os reflexos revolucionários que eclodiam por toda a Europa por volta de 1920. Gramsci apontava que a revolução proletária era um processo que demandaria um longo tempo de maturação e um longo processo histórico; e, discordando do determinismo economicista vigente na estratégia política da Segunda Internacional, acreditava que não seria através de um ato arbitrário que o processo se desencadearia, e sim com o surgimento e o desenvolvimento de agentes históricos (intimamente relacionados ao grau de desenvolvimento das forças produtivas).

No artigo “Conselho de fábrica”, de 1920,<sup>48</sup> enfatizou que esse processo não poderia ser determinado ou dirigido por organizações que denominou “de caráter voluntário e contratual”, referindo-se aos partidos políticos e aos sindicatos. Ainda assim, apontou sua importância para a organização dos trabalhadores no âmbito da democracia burguesa, chamando atenção para o fato de que eles não poderiam superar o Estado burguês nem teriam condições de incorporar todo o vasto leque de forças revolucionárias existentes no processo de luta e superação do capitalismo. E sinalizou:

(...) o processo revolucionário é exercido no campo da produção (...) o nascimento dos conselhos operários de fábrica representa um grandioso acontecimento histórico (...) o início de uma nova era do gênero humano (...) como célula de um novo Estado Operário, como base de um novo sistema representativo de conselhos.<sup>49</sup>

<sup>47</sup> Democracia operária. In: GRAMSCI; BORDIGA, *op. cit.*, p. 37.

<sup>48</sup> Conselho de fábrica. In: GRAMSCI, Antonio. *Democracia operária, op. cit.*, p. 95.

<sup>49</sup> Conselho de fábrica. In: GRAMSCI, *op. cit.*, p. 95 e ss.

Gramsci reafirma a tese de que o partido e os sindicatos não devem se colocar como tutores dessa nova constituição, principalmente por terem tido como característica de atuação uma relativa autonomia sob as liberdades burguesas; ao contrário dos conselhos, que são a negação da legalidade. Partidos e sindicatos deveriam atuar somente como agentes de libertação das forças revolucionárias (sem qualquer possibilidade de subordinação hierárquica, sob risco de aniquilamento ou estagnação) e, principalmente, se apresentar como agentes de organização das forças sociais envolvidas, bem como possibilitar a sua expansão.

Paralelamente a essa reflexão, a proposta dos conselhos rapidamente ganhou as massas proletárias na Itália, especialmente em Turim, chegando a 50 mil operários em cerca de 30 empresas. Curiosamente, verificou-se a pronta e imediata reação dos sindicatos e da direção nacional do Partido Socialista Italiano, ambos assustados com a ameaça de perda de controle sobre o movimento. Todavia, apesar do sucesso inicial dos conselhos em Turim, com a ocupação das fábricas e o seu autogerenciamento pelos operários, as demais regiões italianas não acompanharam a grande greve nacional, tendo ocorrido o abandono do sindicato e do partido, sendo esta a razão maior de sua derrota, embora não tenha sido a única. Contribuiu também a hábil tática do governo de Giolitti, que, evitando desencadear a repressão, deixou que o movimento se esgotasse pelo tempo. Colocou a polícia nos pontos estratégicos e afirmou: “Façam passeatas e passeios; gritem nas ruas, enquanto eu controlo os correios, a estação de trem, a prefeitura, e o Banco da Itália”.<sup>50</sup>

Como já sinalizado, os conselhos fizeram as fábricas operar eficazmente sem os patrões particularmente em Turim; mas, por falta de matérias-primas e de comercialização, o processo se esgotou em duas semanas, tendo os operários percebido que a fábrica é somente um componente do sistema capitalista. Ao que parece, o território nacional é efetivamente todo o território social e político da nação.

---

<sup>50</sup> STACCONE, Giuseppe. *Gramsci: 100 anos de revolução e política*, *op. cit.*, p. 57.

Na visão de Carlos Nelson Coutinho, ao colocar todo o território nacional como uma fábrica, Gramsci se aproxima de Bordiga, particularmente quando aponta que a dominação e a direção política da classe operária não se limitam ao controle imediato da produção material.<sup>51</sup> A ação revolucionária – com objetivo de assegurar a hegemonia – apontava para uma estratégia além da fábrica (ou local de produção), devendo dominar as demais instituições sociais, políticas e culturais que asseguram a reprodução da vida social como um todo.

Tudo indica que Gramsci subestimou o papel do partido na ocasião, sobretudo como instrumento de organização da vontade coletiva da classe operária, até porque este é que possibilita uma conquista de hegemonia em um território mais amplo, abrangendo a própria sociedade civil. Posteriormente, com o próprio refluxo do movimento revolucionário internacional, o papel do partido como agregador de uma vontade coletiva na condução das grandes massas seria reavaliado em sua obra, embora ainda houvesse, na sua leitura, uma tentativa de harmonizar suas relações com os conselhos. Ele dirá:

(...) refletindo bem, os fatos de setembro de 1920 não podem levar senão a uma conclusão: a necessidade de um partido político fortemente organizado e centralizado. Justamente porque o Partido Socialista, por uma incapacidade, por sua subordinação aos funcionários sindicais, é o responsável pela fracassa da revolução; precisamente por isto deve existir um partido que ponha a sua organização nacional a serviço da revolução proletária (...)<sup>52</sup>

A polêmica com Bordiga, ainda assim, continuava. Este último procurava, na concepção e estratégia de luta no teatro político italiano, a reafirmação da linha política da Internacional: expulsando os reformistas e advogando um partido de puros, mas bons, isolado e distante das massas, e sem ilusões quanto à democracia burguesa.

<sup>51</sup> GRAMSCI, Antonio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, *op. cit.*, p. 13 e ss.

<sup>52</sup> GRAMSCI, Antonio. In: STACCONE, Giuseppe. *Gramsci: 100 anos de revolução e política*, *op. cit.*, p. 67.

Nos debates internos que se seguiram entre as várias correntes do Partido Socialista Italiano (PSI); e que resultaram na fundação do Partido Comunista da Itália em 1921 (ligado à Internacional Comunista), verificou-se ainda uma predominância da fração ligada a Bordiga, com tendência ultraesquerdista. Ao que parece, cego à linha política que vinha sendo apontada, Bordiga ignorava as mudanças ocorridas no cenário político italiano e se confrontava com as determinações e mudanças de rumo que se processavam no interior da própria Internacional. Lições aprendidas dolorosamente, diga-se de passagem, com o fracasso da esperada revolução mundial. Mesmo Lenin já chamava atenção para o perigo da esquerdização em um momento de refluxo e a falsa tática de transpor de modo mecânico o processo revolucionário ocorrido na Rússia para outros Estados nacionais. Na verdade, a complexidade das sociedades capitalistas ocidentais exigiria um período de maturação radicalmente diferenciado; por isso, Lenin apontava para a necessidade de alianças com a social-democracia e com os socialistas, objetivando obter um consenso entre o operariado, propondo “a palavra de ordem” de governos operário-camponeses.

Nesse período subsequente à guerra, Gramsci já visualizava uma particularidade do fascismo na Itália; *ou seja, este se expressava como um fenômeno de massas*. Inclusive, por volta de 1922, parece romper definitivamente com esse posicionamento anterior, já que, segundo Carlos Nelson Coutinho, aderiu às teses e apreendeu bem, teórica e metodologicamente, o pensamento de Lenin.<sup>53</sup>

Em outras palavras, Gramsci indicou nesse momento a necessidade de transformar o PCI em um partido de massas, ligado organicamente aos movimentos populares, tendo como proposta que este fosse um instrumento para a conquista da hegemonia do proletariado italiano em um quadro de alianças entre operários e camponeses. A estratégia a ser desenvolvida indicava o rompimen-

---

<sup>53</sup> GRAMSCI, Antonio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político, op. cit.*, p. 34.

to do isolamento, procurando, através de conquistas cotidianas, incorporar ao jogo político um leque de forças cada vez maior, bem como avançar na luta e ganhar o apoio das massas na ação e sua incorporação ao partido.

Ao apontar para a necessidade de um significado político e real às palavras de ordem no universo político italiano, mais uma vez recorreremos à reflexão de Carlos Nelson Coutinho, que sugere o seguinte quadro à época:

(...) Assim, já em 1924, Gramsci observa que é preciso ‘estabelecer concretamente o significado italiano da palavra de ordem do governo operário-camponês, dar a essa palavra uma substância política nacional’. Ele não tardaria a transpor essa indicação na prática: levando em conta a importância da questão institucional na Itália, o fato de que a monarquia já era claramente reconhecida pela maioria da oposição e das camadas populares como um dos pilares do Fascismo, Gramsci propõe uma ‘tradução italiana’ da palavra de ordem do governo operário-camponês: a ideia de convocação de uma Assembleia Constituinte Republicana, com base em conselhos operários e camponeses.<sup>54</sup>

À criação do Partido Comunista, adveio a decisão de participar de eleições políticas,<sup>55</sup> tendo Gramsci constatado a ruptura da classe operária com seu passado (bem como sua afirmação com sua maturidade política), com o objetivo estratégico de transformar o Estado e exercer o poder como classe dirigente: “(...) dentro de uma ordem institucional diferente da atual, dentro de um novo sistema estatal e não mais nos moldes do Estado Parlamentar Burocrático”.<sup>56</sup> Surge então a nova configuração da relação do partido *versus* conselho *versus* sindicato, quando afirmou:

O partido é a superior forma de organização; o sindicato e o conselho de fábrica são formas de organização intermediária, nas quais enquadram os proletários mais conscientes para a luta cotidiana contra o capital. (...) sobre uma plataforma de caráter sindical. Nas eleições, as massas pronunciam-se pelo

<sup>54</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, *op. cit.*, p. 34.

<sup>55</sup> Indicava o autor a reavaliação de uma experiência histórica, sugerindo que se incorporassem elementos positivos no trabalho de organizações e mobilizações dos trabalhadores, com o objetivo de serem o instrumento para a construção de um verdadeiro partido de massas.

<sup>56</sup> GRAMSCI, Antonio. In: COUTINHO, *op. cit.*, p. 66.

supremo fim político, pela forma do Estado, pela afirmação da classe operária como classe dirigente.<sup>57</sup>

O conselho continuou efetivamente ligado ao processo de mobilização e organização das diferentes categorias de trabalhadores em seu núcleo de trabalho (pequenos camponeses proprietários de terras, assalariados do campo, intelectuais e proletários), mas estando agora aglutinados e organizados social, política e economicamente no Partido Comunista. É um diferencial importante, já que essa questão, juntamente com outras a serem desenvolvidas e amadurecidas (como o conceito de hegemonia, governo operário-camponês), terá sua expressão teórica em vários artigos e textos produzidos ao longo desse período e reafirmados em seguida, nas *Teses de Lyon*. Nelas verifica-se a reafirmação de sua política, que seria apontada posteriormente em *Alguns temas de a questão meridional* e nos *Cadernos*, e com esses escritos recuperamos os camponeses nesse processo histórico.<sup>58</sup>

O partido *versus* campesinato em Gramsci é uma relação igualmente complexa. Ao procurar elaborar uma estratégia de inserção destes últimos no processo revolucionário, ele procurou superar no camponês o estigma que sempre lhe caracterizou historicamente, na concepção marxista clássica: um inimigo potencial do proletariado (em razão de seu atraso histórico e modo de vida tradicional), ou uma linha auxiliar (pouco confiável) do proletariado na tarefa de fazer a revolução. Para sua correta apreensão, seria fundamental o entendimento do contexto histórico das massas camponesas dentro das características peculiares em que ocorreram processos revolucionários. O curioso é que essa complexidade já era percebida em seus escritos (anteriores e posteriores aos acontecimentos do *Biênio Vermelho*)<sup>59</sup>; portanto, também não deixou de ser uma

---

<sup>57</sup> GRAMSCI, Antonio. In: COUTINHO, *op. cit.*, p. 66.

<sup>58</sup> Sobre este conjunto de textos, ver: GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*, *op. cit.*, p. 109 e ss.

<sup>59</sup> O *Biênio Vermelho* é um dos períodos revolucionários mais significativos da Itália, tendo ocorrido entre 1919 e 1920. Caracterizado pela ocupação e direção das fábricas pelos operários de Turim, Gramsci, que na ocasião estava à frente do Semanário *L'Ordine*

reflexão polêmica entre vários estudiosos do autor e sua obra. Felice e Parlato, por exemplo, em um longo ensaio introdutório sobre os escritos de Gramsci, em *Alguns temas da questão meridional*, afirmaram conclusivamente:

(...) 'Alguns temas' não se caracteriza tanto como um prosseguimento e a conclusão, segundo uma linha de continuidade, de pesquisa já desenvolvida, mas sim, ao contrário, como um ponto de inflexão, realizado não apenas no plano prático de organização. 'Alguns temas', por conseguinte, não pode tampouco ser considerado como ponto de chegada de uma circunscrita reflexão meridionalista, mas se coloca como um desfecho de um intenso e doloroso trabalho político e cultural do movimento operário italiano e, sobretudo, do jovem Partido Comunista da Itália.<sup>60</sup>

É uma reflexão desafiadora, já que os autores sustentam a tese de que Gramsci, nessa fase, já teria superado a experiência ordi-novista, colocando inclusive que a libertação do campesinato viria em consequência da vitória do operariado, e não em decorrência da aliança entre as duas classes. Ao contrário desses autores, penso que, em Gramsci, a análise do campesinato está inserida fundamentalmente no contexto da revolução italiana; e somente em um segundo momento foi particularizada na questão meridional. Isto inclusive era perceptível nos escritos e artigos anteriores a 1920, quando ele já chamava atenção para a necessidade de conselhos operários e camponeses; e também a necessidade de um Conselho Executivo Central, como significado de uma articulação dos conselhos de fábricas com os conselhos de camponeses.<sup>61</sup>

Retomemos o diálogo com Gramsci. Ao que tudo indica, é a partir das reflexões sobre a Revolução Russa (lá o movimento revolucionário foi precedido por levantes no campo) e, parti-

---

*Nuovo*, analisou a experiência e também o significado dos Conselhos de Fábrica surgidos no processo.

<sup>60</sup> Ver Introdução de Felice e Parlato in: GRAMSCI, *op. cit.*, p. 39 e ss.

<sup>61</sup> Ainda que a estratégia dos conselhos e a configuração destes como instrumento de ação revolucionária do operariado no local de produção fosse extensível ao campesinato, percebe-se uma lacuna nessa análise sobre a real concepção de uma política de alianças da classe operária com outros grupos sociais, bem como sua viabilização, em referência à organização do campesinato.

cularmente, das revoluções húngara e alemã (em que ocorreu a derrota do processo revolucionário por causa do isolamento das cidades) – somando-se à análise do quadro italiano (especialmente após os acontecimentos do Biênio Vermelho) – que ocorreu em Gramsci uma reavaliação e amadurecimento dessa problemática sobre o campesinato. Ele então procurou sinalizar ao proletariado uma teoria da revolução e do poder operário, reconhecendo nos camponeses um componente essencial da revolução.

Essa reavaliação pode ser bem observada entre 1919 e 1920, numa série de artigos intitulada *Operários e camponeses* (I, II, III),<sup>62</sup> quando foram apontadas as semelhanças entre o que ele denominou sociedades atrasadas do ponto de vista capitalista (as semelhanças entre Rússia e Itália); e entre operários e camponeses (e a separação entre cidade e campo). Nesses escritos, Gramsci observou ser fundamental analisar a psicologia do camponês para o desenvolvimento de uma ação e uma estratégia revolucionárias, que possibilitassem a superação do espontaneísmo circunstancial de suas revoltas. Para isso, deveria haver o necessário entendimento de sua cultura e de suas necessidades, bem como o (re)conhecimento de seus valores. Segundo o autor, essa psicologia submissa cotidiana do camponês é tradicionalmente dissimulada, sendo este um indivíduo alijado e ignorado do processo que o circunda, assumindo com frequência o banditismo como expressão da luta de classes. Entender, desvendar essa psicologia seria um fator fundamental para a superação de tal paradigma. Na sua leitura, a guerra veio a ser o elemento que possibilitou ao campesinato a visualização dessas contradições; e, de certa forma, possibilitou a superação desse paradigma na Rússia. Já na Itália, “O problema da unificação de classes dos operários e dos camponeses se apresenta nos mesmos termos: ela ocorrerá na prática do Estado socialista e se baseará na nova psicologia criada pela vida comum nas trincheiras”.<sup>63</sup>

<sup>62</sup> Operários e camponeses (I). In: GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*, op. cit., p. 69 e ss.

<sup>63</sup> Operários e camponeses (I). In: GRAMSCI, op. cit., p. 72.

No processo de desagregação que se seguiu à situação de conflito e frente às impossibilidades de superação das contradições existentes na sociedade capitalista, “A transformação industrial da agricultura só pode ocorrer com o consentimento dos camponeses pobres, através de uma ditadura do proletariado que se encarne em conselhos de operários industriais e de camponeses pobres”.<sup>64</sup>

Aqui se apresentam, a meu ver, diretrizes de uma estratégia revolucionária que terá seu eixo conceitual na Ditadura do Proletariado, entendida como uma conjugação dos operários e camponeses, sendo reafirmada a liderança dos primeiros. O conselho está posto como instrumento de ação e organização revolucionária primordial (que sofrerá uma reavaliação posterior), embora, vale ressaltar, falte uma diretriz em seus textos quanto à forma e aos mecanismos a serem desenvolvidos no campo. Contudo, Gramsci é categórico ao afirmar que os operários fabris e os camponeses pobres são duas fontes de energia da revolução proletária.

É nesse momento que o autor observou que tal processo não poderia ser superado no quadro das instituições burguesas, ocorrendo tal reversão e configuração somente quando estivesse consolidado o Estado operário, fase posterior à ditadura do proletariado. Em um contexto de atraso da economia capitalista no meio rural, diria que:

(...) não fora possível o desenvolvimento de amplas e profundas organizações camponesas, nas quais os trabalhadores rurais se educassem em uma concepção orgânica da luta de classes e na disciplina permanente necessária à reconstrução do Estado depois da catástrofe capitalista.<sup>65</sup>

O processo revolucionário decorre, na sua leitura, a partir das condições objetivas da sociedade italiana, sendo fundamental a incorporação, organização e disciplina das amplas massas camponesas, através de suas instituições (objetivando uma revolução comunista), confluindo essa estratégia numa articulação cidade e campo sob a hegemonia do operariado.

<sup>64</sup> Operários e camponeses (I) In: GRAMSCI, *op. cit.*, p. 72.

<sup>65</sup> Operários e camponeses (I) In: GRAMSCI, *op. cit.*, p. 73.

É perceptível nesses textos a diferenciação que Gramsci observou nos vários estratos do campesinato italiano, indicando estratégias específicas de condução do processo de arregimentação nos locais de trabalho. Os sindicatos passaram a ter um papel significativo; mas seria igualmente relevante a elaboração de palavras de ordem específicas ao grau de organização existente. Por exemplo, o significado da palavra de ordem “terra” deveria ser entendida e articulada pelos camponeses ao contexto socioeconômico localizado. No caso das empresas agrícolas, o processo deve ser controlado por operários agrícolas, organizados por empresas e por fazendas; já terras de cultura extensiva devem ser administradas pelos conselhos de camponeses pobres das aldeias e dos burgos agrícolas.

Em sua reflexão, o pensador italiano valorizou mais uma tentativa de conjugar a estratégia dos conselhos como factível ao conjunto das diferentes categorias de trabalhadores e à realidade camponesa; isso fica perceptível quando ele fundamenta a tese de que, a partir do desenvolvimento econômico localizado, surgem aspectos organizativos com características semelhantes às de um processo revolucionário fabril. A luta de classes terá seu significado histórico maior quando se viabilizar a aliança operário-camponesa, ocorrendo sob a hegemonia do proletariado urbano, sendo o final desse processo a unificação consciente e disciplinada das massas de norte a sul, da aliança do campo e da cidade.

A partir de 1923, Gramsci indicava mais uma vez a necessidade de ampliar as alianças e de reavaliar uma linha de intervenção que procurasse ampliar o leque de forças conjugadas e lideradas pelo Partido Comunista (especialmente a partir do advento do fascismo), bem como a preparação do proletariado para o debate e o enfrentamento com outras forças políticas dentro de um quadro institucional a ser preservado. São decorrentes dessa avaliação as observações apontadas na carta sobre a fundação de *L'Unità*, em que é reafirmada essa estratégia.<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> Carta sobre a Fundação de *L'Unità* In: GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*, op. cit., p. 83.

A unidade das forças políticas é um dado necessário para Gramsci, assim como a superação dos limites postos em uma concepção de classe com abordagem territorial e nacional que incorporasse a essa análise a questão meridional. Esse elemento é fundamental ao entendimento das relações entre operários e camponeses, observando o traço típico de sua reflexão teórica, ou seja, a análise constante dentro do quadro socioeconômico e político. Por exemplo, a palavra de ordem “governo operário e camponês” deve se configurar, no caso italiano, como a “República Federativa dos Operários e Camponeses”, sugerindo o autor a autonomia como uma demanda política das classes camponesas. Nesse sentido, essa articulação política (a ser elaborada) possibilitaria, em nível local, a garantia de avanços políticos e organizativos consideráveis (mais uma vez, diante da necessidade de contrapor o avanço do fascismo). E, por fim, ele chamou atenção para a necessidade de um debate profundo sobre a questão meridional:

(...) o regime dos soviets, com sua centralização política dada pelo Partido Comunista e com sua descentralização administrativa e sua coloração de forças populares locais, encontra uma ótima preparação ideológica nesta palavra de ordem: República Federativa dos Operários e Camponeses.<sup>67</sup>

Naquele contexto e em suas particularidades históricas, verifica-se a reafirmação e incorporação da teoria revolucionária leninista ao pensamento político e à práxis revolucionária de Gramsci. São questões, inclusive, retomadas em 1924, no artigo “O sul e o fascismo”,<sup>68</sup> quando é posta a situação do problema meridional e seu caráter de classe, especialmente no momento de ascensão do fascismo, e a necessidade de elaboração de uma estratégia de incorporação do sul na questão nacional. É também observada a incapacidade da burguesia de propor soluções de superação dessas questões em momentos de crise. A rigor, Gramsci demonstrou nesse artigo os impasses decorrentes da dificuldade de elaboração

<sup>67</sup> Operários e camponeses (I) In: GRAMSCI, *op. cit.*, p. 85.

<sup>68</sup> O sul e o fascismo In: GRAMSCI, *op. cit.*, p. 87.

de um projeto político que incorpore e supere as adversidades existentes e os desafios da elaboração de uma estratégia revolucionária configurada na aliança operário-camponesa.

Pouco tempo depois, publicou em “A crise italiana” (que reproduz o informe dirigido ao Comitê Central) observações referentes à estratégia de atuação frente às exigências do momento político e, especialmente, frente ao agravamento da crise do sistema capitalista no país.<sup>69</sup> Os impasses decorrentes desses processos têm entre suas causas a crise da pequena burguesia (especialmente em razão de sua particularidade como a única classe nacional) e a baixa industrialização, aliada a uma concentração regionalizada da classe operária. Esses fatores conjugados contribuíram para a configuração do quadro favorável à ascensão do fascismo e à importância dessa via para o equacionamento da crise política e social.

Gramsci mais uma vez é categórico ao colocar que as superações dos impasses pontuais e estruturais só se darão através de uma revolução europeia sob condução do proletariado; e, do ponto de vista tático, reafirmou este último como a única classe que poderia substanciar um regime democrático em contraposição à ameaça fascista. As tarefas possíveis a serem encampadas e conduzidas pelo partido eram de organização, propaganda e agitação. Aqui, ele apontava para a necessidade de acúmulo de forças e a superação do esquerdismo (e fanatismo de algumas tendências e frações internas do partido no trabalho de massas), especialmente pelo momento, entendido como não favorável para uma luta direta pela tomada do poder.

Paralelamente, verificou-se com essa linha de intervenção uma concepção teórica que será o eixo de atuação de vários partidos comunistas no mundo, conhecida por etapismo, e que Gramsci pontuará como categorias de análise: Guerra de Movimento e Guerra de Posição. Ele sinalizou ainda para a necessidade de um partido de massas, em que o operariado e o campesinato pudessem ser organizados e preparados politicamente através de organiz-

---

<sup>69</sup> A crise italiana In: GRAMSCI, *op. cit.*, p. 93.

mos sindicais de base (sindicatos e células de fábricas e aldeias), dirigidos pelo Partido Comunista, com o objetivo de construir o Estado Operário Camponês. Percebe-se, nesse ponto, uma reavaliação tática do papel a ser desempenhado pelos sindicatos nesse momento histórico, e que será objeto de polêmica ao longo de sua obra. Segundo ele, tal processo será conduzido com êxito pelo partido e “será a medida de nossos progressos no caminho da revolução, permitindo a passagem para uma fase subsequente de desenvolvimento”.<sup>70</sup>

Em 1926, no “Informe sobre o III Congresso (Lyon) do Partido Comunista da Itália”,<sup>71</sup> as linhas de seu pensamento político são apresentadas, bem como são amadurecidas as diretrizes de intervenção. É resgatado o processo de cisão e de fundação do PCI, incorporando à análise do processo político o referencial leninista, que a meu ver terá um forte caráter formativo na personalidade e nos trabalhos referentes à organização e estratégia do partido, bem como na condução do proletariado nos anos subsequentes. Nesse texto, Gramsci chamou a atenção mais uma vez para a necessidade de alianças táticas com outras correntes políticas contra o inimigo maior, a ameaça fascista.<sup>72</sup> Diria ele: “O companheiro Lenin deu a fórmula lapidar do significado das cisões da Itália, quando disse ao companheiro Serrati: Separem de Turati, e depois façam aliança com ele”.<sup>73</sup>

Sua leitura também não está deslocada do refluxo revolucionário que ocorria em outros países, como no caso do processo revolucionário húngaro; mas esse aspecto seria posto como fundamental à elaboração de uma nova estratégia política. O significado dessa reflexão pode ser assim observado:

<sup>70</sup> A crise italiana In: GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional, op. cit.*, p. 107.

<sup>71</sup> Informe sobre o III Congresso (Lyon) do Partido Comunista da Itália. In: GRAMSCI, *op. cit.*, p. 109.

<sup>72</sup> Fato este que, na maioria dos PCs sob orientação da Internacional, será objeto de reorientação, ocasionando controvérsias e consequências catastróficas.

<sup>73</sup> Informe sobre o III Congresso (Lyon) do Partido Comunista da Itália. In: GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional, op. cit.*, p. 110.

Dele [Congresso] resultou que o nosso partido pode ser reconhecido como um partido de massa não só pela influência que exerce sobre largos estratos da classe operária e da massa camponesa, mas também porque produziu em cada um dos elementos que o compõem uma capacidade de análise das situações, de iniciativa política e de força dirigente que no passado lhe faltava e que está na base da direção coletiva.<sup>74</sup>

Há nele a ideia do amadurecimento ideológico dos militantes de base, objetivando a unificação partidária, e o estabelecimento de um programa político e de trabalho de massa a ser conduzido nessa etapa histórica. Um outro aspecto importante é que se verificam diretrizes organizacionais a serem observadas na relação entre direção e base. Gramsci expõe o caráter de classe do partido do proletariado e a subordinação do conjunto à direção do Comitê Central, ressaltando que isto não deve ser apenas um fato puramente organizativo e disciplinar, mas um verdadeiro princípio de ética revolucionária. Ainda chama atenção para a necessidade de se evitar qualquer tipo de manobras diversionistas ou frações internas, à esquerda e à direita, sendo esta uma preocupação crescente sobretudo em um momento em que o fascismo ganhava corpo na Itália. Mais uma vez é reafirmada a concepção leninista de vanguarda dirigente, corporificada no Comitê Central na condução do processo revolucionário.

Como foi apontado, Gramsci reavaliou sua concepção do sindicato e a valoração tática a partir do contexto que se apresentava, especialmente frente à necessidade de coesão da classe operária e da tática a ser conduzida nesse setor, sinalizando ainda para a necessidade de desenvolvimento de uma experiência organizativa das massas (conselhos?) em um quadro possível de atuação. Na verdade, percebe-se nele moderação em um momento de crise e refluxo do movimento popular. Por fim, é delineada nesse informe uma estratégia de intervenção do partido no campo, procurando superar aquilo que apontou ser propaganda ideológica para uma intervenção organizacional e política. A questão agrária, sua

---

<sup>74</sup> Informe sobre o III Congresso (Lyon) do Partido Comunista da Itália. In: GRAMSCI, *op. cit.*, p. 116.

complexidade no contexto italiano e o caráter dos agentes revolucionários envolvidos (ou seja, qual fração do proletariado e do campesinato) são postos em reflexão.

Inicialmente, Gramsci retomou a reflexão de uma forma específica de organização camponesa, uniões regionais de defesa dos camponeses em que estivessem configuradas as particularidades de cada agrupamento e a especificidade de uma ação política localizada. O autor percebeu que a estratégia a ser desenvolvida junto ao campesinato deveria ser particularizada em razão das grandes disparidades regionais, pois a tática agrária do leninismo só poderia ser ampliada a um determinado grupo que historicamente tinha influência do proletariado na região do Piemonte. Os demais grupos (exceto os camponeses da Istria e Friuli), os camponeses católicos e os meridionais deveriam ser objeto de amadurecimento e reflexão.

Porém, é com relação aos camponeses meridionais que ele sustentou a tese de serem eles o grupo social mais revolucionário da sociedade italiana (após o proletariado industrial e agrícola do norte da Itália). Alertou inclusive para a necessidade de uma ação do partido junto a esse segmento quando ocorriam movimentos de agitação e contestação; mas urge, no informe citado, que nesse processo o operariado faça a organização e propaganda revolucionárias. O operariado também deveria superar internamente o preconceito que é particular aos camponeses meridionais – segundo ele, inculcado pela propaganda burguesa –, já que é uma forma de manipulação ideológica. A observação sobre essa questão é categórica:

Para obter resultados precisos é necessário que o nosso partido desenvolva uma intensa obra de propaganda, inclusive no interior de sua própria organização, para dar a todos os companheiros uma consciência exata dos termos da questão, que, se não for resolvida de forma clarividente e revolucionariamente sábia por nós, permitirá à burguesia, derrotada na sua zona, concentrar-se no sul para fazer de parte da Itália a praça de armas da contrarrevolução.<sup>75</sup>

<sup>75</sup> Informe sobre o III Congresso (Lyon) do Partido Comunista da Itália. In: GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional, op. cit.*, p. 132.

Essa reflexão ainda seria objeto do inacabado “Alguns temas da questão meridional”,<sup>76</sup> e nele Gramsci procurou mais uma vez desenvolver apontamentos para o entendimento dessa problemática e do seu caráter nacional. O autor retomaria reflexões do período ordinavista (algo já sinalizado), procurando fazer uma leitura amadurecida do campesinato e de sua relação com o partido e o operariado. Também é retomada a análise da aliança operário-camponesa, expressa nesse contexto como necessidade e capacidade dos primeiros de obter o consenso da massa camponesa, a fim de estabelecer a hegemonia em um projeto revolucionário. A rigor, é a reafirmação da ditadura do proletariado como categoria sociológica, expressa na conjugação e aliança de forças sob direção e hegemonia operária. Porém, a possibilidade de trabalho de massa junto aos vários segmentos do campesinato e, no caso, também da intelectualidade (assim como a própria capacidade de o proletariado desempenhar seu papel dirigente histórico) só poderá efetivar-se, de acordo com sua análise, a partir do momento em que for superado todo e qualquer tipo de corporativismo (tanto sindical como de classe), objetivando o consenso de todos esses segmentos sociais. Mais uma vez, o sindicalismo é resgatado pelo autor como válido para os camponeses meridionais e posto em debate quanto a sua viabilidade como instrumento de organização.

Como ressaltado em várias passagens, nesse texto Gramsci definiu os segmentos sociais da sociedade meridional como objeto de análise, descrevendo-a como uma sociedade composta por uma massa de camponeses amorfos e desagregados (mas com potencial revolucionário); intelectuais (subdivididos categoricamente nos originários da pequena e da média burguesia rural); e grandes proprietários de terras. Qualquer estratégia de intervenção operária

---

<sup>76</sup> Alguns temas da questão meridional. In: GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*, op. cit., p. 135-165. A título de esclarecimento, esse ensaio compõe uma série conjunta dos artigos com os quais dialogo aqui (Introdução de Felice e Parlato; Operários e camponeses (I); O sul e o fascismo; A crise italiana; Informe sobre o III Congresso (Lyon) do Partido Comunista da Itália), inseridos no livro citado, cujo título da edição brasileira corresponde ao da edição italiana.

e camponesa revolucionária não poderia – em sua leitura – ignorar esse bloco agrário e sua relação umbilical no bloco histórico; portanto, a desagregação do bloco intelectual que cimeta esse tecido social é uma tarefa a ser conduzida pelo partido, com a direção do proletariado aliada aos camponeses.

Na parte final do escrito, Gramsci admitiu serem o proletariado e os camponeses as forças nacionais portadoras de futuro; embora, quanto a estes últimos, seja fundamental o seu melhor entendimento, já que na Itália essa articulação não se particularizou somente na questão meridional, mas também na vaticana. De qualquer forma, em relação à questão meridional, a polêmica se apresentou como superação da experiência ordinavista (ou não), ou mesmo como um indicativo de uma inflexão, quiçá ruptura. Mesmo que permaneça uma lacuna em relação à estratégia organizacional, o debate por ele proposto não se esgotou, permanecendo esses apontamentos como uma reflexão lúcida do papel revolucionário do campesinato para o entendimento dessa problemática em um projeto de revolução.

# Mao Tse-tung, o campesinato e o exército na ação revolucionária

O poder político está na ponta de um fuzil.

Mao Tse-tung

Neste ensaio, temos dois pressupostos de análise no diálogo com as teses de Mao Tse-tung: a teoria da organização e o campesinato, e ambos remetem a uma reflexão, no contexto chinês, sobre a intervenção na qual o exército teve um papel determinante, em um cenário pautado por desafios e contradições.<sup>77</sup> Talvez, a principal é o processo revolucionário chinês ter se caracterizado, em sua fase inicial, por uma profunda influência da Revolução Russa e, conseqüentemente, de seus teóricos (em alguns momentos, comissários políticos); mas também pelo desafio e a necessidade de seus dirigentes elaborarem estratégias originais de intervenção e que sofreriam, ao longo do tempo, sucessivas (re)configurações. Por essa razão, decorrem os vários nós e polêmicas na obra de Mao Tse-tung. Nada linear, como bem coloca Edoarda Masi: “O povo substitui, em Mao, em certa medida, o proletariado em Marx. Mas não se define de uma vez por todas quem pertence e quem não pertence ao povo. A composição deste muda com as condições históricas”.<sup>78</sup>

Inicialmente, Mao Tse-tung partiria de princípios bem flexíveis em suas reflexões sobre essa problemática, o que refletiria, em uma fase posterior, um inegável amadurecimento teórico. Isto possibilitou, em suas análises, uma reavaliação tática sempre quando fosse necessário para atingir seus objetivos. Consequen-

<sup>77</sup> Uma versão deste ensaio foi publicada na *Revista Antítese*, n. 8, 2010.

<sup>78</sup> MASI, Edoarda. In: TSE-TUNG, Mao. *Política*. Organização de Eder Sader. São Paulo: Ática, 1985, p. 26.

temente, ele também enfrentou contradições e desafios para superar e elaborar estratégias de intervenção a partir do contexto histórico chinês.

Quanto ao primeiro pressuposto, a organização do Partido Comunista Chinês (PCC), vários foram os fatores que possibilitaram seu crescimento. Seus dirigentes tiveram a habilidade de incorporar alguns padrões tradicionais estabelecidos à reflexão política e econômica, tais como pressão populacional, deterioração do controle hidráulico, fragmentação política e diminuição das reservas alimentícias; aspectos estes que vieram a somar-se, no século 20, segundo Eric Wolf, ao avanço do capitalismo na China.<sup>79</sup>

A China era um país de camponeses, cujo acesso à terra se dava na forma de arrendamento ou de propriedade; e, mais ainda, um país em que o quadro fundiário se caracterizava, em 1930, pela seguinte situação: metade do campesinato possuía terras próprias (ainda que a propriedade não fosse distribuída por igual); um quarto compreendia terras de arrendatários; e o restante, de proprietários que também arrendavam algumas terras, sendo que a maior parte do trabalho agrícola era realizada pelos próprios camponeses. Era o perfil de uma sociedade rural dominada pelo camponês dono de terras, mas “esse campesinato jamais deixara de lutar ferozmente para se manter na terra, embora duplamente ameaçado pelas pressões da comercialização vindas do alto e pelas perspectivas de miséria vindas de baixo”.<sup>80</sup>

Essa característica foi bem percebida por Mao Tse-tung, que demonstrava em seus textos certa resistência quanto à incorporação do campesinato como classe capaz de empreender um projeto revolucionário, especialmente devido ao seu caráter pequeno-burguês; aspecto este que sempre permeou algumas correntes teóricas marxistas. Contradições e desafios, vale dizer, que não se limitaram ao campesinato. Curiosamente, embora a composição da maioria dos quadros partidários e do Exército fosse de camponeses, o

<sup>79</sup> WOLF, Eric R. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global Ed., 1984, p. 164.

<sup>80</sup> WOLF, Eric R. *Guerras camponesas do século XX, op. cit.*, p. 172.

PCC nunca veio a ser um partido estritamente camponês, já que outros agentes vieram a se somar contraditoriamente e tiveram um papel significativo (ainda que diferenciado) na revolução: os estudantes e a classe operária. A análise da participação de ambos não é objeto deste ensaio, mas é importante ressaltar que, entre todos esses segmentos, existia uma importante “rede de relacionamentos, que ligava o novo operariado ao campesinato real e ramificava-se através das massas urbanas muito além da própria força de trabalho industrial”.<sup>81</sup>

Com efeito, percebe-se que havia historicamente uma dificuldade e uma lacuna teórica a ser preenchida especialmente para Mao, que entendia a formação da teoria revolucionária como resultante da prática social, e esta, por sua vez, condicionada pela teoria. Nas suas palavras, “um novo estilo de trabalho, estilo que consiste na integração da teoria com a prática, na criação de apertados laços com as massas e na prática de autocrítica”.<sup>82</sup>

O revolucionário chinês chamou atenção em muitos de seus textos para as dificuldades de intervenção social, especialmente quando é posta a necessidade de superar três aspectos que constantemente permeavam a vida orgânica do partido e de seus militantes. São eles o subjetivismo, o sectarismo e o estilo clichê, que constituem os verdadeiros obstáculos à ligação das massas ao processo revolucionário. Reflexo dessa polêmica é o desabafo de Mao no momento da inauguração da Escola de Quadros do PCC:

(...) de modo geral, entre nós a teoria não vai a par com a prática revolucionária, e muito menos à frente desta, tal como deveria ser, ainda não elevamos nossa prática, tão rica, a um justo nível teórico. Pensem apenas: quantos de nós, nos domínios econômico, político, militar e cultural da China, criaram já teorias dignas desse nome que possam ser olhadas como científicas e globais, e não como rudimentares esboços?<sup>83</sup>

---

<sup>81</sup> WOLF, *op. cit.*, p. 174.

<sup>82</sup> TSE-TUNG, Mao. *O livro vermelho*. São Paulo: Global Ed., 1980, p. 4.

<sup>83</sup> Retifiquemos o estilo de trabalho no partido. In: TSE-TUNG, Mao. *Obras escolhidas*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1979. v. III, p. 42-43.

Mao Tse-tung igualmente aconselhava o Partido Comunista a fazer um estudo da realidade da história e a pensar sobre a prática revolucionária para elaborar uma teoria. É uma reafirmação constante em sua obra, especialmente em 1943, um momento que ele denominou *movimento de retificação*, quando fez críticas ao burocratismo. Nesse movimento, reafirmou a necessidade de formação de quadros e de um núcleo dirigente capaz de se constituir osmoticamente no processo de luta. Núcleos intermediários também seriam formados no processo de luta e, então, estes se legitimariam na condução e direção, tendo a preocupação em propagar ideias ou linhas de trabalho junto às massas: “que as massas as tomem como suas [as ideias], persistam nelas e as traduzam em ação; e ainda verifiquem a justeza dessas ideias no decorrer da própria ação das massas”.<sup>84</sup>

Paralelamente, algumas linhas conceituais e de ação para o Partido Comunista também são indicadas em várias passagens de sua obra, especialmente no sentido de valorizá-lo enquanto uma organização revolucionária extremamente centralizada e centralizadora, pautada na teoria marxista-leninista. Sem esses pressupostos, ressalta o revolucionário chinês, é impossível dirigir a classe operária e as grandes massas do povo.<sup>85</sup> No entanto, aqui já despontavam também certas características comuns aos teóricos clássicos do marxismo, que sempre reafirmavam o papel dirigente do proletariado, com o campesinato (que perfaz até hoje grande parte da população chinesa) incorporado ao conjunto de outras categorias sociais, como as massas. Mao inclusive fornece um repositório fundamental à conquista do socialismo: a confiança no partido e nas massas, um reflexo da formulação de sua política.

Nos escritos de Mao, algumas categorias assumem as particularidades do contexto específico chinês. O centralismo democrático é definido como um sistema que, nas suas reflexões, é democrático e ao mesmo tempo centralizado; e que, em última instância, tem por significado ser centralizado por uma base democrática segundo

---

<sup>84</sup> A propósito dos métodos de direção. TSE-TUNG, Mao. *Obras escolhidas, op. cit.*, p. 179.

<sup>85</sup> Sobre o governo de coalizão. In: MAO, *op. cit.*, p. 360.

uma direção centralizada. Tal sistema permite, por um lado, fazer uma efetiva e ampla democracia, investindo de plenos poderes as assembleias populares nos diversos níveis; e, por outro, administrar de forma centralizada os assuntos estatais. Esse aspecto é valorizado na medida em que possibilita que os jovens administrem de forma centralizada os assuntos e demandas das assembleias, resguardando os interesses do povo.

Ainda assim, percebe-se que tal sistema se caracteriza por uma relação vertical entre a cúpula democrática e a base, principalmente quando é colocado que as discussões dos níveis inferiores devem ser submetidas à decisão dos níveis superiores. Na teoria chinesa, o centralismo democrático está associado e configurado à democracia interna e à disciplina, pautado em quatro eixos norteadores:

- a subordinação dos militantes à organização;
- a subordinação da minoria à maioria;
- a subordinação do nível inferior ao superior;
- a subordinação de todo o partido ao Comitê Central.<sup>86</sup>

Com esses mecanismos, a possibilidade de uma discussão democrática nas bases indica que a democracia em si é questionável, já que, como bem sugere o interessante ensaio de Fernando Garcia, as decisões, em última instância, são tomadas pela cúpula.<sup>87</sup> Isto, inegavelmente, remete à particularidade do centralismo democrático chinês, em que há uma preocupação na educação dos militantes, mas, principalmente, uma preocupação quanto à disciplina, já que o ultrademocratismo é visto como um perigo à capacidade de realização do militante e tido como uma manifestação individual pequeno-burguesa. O comitê é outro elemento constitutivo desse processo, criticamente apontado como mecanismo de superação do individualismo e da concentração de poderes nas mãos de um único indivíduo, o que, em tese, favorece a direção coletiva. Mas, ainda assim:

---

<sup>86</sup> TSE-TUNG, Mao. *Obras escogidas*. Pequim: Ediciones Lenguas Extranjeras, 1971. v. III, p. 335 apud GARCIA, Fernando Coutinho. *Partidos políticos e teoria da organização*, *op. cit.*, p. 86.

<sup>87</sup> GARCIA, *op. cit.*, p. 86.

Averiguou-se recentemente, porém, que em alguns órgãos dirigentes (não em todos evidentemente) é prática habitual que um só indivíduo monopolize a condução dos trabalhadores e resolva os problemas importantes. As decisões sobre problemas não são tomadas pela reunião do comitê do partido, mas sim por um único indivíduo, e os membros do comitê estão ali por mera formalidade (...). Os membros do comitê do partido mantêm entre si uma unidade apenas formal, não real.<sup>88</sup>

Na verdade, historicamente esse processo teve por resultado o fortalecimento do controle burocrático sobre os assuntos gerais, o que o tempo demonstrou como inadequado e insuficiente como instrumento de democracia de massa.

Contudo, na reflexão de Mao, são vários os pontos comuns à teoria leninista expostos em *Um passo à frente e dois atrás*. Devido ao fato de a China ser um país eminentemente agrário, é reafirmado por ele que a classe operária e sua vanguarda, o Partido Comunista, conduzem as massas populares e o governo. A concepção de democracia, por exemplo, passa ao largo da burocracia centralizada no PCC, tendo como consequência que toda luta que ocorre é interna à cúpula, e verifica-se um distanciamento das massas de qualquer poder decisório. Talvez seja essa a razão do uso excessivo da violência frente às grandes manifestações na China, já que seu processo de articulação é por demais assustador ao núcleo dirigente. Como bem aponta Garcia,

(...) mas, ao contrário do que temos tido oportunidade de constatar na prática organizacional chinesa, bem como na prática organizacional sensu, é justamente o oposto, na medida em que trava uma acirrada luta pelo poder no seio do partido (burocratismo puro) e, acima de tudo, mantém a sociedade civil bem desarticulada, via repressões totalitárias típicas das sociedades burocratizadas.<sup>89</sup>

A revolução cultural chinesa e os movimentos pela democracia realizados na Praça da Paz Celestial vieram, de certa forma, a comprovar essa tese.<sup>90</sup>

<sup>88</sup> TSE-TUNG, Mao. *O livro vermelho*, op. cit., p. 117.

<sup>89</sup> GARCIA, Fernando Coutinho. *Partidos políticos e teoria da organização*, op. cit., p. 87.

<sup>90</sup> ANDRADE, Marília; FAVRE, Luis. *A comuna de Pequim*. São Paulo: Ed. Busca Vida, 1989.

Quanto ao segundo pressuposto – o campesinato –, vale mais uma vez registrar que o processo revolucionário chinês ocorreu em um país eminentemente agrário, onde a indústria e o proletariado eram incipientes, para não dizer residuais. A reflexão teórica do papel do campesinato sempre foi diluída na dicotomia proletariado e massas. É devido aos muitos massacres nas cidades entre os anos 1920 e 1930 (particularmente sobre o movimento operário) que se percebe a superação das teses anteriores sobre a possibilidade de uma vitória revolucionária a ser conduzida pelo proletariado, bem como verifica-se uma disposição dos comunistas em conduzir a luta no campo e a consequente mobilização do campesinato.

É nesse período que ocorre a valorização das ideias de Mao Tse-tung, indicando os camponeses como principal apoio, em um quadro político-social totalmente diferenciado do processo revolucionário russo. O maoísmo torna-se então uma corrente teórica no pensamento marxista mundial, até porque:

(...) na China é diferente. A China não é um Estado democrático independente, mas um país semicolonial (...) não existe assembleia legislativa que possa ser utilizada, nem direito legal de organizar os operários para a greve. Aqui a tarefa fundamental do Partido Comunista é enfrentar não um longo período de lutas legais antes de iniciar uma insurreição ou uma guerra civil. Sua tarefa não é tomar primeiro as cidades grandes e depois o campo, mas seguir o caminho inverso.<sup>91</sup>

Em 1927, no “Informe sobre uma pesquisa feita no movimento camponês em Hunan” (um de seus trabalhos mais ricos e esclarecedores), Mao já chamava a atenção para uma reflexão sobre a valorização do campesinato como agente revolucionário. Um aspecto interessante é a incorporação, pela vanguarda, da pesquisa como método de levantar dados da vida social, e sua consequente elaboração teórica de atividades junto às massas. Nesse texto é reavaliada sua leitura sobre o campesinato:

É preciso retificar imediatamente todos os comentários sobre o movimento camponês e corrigir, o quanto antes, as medidas erradas que as autoridades re-

---

<sup>91</sup> WOLF, Eric R. *Guerras camponesas do século XX, op. cit.*, p. 184.

volucionárias tomavam em relação a ele. (...) Somente assim se pode contribuir de algum modo para o futuro da revolução (...).<sup>92</sup>

O processo organizativo entre os camponeses, segundo ele, passa por fases diferenciadas, incorporando estágios da luta revolucionária e suas particularidades, oriundas das especificidades regionais. Nesse quadro, ele lança a palavra de ordem “todo poder às associações camponesas”, com poder de jurisdição e decisão sobre praticamente todos os aspectos da vida coletiva e individual da comunidade. A estratégia revolucionária é apontada como sendo extremamente violenta e necessária (principalmente contra os latifundiários), mas demonstraria, por seu conteúdo de ruptura e de classe, o caráter revolucionário do campesinato, em que as associações não estão sujeitas a críticas de qualquer ordem.

Mao Tse-tung também indicava que os camponeses pobres são a força principal do processo revolucionário, sendo os que mais favoravelmente aceitam a direção do Partido Comunista, dado demonstrado estatisticamente por sua majoritária presença nas direções das associações. Isto possibilitou a organização de milhões de camponeses, sendo apontada como a primeira das 14 grandes conquistas de estratégias revolucionárias. Igualmente, valorizava a criação do Exército Vermelho como uma necessidade fundamental à viabilização dessa estratégia, já que, face às particularidades de algumas regiões e à complexidade do campesinato, o processo de organização também seria contraditório. Mas por quê?

Uma razão apontada para esse procedimento é que os camponeses não podiam ser objeto da mesma forma de organização. Em um primeiro momento, isto significou um discurso radical (e uma ação moderadora) a favor da reforma agrária, bem como o confisco das terras para posterior transformação em fazendas coletivas; num segundo, quando e enquanto o partido tivesse uma pequena expressão nas aldeias, era necessária a moderação na implantação dessa estratégia, que tinha o objetivo de conquistar o apoio dos camponeses médios e ricos à revolução. Segundo Mao,

<sup>92</sup> TSE-TUNG, Mao. *Política, op. cit.*, p. 38.

A política agrária do primeiro ano fora radical demais. Tendo o partido atacado incessantemente os pequenos proprietários de terras e os camponeses ricos, essas classes haviam instigado as tropas reacionárias a incendiar grande número de camponeses revolucionários.<sup>93</sup>

A rigor, a distribuição de terras não era vista como fator suficientemente forte para consolidar o apoio do campesinato, mas avaliou-se que a tática principal a ser conduzida era buscar sua inserção dentro da unidade social, na qual se tratava a luta de aquisição dos recursos. Essa unidade social era a aldeia.<sup>94</sup> Segundo ele:

(...) entre as massas camponesas, a economia individual predomina desde há milênios, constituindo cada família, cada lar, uma unidade de produção. Essa forma de produção individual e dispersa é a base econômica do regime feudal e mantém os camponeses em estado de pobreza absoluta. O único meio de acabar com tal situação é coletivizar gradualmente, e a única via que conduz à coletivização é, segundo Lenin, a cooperativa. Nós já organizamos na região fronteira um grande número de cooperativas camponesas, mas são ainda de forma elementar; só depois de várias etapas de desenvolvimento se converterão em cooperativas de tipo soviético, conhecidas pelo nome de Kolkhozes. A nossa economia é democracia nova, as nossas cooperativas continuam sendo organizações de trabalho coletivo baseadas na economia individual (propriedade privada) e revestem formas diversas.<sup>95</sup>

A proposta do PCC nessa questão sempre foi alvo de refluxo e reavaliações, embora muitas delas fossem populares junto à massa camponesa, já que refletiam suas demandas imediatas, como redução dos impostos e taxas, empréstimos com baixas taxas de juros e redução de taxas de arrendamento. Essas propostas foram apresentadas com um caráter bem programático em *A política do Partido Comunista da China*. No item referente à política da organização para o campo, está posto:

A terra para os que a trabalham significa a transferência da terra das mãos dos exploradores feudais para as mãos dos camponeses, transformação da propriedade privada dos senhores de terras feudais em propriedade privada dos camponeses, e emancipação destes das relações agrárias feudais, tornando-se

<sup>93</sup> WOLF, Eric R. *Guerras camponesas do século XX, op. cit.*, p. 186.

<sup>94</sup> WOLF, Eric R. *Guerras camponesas do século XX, op. cit.*, p. 187.

<sup>95</sup> Organizemo-nos In: TSE-TUNG, Mao. *Obras escolhidas, op. cit.*, v. III, p. 238-239.

possível a conversão do país agrícola em país industrial. Por essa consequência, o princípio de terra para os que trabalham tem o caráter de uma reivindicação democrático-burguesa, e não proletária-socialista.<sup>96</sup>

Posteriormente, essa política ganharia corpo em um programa de reforma agrária baseado nesse princípio e a ser conduzido em etapas, de forma diferenciada, de acordo com as circunstâncias e o nível de consciência política das massas nas várias regiões da China.

Em 1948, já em pleno processo de consolidação do poder revolucionário, Mao resgatou, em *O trabalho de reforma agrária e de consolidação do partido*, táticas e estratégias para serem implementadas no campo junto ao campesinato. Entre elas, a organização tem destaque:

- Realizar o trabalho inicial para a consolidação do partido segundo a nossa justa política. A equipe ou grupo de trabalho, enviado por um organismo superior, deve, antes de mais nada, unir-se a todos os ativistas e aos melhores membros da célula local do partido e, com eles, dirigir o trabalho de reforma agrária;
- Determinar a situação de classe segundo “critérios corretos”;
- Constituir assembleias de representantes do povo e eleger conselhos governamentais em nível de circunscrição (ou aldeias), subdistritos e distritos;
- Cumprir a tarefa de consolidação organizacional das células do partido segundo a nossa justa política.<sup>97</sup>

Tudo deveria ser encaminhado se os quadros estivessem em condições (seja em número ou em qualidade) de assumir o trabalho de reforma agrária sem abandonar a atividade espontânea das massas. Mais uma vez, percebe-se, em sua leitura, a firme necessidade e disposição de controlar todo o processo revolucionário a partir dos quadros dirigentes. Outro aspecto ressaltado é assegurar o êxito

<sup>96</sup> Sobre o governo de coalizão In: MAO, *op. cit.*, p. 389.

<sup>97</sup> O trabalho de reforma agrária e de consolidação do partido In: TSE-TUNG, Mao. *Obras escolhidas, op. cit.*, v. IV, p. 383 e ss.

das conferências; é ali que ocorre uma cuidadosa discussão prévia no grupo dirigente, com o objetivo de se delinearem diretrizes a serem encaminhadas às bases, principalmente quando ocorrerem os trabalhos de reforma agrária e consolidação do PCC.

Por essa razão, pontua Mao, deve-se traçar uma linha nítida separando o que não é permitido, sendo que todos os quadros empenhados na reforma agrária e na consolidação do partido devem estudar seriamente e compreender perfeitamente os documentos do Comitê Central; leia-se, todas as alterações e observações devem estar sujeitas, antes de sua aplicação, à sua aprovação prévia. Como consequência dessa reflexão (observada em 1958), Mao pregaria a coletivização com uma política que tinha por objetivo combater a autonomia do camponês (que era associada ao direito burguês no sentido do aumento da diferença de renda) e que poderia levar à criação de uma nova burguesia no interior da sociedade socialista.

Mesmo quando o Partido Comunista estivesse estabelecido nessa estrutura local e familiar, ele igualmente estimularia a organização e criação de outras entidades – como sindicatos, ligas (em uma primeira etapa), associações (como derivação e amadurecimento das ligas), comitês de associações ou equipes de trabalho e conselhos de aldeias –, nas quais os cargos de direção deveriam ser assumidos pelos elementos ativos entre os camponeses pobres e médios que tivessem pontos de vista corretos e fossem justos na gestão dos problemas. Tratava-se de um aspecto importante, na medida em que possibilitava que o partido assumisse nos locais o controle e o governo; mas ali também se formava uma nova geração de quadros políticos e dirigentes.

Todavia, algumas análises recentes confluem para certas particularidades interessantes e pouco exploradas. No momento da tomada do poder na China, o quadro partidário era composto por 80% de camponeses, e Eric Wolf coloca que a estratégia adotada (e muita bem compreendida por Mao) só passou a ser bem-sucedida quando foi reelaborada, já que, ao longo do processo organizativo, comprovou-se que a mobilização do campesinato não era viável

se não fosse acompanhada por uma mobilização militar.<sup>98</sup> Outro autor, Eder Sader, corrobora essa leitura ao sugerir que:

A força principal do pensamento político de Mao vem, a nosso ver, da sua “linha de massas”, do modo como concebeu as organizações populares (sobretudo o partido e o Exército) como mecanismo de elaboração de práticas coletivas.<sup>99</sup>

São pontos de reflexão instigantes ainda hoje. Ao que parece, a tese da força principal nesse processo não pode ser dissociada do papel determinante que o Exército Vermelho (formado majoritariamente por camponeses) desempenhou no processo revolucionário chinês. Isto poderia dar razão (ou não) a outros intelectuais marxistas, como Hobsbawm,<sup>100</sup> que afirmou – polemicamente, diga-se de passagem em um clássico ensaio – que a possibilidade de sublevação do camponês só pode ser bem-sucedida quando influenciada por fatores externos. Inegavelmente, é real o papel que o Exército Vermelho teve nesse processo, e essa articulação com os militares parece corroborar tal determinação, sugestiva até de possibilidades de análise quando comparada a outras revoluções, embora muitas vezes pareça uma lição pouco percebida na história. E há exemplos recentes que merecem uma leitura atenta.

Ao resgatar o processo revolucionário chileno pela via democrática e a subsequente derrubada de Salvador Allende, Moniz Bandeira analisou o papel das Forças Armadas<sup>101</sup>, ressaltando em seu livro um fato importante: o poder executivo não havia conquistado o Exército. Isso, seguramente, foi um dos aspectos determinantes para a derrocada do governo da Unidade Popular. Bandeira ainda chamou atenção para a particularidade de uma outra situação revolucionária e sua relação com os militares: o processo democrático espanhol e a conseqüente guerra civil. Em

<sup>98</sup> WOLF, p. 178.

<sup>99</sup> TSE-TUNG, Mao. *Política, op. cit.*, p. 28.

<sup>100</sup> HOBBSAWM, Eric. Os camponeses e a política. *Revista Ensaio de Opinião*. Mimeografado.

<sup>101</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende – 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; especialmente 587-593.

que pese nesse último país outra conjuntura, que com a eclosão do conflito houve quase que imediatamente a divisão entre o Exército e o povo; vale registrar que houve no processo revolucionário espanhol outras mediações intervenientes decisivas para a vitória do fascismo, particularmente a intervenção internacional, associada à divisão das esquerdas (algo que não ocorreu na China). Porém, percebe-se que na delicada questão com os militares houve um aspecto correlato ao processo chileno. E qual foi?

Cabe uma análise de fundo nesses casos, mas Bandeira faz uma advertência sobre a história das revoluções, em especial da russa, parafraseando Lenin quando este afirmou que seria *impossível lutar contra um exército moderno, e que, se a revolução ganhava as massas, mas não ganhava o Exército, não se podia pensar em luta muito séria*. Ao que tudo indica, esse aspecto não foi devidamente levado em conta pela esquerda chilena; e talvez seja essa uma das lições da história a serem apreendidas, quiçá conjuntamente com outras. Por essas pistas, percebe-se que os processos revolucionários e sua relação com os militares são aspectos importantes de resgate e análise, bem como de aprofundamento; aliás, pouco valorizados. São exemplos paradigmáticos para uma reflexão sobre a presença dos militares, e efetividade em um quadro democrático que possibilite condições de se efetivar uma transição, e que, em última instância, sugere uma polêmica que, em si, está longe de seu esgotamento.



## Bibliografia

- ANDRADE, Marília; FAVRE, Luis. *A comuna de Pequim*. São Paulo: Ed. Busca Vida, 1989.
- BUZZI, A. R. *La teoria política de Gramsci*. Barcelona: Ed. Fontanella, 1969.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CARDOSO, Felipe Gava. *Divisão do trabalho partidário: organização em Lenin*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- \_\_\_\_\_; NOGUEIRA, Marco A. (Org.). *Gramsci e a América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- DEL ROIO, Marcos. *Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)*. São Paulo: Ed. Xamã, 2005.
- DIAS, Edmundo. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Ed. Xamã, 2000.
- ENGELS, Friedrich. *As guerras camponesas na Alemanha*. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1977.
- GARCIA, Fernando Coutinho. *Partidos políticos e teoria da organização*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Maquiavel e a política do Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.
- \_\_\_\_\_. *Concepção dialética em história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.
- \_\_\_\_\_. *Democracia operária: partido, sindicato e conselhos*. Coimbra: Ed. Centelha, 1976.

- \_\_\_\_\_.; BORDIGA, Amadeo. *Conselhos de fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.
- HOBBSBAWM, Eric. Os camponeses e a política. *Revista Ensaio de Opinião*. Mimeografado.
- LAZAGNA, Ângela. *Lenin, as forças produtivas e o mercado*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- LENIN, Wladimir, I. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo: Ed. Lech, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Lisboa: Ed. Avante, 1977. v. I-III.
- \_\_\_\_\_. O Estado e a Revolução. In: LENIN, V. I. *Obras escolhidas*. Lisboa: Ed. Avante, 1977. v.II.
- \_\_\_\_\_. Que fazer? In: LENIN, V. I. *Obras escolhidas*. Lisboa: Ed. Avante, 1977. v.I
- \_\_\_\_\_. Teses de abril. In: LENIN, V. I. *Obras escolhidas*. Lisboa: Ed. Avante, 1977. v.I
- \_\_\_\_\_. Um passo a frente e dois atrás. In: LENIN, V. I. *Obras escolhidas*. Lisboa: Ed. Avante, 1977. v.I
- \_\_\_\_\_. Duas táticas da social-democracia na revolução democrática. In: LENIN, V. I. *Obras escolhidas*. Lisboa: Ed. Avante, 1977. v.I
- LUXEMBURGO, Rosa. *A recusa da alienação*. Organização de Isabel G. Loureiro e Tullo Vigevani. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Questões de organização da social-democracia russa*. São Paulo: Nova Stella Editora, 1985.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Edições Sociais, 1975. (Textos, v. I-III).
- \_\_\_\_\_. Prefácio. *As guerras camponesas na Alemanha*. São Paulo: Edições Sociais, 1975.
- \_\_\_\_\_. *O problema camponês na França e na Alemanha*. São Paulo: Edições Sociais, 1975.
- \_\_\_\_\_. Prefácio à *Crítica da economia política*. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

- \_\_\_\_\_. *O manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A ideologia alemã*. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.
- \_\_\_\_\_. et al. *A questão partido*. São Paulo: Ed. Kairos, 1978.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende – 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- NERES, G. M. *Política e Hegemonia - a interpretação gramsciana de Maquiavel*. 1ª. ed. Curitiba: Editora Ibpx, 2009.
- PADILHA, Tânia Mara de Almeida. *Entre o semear e a próxima colheita: uma análise dos escritos de Lenin sobre a questão agrário-camponesa*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.
- REIS, Cláudio. *O nacional-popular em Antonio Gramsci*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *Política armada fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
- SECCO, Lincoln. *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Ed. Alameda, 2006.
- SILVA, Rafael Alonso. *Dilemas da transição: um estudo crítico da obra de Lenin de 1917-1923*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- STACCONE, Giuseppe. *Gramsci: 100 anos de revolução e política*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- TSE-TUNG, Mao. *Política*. Organização de Eder Sader. São Paulo: Ática, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O livro vermelho*. São Paulo: Global Editora, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1979. v. III-IV.
- WEBER, Henry. *Marxismo e consciência de classe*. São Paulo: Moraes Editores, 1977.
- WOLF, Eric R. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global Editora, 1984.



**PARTE II:**

**AGRARISMO E FEUDALISMO NO  
PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO**



## Octávio Brandão, o agrarismo e o industrialismo: pioneirismo de uma reflexão

O objetivo deste ensaio é recuperar *Agrarismo e industrialismo*,<sup>1</sup> uma perspectiva de análise da realidade brasileira proposta por Octávio Brandão, um dos mais polêmicos e influentes marxistas brasileiros do começo do século 20; e apontar, nesse diálogo, para o resgate de uma abordagem pioneira da questão agrária no processo da revolução brasileira. Na verdade, obra e autor estão umbilicalmente associados às influências políticas e teóricas dos anos 1920 e, em particular, dos reflexos de um progressivo caráter revolucionário do proletariado brasileiro em transição do anarquismo para o comunismo; mas também à fundação do PCB e dos impactos da Terceira Internacional (IC). É um período extremamente fecundo de debates e reflexões sobre o Brasil, quando o pensamento marxista dava aqui seus primeiros passos. Porém, quanto a esse último aspecto, o processo ocorreu paralelamente à consolidação do PCB (a fase que se inicia em 1922 até a virada dos anos 1930), e, discordando da leitura de muitos analistas contemporâneos, entendemos que não houve nessa etapa histórica a associação umbilical à IC, embora esta tenha sido uma característica de uma fase subsequente, quando houve a consolidação do stalinismo nos anos 1930.

Brandão e outros intelectuais comunistas, como Astrojildo Pereira e Cristiano Cordeiro, apresentaram um esforço de elaboração teórica vinculada às sociedades nacionais nas quais estavam inseridos, e neles até se chamava atenção para a questão democrática (desenvolvida embrionariamente em uma fase posterior);

---

<sup>1</sup> Publicado com o título *Agrarismo e industrialismo: pioneirismo de uma reflexão* na revista *Novos Rumos*, São Paulo, v. 26, p. 54-61, 1998.

em que pese também fossem textos ecléticos, permeados por uma rápida e conturbada assimilação do marxismo.<sup>2</sup>

Nesse sentido, percebe-se que *Agrarismo e industrialismo* constitui uma tentativa de elaboração de uma perspectiva metodológica de análise marxista embrionária e pouco fundamentada, mas inegavelmente pioneira e ousada. É um livro fortemente contextualizado no período e no processo histórico em questão; mas, ainda assim, é uma proposta relativamente autônoma, permeada e associada, em grande medida, à polêmica postura de Brandão como dirigente político e intelectual militante. De certa forma, o livro refletiu uma tensão que esteve sempre presente no autor em seu período de amadurecimento intelectual.<sup>3</sup> Mas de que forma?

Com 17 trabalhos publicados sobre temáticas variadas ao longo de sua vida (também foi um tradutor de Lenin, Stalin, Marx e Engels), Octávio Brandão influenciou toda uma geração de intelectuais brasileiros. Era portador de uma personalidade ascética e carismática e tinha, para Leôncio Basbaum, uma cara de conspirador anarquista clássico,<sup>4</sup> chegando, por meio de sua militância (como quase todos os demais membros do PC nessa época, teve uma origem anarquista), a ser membro do Comitê Central e intendente (vereador) eleito pelo Bloco Operário Camponês no Rio de Janeiro. Posteriormente, foi expulso do país, refugiando-se na União Soviética. Leandro Konder o classificaria entre os muitos loucos que apareceram naqueles anos, fascinados pela Revolução Russa e que, como outros numerosos ativistas revolucionários, pareciam estar atacados pela mania de ser Lenin.<sup>5</sup>

<sup>2</sup> DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB-1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. Introdução e cap. I.

<sup>3</sup> Michel Zaidan utiliza a expressão “marxismo nacional”, que penso ser polêmica e equivocada, já que esta se coloca como uma categoria de análise. Por esta razão, prefiro pensar a autonomia intelectual desses personagens como uma perspectiva metodológica de análise marxista presente no período. ZAIDAN, Michel. *PCB (1922-1929): na busca de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

<sup>4</sup> BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976, p. 37.

<sup>5</sup> KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros e marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991, p. 19.

Konder inicialmente destaca Brandão com numerosos adjetivos simpáticos: pioneiro, poeta, íntegro, sério (até demais, com uma total ausência de humor), um personagem de dedicação generosa à organização dos trabalhadores (quase que um asceta) e à causa socialista; sendo que, apesar das muitas prisões ao longo de sua militância, mantinha a disposição de ser o Lenin brasileiro. Mas o referencia (injustamente) como um dos personagens mais bizarros produzidos no espectro literário nacional, que, através de seus panfletos, inundava os povos do mundo com vibrantes conclamações à sublevação, ainda que dificilmente tenha sido ouvido.<sup>6</sup> De fato, Brandão efetivamente procurou corresponder-se com personalidades mundiais, como Górkki, Anatole France, Rabindranath Tagore, Barbusse, entre outros, e lamentou em suas memórias a ausência de resposta.<sup>7</sup> Como um leitor assíduo de Lenin, ele igualmente devorava outros clássicos universais (Goethe, Epicuro, Bruno, Shakespeare, entre outros); e, com a mesma veemência, criticava Platão, Aristóteles, Freud, a Bíblia. No Brasil, admirava a obra de Euclides da Cunha, Castro Alves; mas os intelectuais que não se serviam desse referencial teórico não eram considerados (e até desprezados), sendo que chegou a escrever um livro intitulado *O niilista Machado de Assis* (1958), condenando o escritor por não ter lido as obras de Marx e Engels. Igualmente teve pendências pessoais e políticas com Astrojildo Pereira (um admirador confesso de Machado de Assis), e provavelmente decorrem dessas desavenças as muitas tentativas de vulgarização de sua figura por estudiosos contemporâneos.

Leandro Konder sinaliza ainda que Brandão ostentava uma cultura que efetivamente não chegou a dominar. E, para não deixar dúvidas a seu respeito, também afirma ser ele o Lenin que

---

<sup>6</sup> BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas: memórias*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1978. v. I, p. 178, 183. Penso que folhetos enviados a vários povos, como o “Despertar”, podem ser considerados, por seu pioneirismo e ousadia, como um libelo contra o Imperialismo.

<sup>7</sup> BRANDÃO, *op. cit.*, p. 140; KONDER, *op. cit.*, p. 21-22.

não deu certo<sup>8</sup>; visão esta partilhada em certa medida por vários intelectuais brasileiros, que de certa forma o excluíram de uma leitura crítica e procuraram apontar para sua desqualificação. Por fim, Konder engendra, em seu ensaio biográfico, uma conclusão de considerável ambiguidade crítica, demonstrando, ao mesmo tempo, certa simpatia:

A insensatez vidente de tantos dos seus critérios e tantas de suas posições nos parece reveladora de uma situação marcada pela extrema fraqueza teórica e política do marxismo no Brasil. Brandão não pode ser transformado em bode expiatório: com seus exageros e unilateralidades, ele era a expressão de um momento extremamente difícil da história do Brasil (...) como é alto o preço pago pela ilusão de nos levarmos exageradamente a sério, de pensarmos que sabemos mais do que efetivamente podemos saber, de pretendermos ser mais do que realmente podemos ser.<sup>9</sup>

Controvérsias ou incompreensões, Brandão lamentaria anos depois que, apesar do incômodo que seu livro causou nas classes dominantes – manifestado pelas tentativas de apreensão dos exemplares pela polícia, bem como pelo alerta publicado nos jornais por um dos porta-vozes do conservadorismo oficial à época, Jackson de Figueiredo (que chegou a afirmar publicamente que, depois dessa publicação, temia que no Brasil surgisse um ensaio prático revolucionário socialista) –, nada mais tenha sido publicado, tendo a conspiração do silêncio abafado *Agrarismo e industrialismo* dezenas de anos após sua edição.<sup>10</sup>

Por essa razão, é extremamente válido o questionamento e o resgate dessa polêmica para pensar se o Brasil na época – sem ter uma tradição de reflexão marxista original de uma cultura acadêmica – poderia ou teria possibilidades qualitativamente mais significativas. Entendo que o conjunto de sua obra, apesar dos equívocos (reconhecidos pelo autor posteriormente), contribuíram muito para uma retomada dos estudos sobre o período, e daí verifica-se a necessidade de sua recuperação.

<sup>8</sup> KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros e marxismo*, op. cit., p. 20.

<sup>9</sup> KONDER, op. cit., p. 25.

<sup>10</sup> BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*, op. cit., p. 286.

Paulo Sérgio Pinheiro sustenta essa linha no prefácio de *Combates e batalhas*, ao afirmar que essa autobiografia contém elementos de discussão interessantes e que apontam para um conjunto de reflexões, em que textos e livros publicados são reavaliados sem recuo em constante reexame, ressaltando a importância intelectual de Octávio Brandão.<sup>11</sup> Mas a demonstração maior de grandeza veio de Astrojildo Pereira, com o reconhecimento público do autor e de sua obra, afirmando que *Agrarismo e industrialismo* é a primeira tentativa de análise marxista da situação nacional.<sup>12</sup>

Na sua releitura, esse texto de Brandão aponta para uma reflexão sobre sua contribuição no processo de formação teórica, bem como sobre a intervenção do PCB e de seus intelectuais no Brasil. Acredito que essa argumentação pode ser bem demonstrada pelo próprio Brandão, quando se lembrou com viva nostalgia das três perguntas que fazia, e que sempre ficavam sem resposta, em seus périplos por bibliotecas, institutos e conversas com intelectuais no Rio de Janeiro dos anos 1920: “Quem é Lenin? Que é marxismo? Que significa a Revolução Socialista na Rússia?” E acrescentaria: “Não obtive nenhuma resposta concreta até 1922. Tudo vago, incerto. Ou completamente errôneo, Na época, ninguém conhecia o marxismo no Brasil (...)”; finalizando com um lamento: “Que atraso”.<sup>13</sup>

Escrito em 1924 e publicado clandestinamente no Rio de Janeiro em 1926 (após várias tentativas infrutíferas), *Agrarismo e industrialismo* circulou como se fosse uma publicação argentina escrita por Fritz Mayer, pseudônimo de Brandão, a fim de despistar a polícia.<sup>14</sup> Com o subtítulo “Ensaio marxista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil”, o livro foi elaborado, segundo o próprio autor, no calor dos acontecimentos (e sob duras condições de clandestinidade), tendo como objetivo analisar a revolta dos fazendeiros do café e da pequena burguesia, procurando

<sup>11</sup> Paulo Sérgio Pinheiro. In: BRANDÃO, *op. cit.*, p. XX.

<sup>12</sup> BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*, *op. cit.*, p. 287.

<sup>13</sup> BRANDÃO, *op. cit.*, p. 135.

<sup>14</sup> BRANDÃO, *op. cit.*, p. 286.

delinear, por meio do instrumental marxista leninista, também as causas econômicas, políticas e psicológicas daqueles eventos.

Nessa abordagem, percebem-se elementos valiosos de entendimento do processo político nacional, bem como uma possível leitura militante e, principalmente, uma pioneira análise metodológica, em que o autor resgata a dialética a partir do original emprego relacionado ao processo histórico: o esquema de análise *tese-antítese-síntese*. É polêmica essa apreensão simplificada de Hegel, e Konder reconhece a audácia do esquema utilizado, ainda que extremamente sintético. Para ele, essa perspectiva demonstra que Brandão aderiu entusiasticamente à dialética sem tê-la entendido.<sup>15</sup>

O significado dessa equação em *Agrarismo e industrialismo* aparece inicialmente na análise das revoltas de 1924 e pode ser apreendido da seguinte forma: a *tese* estaria associada à fase do agrarismo feudal e seu expoente, Artur Bernardes. O industrialismo, corporificado na pequena burguesia e no capital industrial capitaneados pela sublevação de Isidoro Dias Lopes, seria a *antítese*; e a *síntese* seria a terceira fase, a futura revolução proletária e comunista. O exercício de análise histórica se estende ao movimento operário brasileiro, sendo que a *tese* significa o movimento anarquista; a *antítese*, o período de perseguições e repressão no governo de Epitácio Pessoa; e a *síntese* inicia-se com o período da revolução proletária, historicamente demarcado com a fundação do PCB.

Utilizando o mesmo instrumental, Brandão iniciou a análise da história do Brasil dividindo-a em dez ciclos, que teriam início na descoberta do Brasil e fim na *síntese* a ser concluída na revolução proletária. Ele também submete os 26 séculos de história de Roma à mesma tríade. Curiosamente, o período romano tem apenas oito ciclos, sendo que o primeiro inicia em 753 a.C., e o último, com a revolução comunista que sucederia o período fascista de Mussolini. A argumentação por ele utilizada para tão grande disparate entre

---

<sup>15</sup> KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros e marxismo*, op. cit., p. 24.

os 2.600 anos de Roma e os 400 de história do Brasil é que um ano de história moderna valeria, por vezes, cem anos de história antiga. Independentemente desses equívocos e da aparente influência positivista dessa lógica metodológica (já que aponta para certa inevitabilidade do processo histórico na atuação de seus agentes), percebem-se, na leitura dos originais de seu arquivo pessoal (bem como na leitura de seu relato autobiográfico), críticas constantes e indicativos de uma inconclusa tentativa de reelaboração. Como exemplo desse esforço, verifica-se que a pequena burguesia está rasurada em várias passagens, o que denotaria a reavaliação de seu papel interveniente nessa problemática.<sup>16</sup>

Octávio Brandão, no entanto, inicia *Agrarismo e industrialismo* procurando apontar as causas econômicas, políticas e psicológicas da revolta de 1924, entendendo que os principais agentes daquele processo seriam a pequena burguesia nacional, que representaria o industrialismo tentando se firmar e hegemônizar; e os fazendeiros do café, representando o agrarismo arcaico e feudal ainda hegemônico. O cenário daqueles eventos foi descrito com notável riqueza de detalhes, incorporando o instrumental corrente da literatura leninista da época.<sup>17</sup> Chamou a atenção em seu livro para as *causas políticas*, expressas nas contradições do grande capital, e sinalizou para uma situação internacional revolucionária favorável (aumento da luta de classes em nível internacional e crescente vitória dos comunistas, analisando processos revolucionários em vários países); mas, principalmente, a contraditória divisão do imperialismo.

<sup>16</sup> BRANDÃO, Octávio. (pseud. MAYER, Fritz). *Agrarismo e industrialismo*: ensaio sobre a insurreição armada de São Paulo, em 1924, sobre o imperialismo e o agrarismo. Buenos Aires, 1926. No arquivo Edgar Leuenroth há um exemplar original dessa obra, como também uma fotocópia dos originais de Octávio Brandão, com referências e rasuras de várias ordens que serão apontadas ao longo do texto.

<sup>17</sup> Em *Agrarismo e industrialismo*, são frequentes as referências a Lenin (e também, em menor escala, a outros autores clássicos), bem como a utilização, ao longo do texto, de muitas categorias presentes em seus trabalhos sobre a Rússia, que aqui foram transplantadas e incorporadas com entusiasmo por Octávio Brandão; sendo apontadas no livro as divisões do capitalismo internacional; o *deficit* público (e decorrente quebra do Estado); a proletarianização da pequena burguesia; a formação de uma burguesia exploradora financeira; e a divisão das burguesias nacionais.

Por último, *Agrarismo e industrialismo* remete à *causa psicológica* que contribuiria para um favorável espírito de revolta. Curiosamente associado ao despertar do proletariado (observando indícios positivos de revolta), Brandão coloca a pequena burguesia e sua proletarização como elemento favorável e explicativo do processo, e com um potencial revolucionário emergente. Alertava em seu livro que a derrota pode ser um indício de futuras vitórias. A revolta de São Paulo seria um elemento constitutivo do processo em curso no cenário internacional, com perspectiva revolucionária favorável no cenário da luta de classes, mas com uma ressalva: na Europa o processo se desenvolvia entre a burguesia e o proletariado; no Brasil, o cenário tinha por personagens determinantes a pequena burguesia e os fazendeiros do café (agrários e feudais, que sintomaticamente comparou com o quadro das lutas na Alemanha de 1848). Para ele, nos anos 1920, cenários semelhantes podiam ser encontrados nos vários países semicoloniais onde o entendimento dessa problemática passava pela luta de independência nacional. A partir desses elementos confluentes, o autor afunilou os detalhes explicativos do movimento de julho de 1924.

Nesse livro, são muitas as curiosidades e particularidades apontadas para explicar a grave situação nacional que estariam associadas, segundo Brandão, a questões de gênero e ao caráter etnológico do povo brasileiro. Reafirmou o autor que, no cenário de um feudalismo associado a um colonialismo disfarçado pelas grandes potências, a contraposição presente no Brasil seria uma débil indústria (e, por consequência, um inexpressivo proletariado) e a pequena burguesia, com os vícios e as nem sempre bem-sucedidas tentativas de conciliação. Por essa razão, seria o Brasil dominado pelo agrarismo, representado pelos fazendeiros de São Paulo e Minas Gerais. Nesse cenário de quatro séculos de latifúndio, portanto, a contraposição existente é residual, constituída pela débil e caótica oposição da pequena burguesia; e o novo, mas fraco, Partido Comunista. Para ele, o predomínio do agrarismo econômico está umbilicalmente associado ao agrarismo

político, associado à oligarquia financeira. Fundamentado nessa tese, apontou os personagens da classe dominante, sendo curioso o modo como apresentou uma teia de relacionamentos promiscuamente permeada pelo tráfico de influência e pela ocupação do aparelho de Estado. Nessa perspectiva bipolar, profeticamente concluiu que esses dois cenários se chocariam: o agrarismo e o industrialismo. Por fim, na sua dialética, o comunismo seria a pá de cal de ambos.

A partir desses elementos, teve início em *Agrarismo e industrialismo* a análise psicológica e também social das várias categorias existentes, com especial atenção para o emergente proletariado (espírito de classe), e críticas à pequena burguesia (espírito de conciliação). Em sua leitura, demonstrou como a economia modifica o comportamento psicológico do homem, ressaltando que o industrialismo destruiria parte dessas relações econômicas, psicológicas, religiosas e sociais; e, ao que parece, reafirmou a lógica marxista da fase do capital, que adiviria como um novo processo civilizatório – e até revolucionário –, sendo seguida pela revolução proletária.

Apontadas essas causas, Brandão procurou analisar os desdobramentos do fracasso das revoltas. Tanto a de 1922 como a de 1924 teriam fracassado devido a vários fatores: desde uma literatura fraca ideologicamente (pequeno-burguesa, diria), a presença da religião, bem como a questão do imperialismo. Mas, principalmente, os fatores determinantes apontados foram a inexperiência política associada ao desconhecimento da arte da insurreição armada. São elencadas várias determinações que não foram consideradas nesse processo e ignoradas possíveis táticas militares (já bem conhecidas) que ele resgatou nos ensinamentos de Marx e Engels. Mas não somente. Associado à inadequação do momento político para a insurreição de 1922 e a de 1924, também chamou atenção em seu livro para o fato de o resto do país ter sido praticamente ignorado; exceção à regra o Rio Grande do Sul, um Estado, segundo ele, formado majoritariamente pela pequena propriedade rural; e pelo fato de ali haver uma classe política pequeno-burguesa.

Contudo, a ambiguidade característica dessa classe não impediu, após um primeiro vacilo, que ela se aliasse aos setores mais atrasados do país no momento da revolta. Ainda assim, Brandão reafirmou nesse livro, a real dimensão de poder dos grandes fazendeiros do café, e que sua derrubada só poderia ser viabilizada por uma tática de frente única, aliança esta que seria formada pela pequena burguesia (ainda que ambígua e frágil), o proletariado e a grande burguesia industrial. Por fim, a grande *síntese* dialética proposta por ele é a reconstrução da história do proletariado e sua real dimensão política de futuro.

Octávio Brandão divide o proletariado e sua história em três fases: da escravidão, da servidão e, por fim, do assalariamento, do operariado industrial, ressaltando as debilidades da reconstrução da história desse período pelos intelectuais burgueses (que, ainda com fragilidade de análise, têm se ocupado sobretudo a estudar a escravidão) e delineando uma tarefa revolucionária (o estudo das últimas fases) a ser realizada por autênticos revolucionários. Mas, ao reconstruir a história de vários movimentos, lamentou ainda a ausência de um partido comunista. No mesmo tópico, também não poupou a liderança histórica exercida (e o consequente fracasso) pelos anarquistas e líderes operários que, no seu entendimento, estavam contaminados e influenciados pela fraca e pouco consistente ideologia pequeno-burguesa.

O autor sinalizou positivamente para uma mudança de situação, sugerindo novos tempos que adviriam a partir dos anos 1930 (o obreirismo no PC, fortemente influenciado pela Internacional). Ressaltou em seu livro o surgimento de uma “nova aurora” e, segundo ele, essa fase seria caracterizada pelo afastamento de líderes operários aburguesados pela proletarização dos intelectuais de algum valor e, evidentemente, pelo surgimento do PC (e a fundação de seu jornal *A classe operária*). Para ele, utilizando a tríade dialética proposta, a luta do operariado brasileiro é consequência da história do proletariado europeu; sendo que, no Brasil, a *tese* teria ocorrido no período de 1889 a 1917 (quando da fundação do primeiro grupo comunista); a *antítese* seria a negação do período anterior;

e a *síntese*, a negação da negação que tem início com a fundação do PCB em 1922 e o surgimento do jornal *A classe operária*. É a partir dessa fase que Brandão inicia a reconstrução do movimento operário no Brasil, dividido inicialmente em uma fase de massa, a seguir, uma de vanguarda. Ressaltou ainda o surgimento de vários e autênticos líderes operários, heróis obscuros e mártires de sua emancipação, ainda que lamente nessa passagem não termos um Liebknecht. Na sua reavaliação, são apontados programaticamente e pragmaticamente os elementos necessários ao sucesso de uma rebelião no país.

Inicialmente, a tática e a organização leninistas se impõem como proposta, sendo assinalada a necessidade de organizar os trabalhadores em células nos locais de trabalho e a formação de uma frente única; em um segundo momento, a necessidade de formar ideologicamente esses operários, aprofundando os estudos de Marx, Engels e Lenin. Sugere ainda cursos sobre leninismo, para que a unidade de pensamento seja a base de unidade de ação proletária. Isto permitirá, segundo ele, que soldemos os intelectuais com intelectuais revolucionários.

Noutra passagem de seu livro, Brandão chamou a atenção para uma necessidade de considerável importância: estudar a fundo o Brasil.<sup>18</sup> É interessante o alerta sobre a necessidade política de conjugação de palavras de ordem locais associadas às gerais; como também a formação de dirigentes leninistas guiados pelo PC, com concentração de atividades em campos de batalha decisivos no eixo Rio de Janeiro-São Paulo (que ele aponta serem as nossas Petrogrado e Moscou); apoiando, sempre que possível, a pequena burguesia na sua luta contra os fazendeiros do café. Embora tenha considerável reserva ao campesinato, é apontada a necessidade de aglutiná-los em aliança com o proletariado, viabilizando sua organização a partir de palavras de ordem simples, concretas, práticas e imediatas, ressaltando o caráter agrário do Brasil como era o caso da Rússia do tsarismo. Não se abstendo de críticas aos

---

<sup>18</sup> BRANDÃO, Octávio. (pseud. MAYER, Fritz). *Agrarismo e industrialismo*, op. cit., p. 56.

companheiros de São Paulo (por inabilidade), Brandão ressaltou que, após a vitória (futura), nossa política deveria se fundir num único Amazonas revolucionário.<sup>19</sup>

Após o término de *Agrarismo e industrialismo*, Octávio Brandão sugeriu em um segundo ensaio, intitulado “Revolta permanente” (publicado no mesmo livro), outras condições ao delineamento de uma nova estratégia de ação. Para ele, a *síntese*, como terceira fase da tríade, estaria com as condições maduras de ruptura. O cenário que se apresentava estaria configurado pela proletarização da pequena burguesia e um incremento das rivalidades entre o capital internacional e sua crescente acumulação. Em nível nacional, ele era de acirramento das contradições entre os grandes fazendeiros do café e os industriais, ressaltando ainda a crescente rivalidade entre fazendeiros mineiros e paulistas. Nesse quadro de contradições, Brandão, projeta em sua leitura a vitória a partir da fatalidade do proletariado sobre a pequena burguesia e sobre a grande burguesia industrial.<sup>20</sup>

No país, o delinear tático e estratégico para a revolução proletária passaria por essa análise (a síntese) e nortearia as políticas posteriores do movimento comunista brasileiro. Algumas delas são bem conhecidas, como a legalidade do PCB, a conquista das classes operária e camponesa para os sindicatos e de suas vanguardas para o partido. O rural assume, por essa via, um fator determinante na estratégia. O campo de ação também apontava elementos interessantes como possibilidade de ação política – a concentração em um novo eixo, agora ampliado: Rio de Janeiro-São Paulo-Juiz de Fora. Ele entendeu e reavaliou ser este último a sentinela daquilo que entendia ser a mais avançada do industrialismo no coração do agrarismo. Coincidência ou não, depois de 40 anos da publicação de *Agrarismo e industrialismo*, a cidade considerada por ele como o ponto mais avançado do industrialismo no coração do agrarismo (no Estado de Minas

---

<sup>19</sup> BRANDÃO, Octávio. (pseud. MAYER, Fritz). *Agrarismo e industrialismo*, op. cit., p. 70.

<sup>20</sup> BRANDÃO, Octávio. (pseud. MAYER, Fritz). *Agrarismo e industrialismo*, op. cit., p. 84.

Gerais) daria meia-volta, e nela iniciaria o movimento de tropas que resultaria no golpe militar de 1964.

Por fim, algumas curiosidades. Brandão, na verdade, considerava Minas Gerais como um dos esteios principais da “contrarrevolução”, particularmente pelo atraso organizativo da classe trabalhadora mineira. Dizia ele: “Cada mineiro conquistado ao Partido Comunista é menos um fuzilador de operários revolucionários, é menos um inimigo da revolução proletária vitoriosa no Rio e em São Paulo”.<sup>21</sup>

Ao concluir, Brandão ressaltou as debilidades dessa reflexão desenvolvidas em seu livro, escrita no calor dos acontecimentos. Observou ainda pontos positivos a serem considerados, elogiando a Coluna Prestes, que, após a longa marcha, manteve viva a chama de revolta. Mas adverte: “Não se operando sobre o proletariado rural, tombará fatalmente. O pequeno-burguês não vê classes, e o técnico só vê a técnica (...)”.<sup>22</sup>

Octávio Brandão estava bem cauteloso e desconfiado (uma característica dos quadros do Partido Comunista em relação a Luiz Carlos Prestes) e talvez visualizasse um cenário que já o incomodava e se configurava a partir da aproximação já em curso entre Prestes e Astrojildo Pereira. Segundo ele, a aproximação do PCB com um representante ideologicamente ambíguo – militar, pequeno-burguês – não lhe parecia simpática, e provavelmente estaria prevendo a concepção golpista (tenentista) de tomada do poder político que resultaria de uma possível entrada dos tenentes na organização.<sup>23</sup>

Ao final, a apreensão do rural por Brandão nesse ensaio segue, em linhas gerais, a leitura das publicações da virada do século; e, salvo algumas exceções, não se diferenciaria do conjunto das teses

---

<sup>21</sup> BRANDÃO, Octávio. (pseud. MAYER, Fritz). *Agrarismo e industrialismo*, op. cit., p. 85.

<sup>22</sup> BRANDÃO, Octávio. (pseud. MAYER, Fritz). *Agrarismo e industrialismo*, op. cit., p. 94.

<sup>23</sup> Zaidan resgata a polêmica do período e o desconforto de muitos quadros do PCB com a perspectiva de autonomia que os tenentes acabariam reivindicando na política de atuação em conjunto com o PCB. ZAIDAN, Michel. *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*. São Paulo: Ed. Vértice, 1988, cap. IV.

em curso no período que advogavam, em sua configuração básica, a subalternidade do camponês e a hegemônica condução do proletariado no processo revolucionário. Ainda que o ensaio em si não contenha referências bibliográficas, é marcante a incorporação referencial do trabalho de Lenin *Imperialismo*: etapa superior do capitalismo,<sup>24</sup> particularmente pela presença e constante tentativa de instrumentalizar as categorias delineadas na obra, entre outros conceitos (sobre empresas estrangeiras) presentes no quadro histórico-social brasileiro.

Há dois aspectos interessantes em sua leitura. Se ocorre a quase total falta de atenção ao possível papel a ser desempenhado pelo trabalhador rural, uma característica marcante e presente na primeira parte de *Agrarismo e industrialismo*, percebe-se na segunda parte, intitulada “Perspectivas” (elaborada poucos meses depois), uma tímida reavaliação. Como foi apontado, Brandão discorre sobre os aspectos psicológicos do homem brasileiro que dificultaram ou influenciaram no aborto das revoltas analisadas. O caráter etnológico desse homem se encontraria em processo de formação, e a ausência de um tipo único resulta no que ele chamou de um quadro de raças e sub-raças presentes em uma terra que ainda está em formação. O eixo de sua análise sobre o agrário se concentra na tese do feudo e do senhor feudal, em que há uma presença hegemônica dos fazendeiros do café. Ou seja, todo o país está dominado pelo agrarismo.<sup>25</sup>

Decorrente desse aspecto, Brandão analisou o caráter psicológico extremamente violento do campo, principalmente na manutenção de seus interesses hegemônicos, contra quaisquer tentativas de transformação; seja uma modernização configurada pelo industrialismo (representado majoritariamente pela pequena burguesia) ou, principalmente, uma revolução de caráter socialista. O curioso em sua análise é a leitura psicológica das categorias observadas no campo a contrapor o fazendeiro do café, entendido

<sup>24</sup> BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*, op. cit., p. 285.

<sup>25</sup> BRANDÃO, Octávio. (pseud. MAYER, Fritz). *Agrarismo e industrialismo*, op. cit., p. 10.

por ser portador de uma mentalidade reacionária comparada ao junker alemão e ou ao boiardo russo. Nessa leitura, o homem brasileiro é formado pelo servilismo do *trabalhador de enxada* (tido como humilde e resignado); a audácia do *vaqueiro*; e, por fim, a crueldade do *cangaceiro*. Nessa primeira parte do ensaio, os adjetivos relacionados ao camponês são bem pouco qualificativos, e Brandão não visualiza nele um potencial revolucionário, além de se abster de analisar – sequer menciona – os movimentos de Canudos ou Contestado, ocorridos bem pouco tempo antes da edição de *Agrarismo e industrialismo*.

É na segunda parte do ensaio (elaborada alguns meses depois e, portanto, já menos afetada pelo calor dos acontecimentos, presumo) que algumas propostas de intervenção e políticas de organização são repensadas, e o rural adquire, então, uma tímida atenção. É sinalizada a necessidade de o PCB organizar a classe camponesa em sindicatos; e da formação de uma vanguarda de dirigentes a serem incorporados ao partido. Percebe-se aqui uma reavaliação significativa do rural como um elo a ser considerado na estratégia para a revolução brasileira. Coloca o autor novamente que sua organização deve ser viabilizada por meio de palavras de ordem simples e concretas, apontando para a necessidade de cooptá-los como aliados da classe operária e implementar uma política mais ousada em direção aos núcleos mais atrasados do agrarismo. Concluiria que a estratégia, qualquer que fosse ela, teria necessariamente que incorporar o que ele chamaria, no final (ainda que sem um desenvolvimento teórico), o proletariado rural.

Por fim, para melhor entender o contexto de *Agrarismo e industrialismo*, alguns apontamentos merecem atenção. Nos anos 20, percebe-se que a atenção à pequena burguesia está relacionada com a formação social de classes e o processo de revoltas que, em última instância, passaria pela incorporação do proletariado na transformação da ordem vigente. Devido às particularidades desse novo cenário brasileiro – no qual o capitalismo ia se tornando cada vez mais autoritário, dominado politicamente por uma burguesia rural exportadora e não disposta à penetração da pequena burgue-

sia ascendente e das classes populares —, percebe-se a necessidade de o Partido Comunista dialogar (com desconfiança) em seus documentos com o aliado tático em questão. Em particular, é ressaltada a questão das alianças, bem como dos desdobramentos políticos e militares que poderiam advir, demonstrando que sempre houve dificuldades nessas articulações (especialmente em relação ao comando e às reivindicações, que em última instância refletiam as limitações e contradições de cada projeto em curso), sobretudo no caso de uma aliança com os tenentes pós-revolta de 1924.<sup>26</sup> Como a história demonstrou, a tendência de aliança da maioria dos tenentes (entendidos como expoentes de vanguarda da pequena burguesia) no momento da opção revolucionária se confirmou mais para a ação com a burguesia; e, associada à incapacidade de autonomia do PCB e do proletariado, houve, ao que tudo indica — e como bem pontua Marcos Del Roio — a inviabilização de uma alternativa nacional-popular.<sup>27</sup>

Enfim, polêmicas à parte, um saldo positivo pode ser contabilizado: *Agrarismo e industrialismo* teve o reconhecimento de ser considerado o primeiro estudo marxista e a primeira análise do processo e das contradições da realidade social brasileira. Seu mérito pode ser apreendido pela original categorização do instrumental leninista na contextualização das revoltas que se objetivou analisar, apontando (e de certa forma fundamentando) para a questão da presença do imperialismo e da divisão do mundo em esferas de influência, bem como da fase do capital monopolista presente e determinante na virada do século 20. Sua presença no conjunto desse ensaio é marcante, provavelmente reflexo da forte influência que a obra de Lenin exerceu sobre o autor.

A dominação do imperialismo internacional no Brasil refere-se principalmente ao controle sobre as várias atividades financeiras, de serviços e de matérias-primas, através da cooptação dos cargos de direção e das bancas de advogados, jornais etc. Decorrente de

---

<sup>26</sup> ZAIDAN, Michel. *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*, op. cit., p. 52.

<sup>27</sup> DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa*, op. cit., p. 13.

uma indústria que estaria longe de ser pujante e de um proletariado ausente como agente social, essa possibilidade de hegemonização estabelecida se configura no caráter feudal da agricultura brasileira, que estaria intimamente associado ao poder político e aos interesses da manutenção desse *status quo*, o agrarismo.

Por essa razão, Octávio Brandão advogou com veemência a revolução, capitaneada e dirigida pelo Partido Comunista, como a única via de transformação. Percebe-se ainda nesses textos, entre outros que se seguiram até o Terceiro Congresso do PCB,<sup>28</sup> uma singularidade em relação às teses vigentes da Internacional – IC. Após a análise das revoltas que se constituiu a proposta de revolução permanente e que, em última instância, também resultaria numa terceira revolta, a de frente única a caminho da revolução socialista; porém, seriam efetivadas somente a partir de uma inicial revolução democrático-burguesa, quando estariam postas as condições de sua superação.

Ao que parece, gesta-se nesse período o embrião do *etapismo*, que caracterizaria as políticas do PCB nas fases posteriores de sua história e a importância que a questão democrática viria assumir sobre a questão nacional. No entanto, é o papel da pequena burguesia (majoritariamente urbana no Brasil) que permite, no resgate da obra do autor, uma viva polêmica. Dada a contextualização do período histórico, é possível entender a ambiguidade desse agente e a forma de sua apreensão. Zaidan bem coloca essa questão quando aponta:

O realce dado por Brandão à pequena burguesia urbana (em vez da pequena burguesia rural ou do campesinato proletarizado, como nas concepções leninistas da época) só é compreensível à luz da determinação concreta da conjuntura brasileira, pois não existe “teoria similar” no pensamento político vigente no movimento comunista internacional, máxime no que diz respeito às lutas de libertação nacional, nas quais a ênfase recai sempre no papel dirigente das

---

<sup>28</sup> Refiro-me ao texto de O. Brandão: “O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa”, publicado em *Autocrítica* em 1928. ZAIDAN, Michel. *PCB (1922-1929)*: na busca de um marxismo nacional, *op. cit.*, p. 121.

burguesias nativas, constituindo-se, aliás, tal papel no pomo de discórdia das discussões sobre o apoio ou não dos comunistas àqueles movimentos (...).<sup>29</sup>

Foi a partir desse referencial teórico que se observou a influência de Brandão na incorporação de várias teses para o conjunto dos militantes comunistas brasileiros; e no seu reconhecimento como um dos expoentes que referenciarium e nortearium as teses do Segundo Congresso do PCB, realizado em 1925.<sup>30</sup> Continuarium o autor influenciando, escrevendo e participando ativamente da polêmica questão da processualidade da revolução brasileira e dos novos rumos do partido.

Todavia, o grupo intelectual e dirigente gestado nos anos 1920, com uma fecunda reflexão teórica e em consolidação entre 1927 e 1929 (formado principalmente por ele e Astrojildo Pereira), se transfigurou a partir do final da década de 1930, quando um novo quadro se estabeleceu no interior do PCB – leia-se, momento em que ocorreu a gradual hegemonia do grupo stalinista-prestista e as alterações no cenário político nacional e internacional (caracterizado pela crescente influência da IC no PCB), resultando na deportação de Brandão e no desligamento de Astrojildo Pereira do Partido Comunista.<sup>31</sup> É aí que se aborta uma original cultura marxista desenvolvida no processo de formação social brasileira, em que se percebe o delineamento de um novo eixo político, norteadoo pela questão democrática e com contornos inovadores para a época. Mesmo que o debate fosse um tanto embrionário (apesar dos conflitos e desdobramentos políticos posteriores à década de 1930), penso que é nessa perspectiva que se insere o esforço de reavaliação da influência de Octávio Brandão. Muitos anos depois e ainda não totalmente indiferente às polêmicas em torno de sua obra, ao escrever suas memórias, faria uma corajosa reflexão crítica de *Agrarismo e industrialismo*:

---

<sup>29</sup> ZAIDAN, Michel. *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*, op. cit., p. 57.

<sup>30</sup> KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros e marxismo*, op. cit., p. 24; ZAIDAN, M. *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*, op. cit., cap. IV.

<sup>31</sup> DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa*, op. cit., introd.

A obra tem falhas. Não compreendeu com devida clareza o caráter e o conteúdo da revolução no Brasil. Nem suas forças motrizes. Nem suas etapas. Nem a ligação e correlação entre as etapas. Nem o desenvolvimento e a transformação da revolução agrária, popular, democrática e anti-imperialista, em revolução proletária, socialista. Subestimou a importância dos camponeses – os melhores aliados da classe operária. Não viu com clareza a diferença entre os vários grupos revoltosos. Exagerou a significação da Tríade – a tese, a antítese e a síntese. Fez uma aplicação esquemática da história do Brasil. Apesar dessas e outras falhas, trata-se de um livro progressista e revolucionário.<sup>32</sup>

Acredito que não sejam muitos os intelectuais portadores dessa grandeza de caráter...

---

<sup>32</sup> BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*, *op. cit.*, p. 287.



## Na contracorrente da história: a originalidade da questão agrária na leitura de Leôncio Basbaum

*A caminho da revolução operário-camponesa* é uma pouco conhecida análise do historiador marxista Leôncio Basbaum sobre a questão agrária no Brasil, publicado no início dos anos 1930.<sup>33</sup> Fascinante sob vários aspectos, é um livro ainda ausente nos debates e merecedor de um estudo específico. Nele, o autor procurou resgatar, a partir de uma particular perspectiva do rural, um enfoque militante, bem como os desafios teóricos no processo de intervenção revolucionária. Inicialmente, merece destaque o período de sua elaboração,<sup>34</sup> em que Basbaum se encontrava em uma dramática e confusa luta interna partidária, tendo ainda sido preso e deportado pela repressão política. Retornando ao país, reincorporou-se ao PCB e procurou elaborar um projeto revolucionário como intelectual, embora isto somente tenha ocorrido quando iniciou um exílio (in)voluntário em Maceió, denominado em suas memórias “tempos burgueses”.

A composição da obra ocorreu em um prazo relativamente curto, e mais rápida ainda foi sua publicação, em fins de 1933, sob o pseudônimo de Augusto Machado (autoria escolhida na conjunção de seu antigo nome de clandestinidade, Machado, e uma discreta homenagem a um antigo companheiro de militância, Augusto Besochet). A ideia de utilizar esse nome deveu-se a uma questão de segurança, já que Basbaum tinha a preocupação de se

---

<sup>33</sup> BASBAUM, Leôncio. (pseud. MACHADO, Augusto) *A caminho da revolução operário-camponesa*. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1934.

<sup>34</sup> Elaborada sob especiais circunstâncias, seja pelo fato de estar aguardando o julgamento de seu caso, como bem salientou em suas memórias, seja pelas dificuldades em concluir o livro, face à falta de material (extraviado ou apreendido pela polícia), ou também pela inexistência de fontes disponíveis de pesquisa.

resguardar socialmente, pois não ficava bem um bom burguês publicar livros subversivos em uma aldeia pacata, como denominava a cidade de Maceió.<sup>35</sup>

A obra tinha por objetivo contar o significado da revolução de 1932 em São Paulo e, por tabela, tecer críticas à política do PCB. De forma pioneira, também levantou o problema da questão agrária no Brasil, uma lacuna séria em todos os trabalhos teóricos marxistas até então publicados. Acusado de ser trotskista, na ocasião, a mais grave acusação que um militante comunista poderia receber, sofreu, por consequência, o ostracismo político. Mas não somente; face à hostil composição dirigente do Comitê Central, o livro não teve aceitação e até recebeu a determinação de que não fosse lido pelos militantes. Ao que parece, seu impacto reflexivo na época foi praticamente nulo.

Tempos depois, o historiador teve que se mudar para Salvador. A cidade até era um universo mais oxigenado de discussão intelectual e dinamização partidária; mas, apesar de sua discreta militância, ele acabou sendo preso e apontado como subversivo. Aos poucos, reassumiria suas tarefas partidárias e, no ano de 1937, se posicionaria em um debate pendular no PCB: alguns setores, por um lado, advogavam uma política que privilegiasse a industrialização como processo; outros, a revolução proletária, com um movimento hegemônico de aliança com a burguesia, objetivando a revolução democrático-burguesa. Lamentaria em suas memórias que, apesar de seu livro falar em reforma agrária, aspecto central proposto, nem foi objeto de discussão, parecendo um instrumento do diabo ou pura literatura.<sup>36</sup>

*A caminho da revolução operário-camponesa* é um livro composto de várias partes, mas nos deteremos somente em algumas delas. Inicialmente há a influência marcante de Lenin, bem demonstrada como eixo de sua preocupação como intelectual e perceptível pela frase “sem teoria revolucionária não pode haver movimento

---

<sup>35</sup> BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976, p. 152.

<sup>36</sup> BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*, op. cit., p. 165.

revolucionário”. Nele é reafirmado um compromisso político, já que é dedicado à militância do PCB e aos soldados e marinheiros de 1930-1932. Reiterou o autor que não se tratava de um livro de revolução, mas sim de um instrumento para o entendimento dos trabalhadores.

Na primeira parte, intitulada “A crise e sua solução – características econômico-políticas do Brasil”, chamou atenção para a necessidade de se compreender o Brasil a partir de seu povo, sua história e, principalmente, suas relações de produção e propriedade, concluindo ser o país dominado pelo latifúndio. Por essa razão, escreveu que a maioria da população era dominada por um regime semifeudal e semiescravista. A fundamentação de sua análise se apresenta ao leitor com dados coletados junto ao insuspeito e patronal Instituto do Café, recolocando a questão agrária no debate. Segundo ele, a população rural vivia em atraso, sob o regime de rendeiros e meeiros, na maioria das vezes como assalariada ou quase escrava em áreas de São Paulo e Rio de Janeiro. Também chamou atenção para a existência de trabalho escravo na Bahia, Goiás, Mato Grosso, entre outros Estados.<sup>37</sup> Delineou ainda um conceito que será corrente nos anos 1970, ao registrar que nessas regiões surgia a *luta pela terra*; e, pioneiramente, referiu-se ao cangaço como expressão de um desvio de forma de luta criminoso – e por que não dizer “luta de classe”.

Leôncio Basbaum privilegiava a tese de que, nas regiões com condição geográfica impróprias ou com falta de transporte, o trabalho escravo se transformou em sistema feudal e semifeudal,

---

<sup>37</sup> Em outros Estados, especialmente na região Sul (destacando o que denomina a zona do litoral), a possibilidade de escoamento dos produtos permitiu uma exploração mais racional da terra e, por consequência, uma penetração mais fácil de formas capitalistas, em que o semifeudalismo/escravismo foi substituído pela “escravidão moderna”, expressa no salariedade, ainda que sob a condição formal de “trabalho livre”, entendido como o que trabalha sob severa vigilância. Essa situação continuaria presente até nas mais modernas fazendas eletrificadas e mecanizadas, denunciando que a escravidão por dívida é um comércio comum no interior do Brasil, e em muitas propriedades o “tronco” continua sendo instrumento de suplício. Ressalta ainda que a desvalorização do trabalhador perante o fazendeiro capitalista decorre pela presença de um exército de reserva.

salvo no litoral, onde não persistiu em face da atuação do imigrante, resultando na gradual introdução do capitalismo. A abolição da escravatura, no entanto, seria a legalização de um processo independente da vontade da monarquia, já que foi uma vitória da nascente burguesia (urbana e também rural), demonstrando sua incompatibilidade com os novos modos de produção (e sua substituição pelo trabalho livre imigrante). Os escravos fugitivos, afirmou Basbaum, eram abrigados e empregados como operários livres nas fábricas. Com base nessa crescente burguesia urbana é que teria ocorrido – segundo sua análise – uma gradual osmose de um setor rural transformado em burguesia rural e teriam sido estabelecidas as bases da República, caracterizada pela coabitação de formas de exploração feudal ou semifeudal com vestígios da antiga escravidão. O trabalho livre (mais formal do que real) decorrente dessa etapa do processo de desenvolvimento econômico, conclui, será substituído futuramente pelo trabalho socializado.

Curiosamente, outros conceitos apresentados em *A caminho da revolução operário-camponesa* chamam a atenção. Basbaum é um dos primeiros a reconhecer que o Brasil era dominado por uma conjugação de vastos latifúndios, uma burguesia agrária e proprietários feudais, resultando em um bloco feudal e burguês detentor do poder político,<sup>38</sup> expresso nos representantes do café de São Paulo e de Minas Gerais. Embora o autor admitisse a existência de uma burguesia industrial, reiterou que a mesma era despossuída de um projeto político (já que não era economicamente independente para a luta pelo poder), tendo forte simbiose e dependência do capital financeiro internacional (e o medo das massas e da revolução). Essa singular equação posta induz à reelaboração de muitas reflexões teóricas clássicas sobre o tradicional interesse da burguesia na destruição do setor agrário feudal. Segundo sua análise, foi para evitar a revolução socialista que se estabeleceu esse

---

<sup>38</sup> Argumenta ainda o autor que a preponderância da produção e do setor agrícola sobre os demais setores econômicos do país – expressa principalmente no setor de café, que nesse momento possuía ligações amadurecidas com as grandes potências capitalistas – somente demonstraria a inexistência de uma real independência política brasileira.

singular bloco histórico no Brasil. Basbaum demonstraria que os reflexos do imperialismo resultante dessa simbiose<sup>39</sup> seriam uma lei natural, já que o Brasil, apesar de inserido econômica, política e intelectualmente na esfera moral pela presença da Inglaterra e da França, estava sendo homogeneizado pelos Estados Unidos.

Há uma ressalva, em seu relato, digna de menção: “Não é consequência dos maus instintivos de um povo, mas consequência natural do capitalismo (...)”.<sup>40</sup> Nessa citação, percebe-se ainda o caráter de uma leitura de inevitabilidade histórica, indicativa de uma aproximação com o positivismo, característica de vários autores marxistas à época, como Octávio Brandão. Em última instância, concluiu o autor, a completa dependência do Brasil era resultado de um acordo entre o capital imperialista internacional e o setor feudal-burguês, e isto reafirmaria a vocação do país como agrário e monocultural, independentemente de suas outras potencialidades.

Ao delinear elementos explicativos da crise de 1929-1930, Basbaum procurou evidenciá-los através de dados relativos à prosperidade nos fins dos anos 1930. A crise brasileira seria o resultado das contradições de sua própria estrutura econômica (agravada, por certo, pela crise mundial do café), uma vez que capitalismo e feudalismo seriam, a rigor, incompatíveis e conflitantes. Mas não haveria possibilidade de haver no Brasil, segundo ele, o conflito entre o capitalismo e o feudalismo em razão de ambos serem fatores de sustentação do imperialismo. Por essa razão, a política de destruição do feudalismo no país teria por finalidade abrir caminho para a revolução socialista. Ao que parece, aqui há uma polêmica indireta com Octávio Brandão (e sua obra *Agrarismo e industrialismo*), ao procurar esclarecer a confusão teórica existente

---

<sup>39</sup> Para Basbaum, o significado conceitual de imperialismo incorpora uma relação de características presentes, como a exportação de capitais, a política de predomínio do capital financeiro (que, no seu entendimento, subordina a indústria), a luta pela conquista de mercados e a divisão do mundo em colônias e/ou zonas e esferas de influência.

<sup>40</sup> BASBAUM, Leôncio. (pseud. MACHADO, Augusto) *A caminho da revolução operário-camponesa, op. cit.*, p. 27.

(segundo ele, também presente no Partido Comunista) quando afirmou que “não se deve compreender a luta entre o capitalismo e o feudalismo como luta entre agrários e industriais”.<sup>41</sup>

Na sua interpretação, essa identidade clássica se passava no tempo da Revolução Francesa, quando ocorria a divisão entre as indústrias capitalistas e os agrários, que eram feudais. Mas, no período em que apresenta a elaboração de sua obra, verificava que o capitalismo no Brasil já estaria presente no campo e que travava uma luta surda interna com o sistema capitalista (coexistentes e antagonicos, embora unidos por interesses comuns). Há uma ressalva: existe uma luta entre os interesses agrários (representados por fazendeiros de café) e industriais, cujas implicações também se apresentam no exterior, resultando em um fator de crise nacional.<sup>42</sup> Basbaum analisou que a crise brasileira se apresentava por razões econômicas, sociais e políticas, bem como pela existência da URSS, alertando nesse livro para uma Segunda Guerra Mundial, fato que ocorreria dali a alguns anos.

Nesse processo subsequente – que intitulou numa parte desse livro como a “Outubrada de 1930” (a Revolução de 1930), em que há uma forte influência do segundo trabalho de Lenin, *Dois táticas da social-democracia* –, o historiador recuperou em algumas passagens a necessidade de compreensão do papel dos partidos políticos (no agravamento de suas contradições), bem como as consequências da crise refletida no aumento da miséria das massas. Os primeiros estariam agrupados em torno de fazendeiros de café paulistas, ligados osmoticamente ao imperialismo inglês; ou de fazendeiros de café, estancieiros gaúchos, ligados ao imperialismo americano. Ambos tinham de comum acordo a compreensão de que a solução para a crise no Brasil deveria ser contabilizada às custas das massas (e de outros grupos feudais burgueses), sendo

---

<sup>41</sup> BASBAUM, Leôncio. (pseud. MACHADO, Augusto) *A caminho da revolução operário-camponesa*, *op. cit.*, p. 39.

<sup>42</sup> Face à tensa questão tarifária interna, agravada pela dependência econômica do país em relação ao café, quanto sua vinculação externa, já que 60% do consumo mundial é de origem brasileira.

que a discordância maior estaria relacionada a qual grupo imperialista se aliar. Nesse cenário político, algumas considerações são apresentadas.

As maiores divergências entre eles estariam norteadas na política de preços do café, em que digladiavam os partidos regionais dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, associados ao imperialismo; situação na qual também gravitavam os demais pequenos partidos republicanos, sendo, entre eles, o do Rio Grande do Sul o de maior importância.<sup>43</sup> Como consequência desse conflito de interesses, explica o autor, há o surgimento da Aliança Liberal (que teria a adesão do minúsculo PRP da Paraíba) e, com ela, uma demagógica campanha de cooptação das massas, bem refletida no slogan: “façamos a revolução antes que o povo a faça”.

Em sua análise da Revolução de 1930, Basbaum chamou atenção para a incapacidade da Aliança Liberal em derrotar a máquina eleitoral do coronelismo, e, por essa razão, a quartelada decorrente é que conseguiu derrubar o governo de Washington Luís, o PRP, o Instituto do Café e o imperialismo americano. Por um lado, reiterou que o crescimento da Aliança Liberal seria apenas formal, e nele houve um fato a ser contabilizado ao processo: por um lado, a presença de muitos militares advindos do tenentismo e a consequente ruptura com o passado revolucionário da Coluna Prestes (com a convivência de Prestes no uso de seu nome e prestígio à aliança); por outro, a inexistência prática de um partido comunista bolchevique ideologicamente consistente. Na sua leitura, o Partido Comunista teria uma postura mais menchevique de colaboração com a pequena burguesia, com uma frágil presença

---

<sup>43</sup> Sinaliza o PRP (São Paulo) e o PRM (Minas Gerais). Por razões desconhecidas, tinham como aliado a essa política o PD (Partido Democrático de São Paulo). Os demais partidos republicanos (economicamente mais fracos), por razões econômicas e também políticas, permaneciam ligados ao PRP e ao imperialismo britânico. Mas, com o agravamento da crise nacional e mundial e os interesses da indústria de cana do Rio Grande do Sul, o PRRG (Rio Grandense) e o Partido Libertador tiveram seus interesses associados ao imperialismo americano, resultando na aliança do PRM e do PD na luta contra a política de preços altos escudada pelo PRP e o imperialismo inglês.

no campo.<sup>44</sup> Por esses pressupostos, concluiu o autor, não houve revolução no Brasil, já que não havia possibilidade de que ocorresse uma alteração no sistema produtivo, e sim a substituição de um grupo pelo outro, com a tentativa de resolver a crise por uma exploração ainda mais brutal e desumana das massas do campo e das cidades.

A luta armada no ano de 1932 é igualmente analisada sob a perspectiva de crise continuada. Apesar de a Aliança Liberal sair vitoriosa e no poder, a situação era de instabilidade crítica;<sup>45</sup> e tudo contribuía, segundo ele, para as vacilações de Vargas, que não conseguira quebrar a hegemonia paulista e substituí-la pela hegemonia do Rio Grande do Sul.

Com o objetivo de cooptar outros grupos feudais burgueses, segundo Basbaum, a Aliança Liberal procurou substituir a monocultura do café por um leque de produtos regionais e organizar os trabalhadores sob o controle direto do Estado, diminuindo assim os custos de produção e reduzindo os salários. Mas não somente. Vários fatores inviabilizaram a policultura, e o eixo econômico do café teve que ser retomado e viabilizado – política esta que resultou, em última instância, na destruição das sacas de café. Nesse processo de crise, outro ponto de difícil equacionamento era o da dívida externa, que teve que ser refinanciada para fins

---

<sup>44</sup> O autor ainda alfineta sarcasticamente os trotskistas como sendo um grupo que, ao caracterizar a outubrada como “uma revolução democrático-burguesa”, acaba agindo como laçao do imperialismo, e insiste em recolocar a questão como sendo um golpe militar entre “dois grupos de uma mesma classe”. Como um dado interessante, aponta no cenário contemporâneo que a revolução burguesa somente poderia ser efetivada sob a liberação do proletariado, e, por essa razão, ele a adjetivaria como “operário-camponesa”, na medida em que, no cenário brasileiro, o “bloco feudal burguês” estava intimamente associado ao imperialismo; e, nessa perspectiva, a revolução operário-camponesa teria o caráter anti-imperialista.

<sup>45</sup> Com relação aos empréstimos, o caráter imperialista da análise se faz presente particularmente em razão da proporção que esta contabilizava os custos da exploração das massas e do grupo vencido e em razão das draconianas exigências para sua concessão, ainda que não exequíveis a curto prazo, face à oposição dos Estados Unidos (que prevaleceria ao final) e da Doutrina Monroe, como também da própria crise inglesa, que não permitia, em última instância, bancar a própria proposta.

estratégicos. Um aspecto relevante ainda apontado é a luta surda anti-imperialista que habilmente se operava em diferentes grupos regionais burgueses feudais, resultando em permanente instabilidade interna.

Há um aspecto importante que o historiador chamou atenção em *A caminho da revolução operário-camponesa*: a legislação operária. Esta levou à redução de salários, à extinção da lei de férias e ao aumento das horas de trabalho (com o objetivo de centralizar o nascente e crescente movimento operário numa política de organização à moda fascista caracterizada por uma rígida legislação sindical corporativa). Toca também nas supostas medidas de melhoria das condições de vida dos operários, mas que, na melhor das hipóteses, poderiam ser entendidas como conquistas ou melhorias de uma legislação social existente há décadas na Europa. Em sua leitura, o significado último dessas medidas seria impedir que o proletariado enveredasse pelo caminho da insurreição; até porque a lei de sindicalização, na prática, impediria os operários de se organizarem de acordo com seus interesses, tendo por aliado o Ministério do Trabalho.<sup>46</sup>

Desse cenário confuso e complexo é que resultou – conforme sua interpretação – a campanha pela constituinte com os mesmos atores transfigurados em novas siglas políticas. Miguel Costa teria sido um exemplo, já que se intitulou demagogicamente como comunista, com o objetivo de cooptar a pequena burguesia e o operariado. Essa política resultou em transfigurações partidárias, e assim surgiram outros partidos e clubes em vários Estados com uma variação: os tenentes. Basbaum identifica duas forças nestes últimos: a militar, caracterizada pela proximidade com a tropa e sua

---

<sup>46</sup> Outras medidas, como a lei de 2/3, teriam a rigor o objetivo de fazer brotar o “espírito chauvinista” no operário brasileiro em relação ao estrangeiro, e a lei do salário mínimo era irrisória. A jornada de oito horas estaria condicionada à concordância entre as partes e, por essa razão, era inócua na prática, particularmente em implementação, já que se estabeleceu a supressão do “direito de greve”, substituído por um obscuro e questionável “comitê de arbitragem”. Depois do golpe de 1930, o cenário era ainda de crise, resultando em um descontentamento geral que assustava as classes dominantes, que começavam a apelar para campanhas demagógicas com o objetivo de anestesiar as massas.

capacidade de liderança; e a demagógica, que seria uma força maior que a primeira, incubada com o monopólio do verdadeiro espírito revolucionário e dos ideais dos 18 do Forte. Entre eles, havia um grande número de participantes da Coluna Prestes (que entraram na Aliança Liberal) e que, na sua interpretação, eram traidores daqueles ideais, embora isto os tornasse instrumentos eficazes de cooptação das massas. Afinal admite: “tenentes representam uma força contra a qual não podem todos os generais reunidos.”<sup>47</sup>

Na impossibilidade de adequação de setores associados àquele projeto, ocorreu em 1932 a tentativa de golpe a partir da justificativa de uma constituinte, resultando em um quadro de guerra civil na região Sudeste durante três meses. O movimento foi sufocado em razão de hábeis manobras de Getúlio Vargas em cooptar (e quebrar) setores acoplados na Frente Única em apoio aos insurretos; mas Basbaum completa sua análise afirmando que o sucesso em debelar a revolta também pôde ser contabilizado no apoio do imperialismo americano e dos tenentes, bem como os vacilos dos demais participantes da insurreição, particularmente Minas Gerais (e a conseqüente neutralidade das demais regiões). Também afirmou que o término do conflito não pode ser entendido como vitória, mas sim como resultado de um acordo que possibilitou aos derrotados mais graduados o exílio, e a cadeia para os estratos mais baixos da população.<sup>48</sup>

<sup>47</sup> É nesse contexto de grande isolamento político das massas e dos setores que a haviam apoiado que Getúlio Vargas, “fazendo concessões aos tenentes”, ainda se mantém no poder. Esta seria a tendência espiral fascista do governo, que serve bem melhor ao imperialismo norte-americano e aos desejos dos tenentes. Ou seja, é um cenário bipolar de descontentamento de um lado e manobras imperialistas de outro, em que o eixo político nacional se amoldava. BASBAUM, Leôncio. (pseud. MACHADO, Augusto) *A caminho da revolução operário-camponesa, op. cit.*, p. 80.

<sup>48</sup> O Estado de São Paulo teria uma certa deferência do governo central em relação aos seus assuntos, particularmente em relação à política do café. As razões desse acordo eram resultado, segundo o autor, do “tempo além do previsto” do conflito e das conseqüências econômicas preocupantes, associadas ao “descontentamento crescente entre os assalariados” e, finalmente, ao “grande descontentamento das massas trabalhadoras”, que refletiam uma apreensão de levante comunista. Fatores que, conjugados, levaram, portanto, a um acordo, e não à vitória final.

Numa outra passagem de seu livro, naquilo que denominou “*Duas soluções para a crise*”, é analisada uma tentativa de superar essa emblemática situação. A derrota parcial trouxe uma certa consolidação do governo Vargas e um conseqüente reagrupamento de forças em diferentes partidos, como o PRL (Partido Regional Liberal), que se originou do desmoronamento da Frente Única, todos com os mesmos interesses de classe. Paralelamente, ocorreria uma ofensiva do Ministério do Trabalho, com medidas demagógicas que visavam a resgatar a credibilidade perdida junto aos trabalhadores. Por fim, a vitória confluiu com as hábeis manobras políticas de Vargas junto aos derrotados paulistas e com as gestões diplomáticas ao derrotado imperialismo inglês. A novidade citada nessa etapa histórica é o surgimento do Partido da Lavoura; agrupamento, ao que parece, que teve pouca capacidade de ação. No restante do país, manobras similares de criação de legendas aconteceram, resultando na substituição de chefes desmoralizados por novos, sem alterações de fundo. Em última instância, concluiu, essa política somente fortaleceu o governo central em detrimento dos grupos feudais-burgueses.<sup>49</sup>

Ao final dessa parte, o historiador evidenciou a importância do Partido Comunista do Brasil, que denunciava que essa solução decorrente da crise de 1932 seria contrária aos interesses das grandes massas da cidade e do campo, apontando que a saída era a revolução operário-camponesa, agrária e anti-imperialista. A revolução consistiria na destruição dos latifúndios; divisão de terras pelos que cultivam; expulsão dos imperialistas; anulação da dívida externa; nacionalização das empresas imperialistas, seguida da socialização dos meios de produção e de transporte. Como solução da crise, Basbaum apontou a formação de um governo de operários e camponeses sob a hegemonia do proletariado, que conduziria as massas exploradas do campo e das cidades (operários,

---

<sup>49</sup> Ainda assim, mesmo enfraquecidos, reconhece Basbaum, estes buscavam sinceramente, a essa crítica situação, uma solução capitalista. Nesse sentido, detalha qual estratégia de intervenção terá participação na próxima guerra imperialista contra a URSS, seguida de uma maior exploração das massas trabalhadoras.

sitiantes, arrendatários, meeiros, pequenos funcionários, estudantes e intelectuais pobres), os atores na luta contra o feudalismo e o imperialismo, bem como os representantes da burguesia nacional. Nesse sentido, é apontado um delineamento tático dessa estratégia, pois a revolução, nas suas palavras:

(...) não se fará por meio de golpes isolados de quartel, dirigidos por tenentes, generais ou outros caudilhos, mas por uma verdadeira insurreição das massas de todo o Brasil, à frente das quais se achará o proletariado organizado dentro de seu partido de classe, o Partido Comunista do Brasil.<sup>50</sup>

Como apêndice – e, ao que parece, escrito no prelo –, Basbaum analisou os resultados das eleições, que confirmaram os prognósticos desenvolvidos na primeira parte de seu livro. Segundo ele, ocorreu a troca de antigos dirigentes por “revolucionários” que representavam os mesmos interesses regionais e nacionais dos antigos partidos republicanos estaduais; sendo que, em alguns Estados, o quadro permaneceu inalterado. Em relação a Rio de Janeiro e São Paulo, sua análise contabilizou a presença de elementos novos e desconhecidos da política e o fracasso do PCB em viabilizar ou indicar uma alternativa.<sup>51</sup> É nessa insatisfatória e sucinta abordagem que o autor concluiu que o problema maior era o conflito entre o imperialismo inglês e o americano.

Na segunda parte de *A caminho da revolução operário-camponesa*, há um delineamento dessa análise, tendo o autor procurado elencar teoricamente os elementos necessários para potencializar o processo da revolução agrária e anti-imperialista. A revolução no Brasil dependeria do estado de desenvolvimento econômico, das relações existentes entre produção e produtores, bem como das relações com os demais países conjuntamente, sendo estes os

<sup>50</sup> BASBAUM, Leôncio. (pseud. MACHADO, Augusto) *A caminho da revolução operário-camponesa*, op. cit., p. 101.

<sup>51</sup> Em São Paulo, a vitória refletiu os interesses dos fazendeiros do café, que por sua vez reflete a vitória do imperialismo inglês contra o imperialismo americano, contra Getúlio e contra os estancieiros gaúchos. Também persiste, na avaliação de Basbaum, uma tentativa de unificação política nacional contra os fazendeiros do café, apontando novas rearticulações com este objetivo e uma certa ambiguidade de Vargas em relação a ambos os tipos de imperialismo.

elementos indispensáveis para o PC e os trabalhadores elaborarem uma política adequada. Dado o ponto de partida, Basbaum iniciou um debate teórico nessa passagem sobre a concepção de Estado, tendo como referencial teórico Engels, em particular *A origem da família, da propriedade e do Estado*; Lenin, *O Estado e a revolução*; e, sem que o autor mencione a fonte, percebe-se ainda a influência do *Manifesto do Partido Comunista*. A partir dessa obra, procurou historicizar o desenvolvimento do Estado e da luta de classes até a sua transição para a ditadura do proletariado, delineando em seguida a etapa comunista posterior. Ainda que apresente no seu livro um esforço em afirmar que essa processualidade delineada seria subsidiada pelo estudo científico da história, ressaltou: “a lei natural da desigualdade do desenvolvimento econômico dos diferentes países, de acordo com as respectivas debilidades geológicas, geográficas, étnicas do meio e do homem (...)”.<sup>52</sup>

Em sua análise, o historiador apontaria diferentes gradações de desenvolvimento econômico dos países, para então concluir que o processo histórico passa por etapas: a revolução burguesa, para em seguida acontecer a revolução proletária. A fase inicial da revolução burguesa é lutar contra o feudalismo, para depois lutar contra a burguesia. Contudo, há uma diferença de época e fatores, como o desenvolvimento tecnológico, a proximidade entre as nações, o imperialismo, o proletariado (e sua expressão consciente de classe), bem como a existência da URSS, que confluem para a inevitabilidade da revolução socialista. Nas suas palavras: “Fizeram a burguesia revolucionária de 1789 passar ao terreno da contrarrevolução mesmo nos países dominados ainda pelo latifúndio e pelo feudalismo”.<sup>53</sup>

Basbaum também chamou atenção para as características da revolução brasileira quando comparada às revoluções do século 19. A revolução democrático-burguesa ou agrária anti-

---

<sup>52</sup> BASBAUM, Leôncio. (pseud. MACHADO, Augusto) *A caminho da revolução operário-camponesa*, op. cit., p. 106.

<sup>53</sup> BASBAUM, Leôncio. (pseud. MACHADO, Augusto) *A caminho da revolução operário-camponesa*, op. cit., p. 108.

imperialista, argumentou, tem em comum no seu processo histórico o fato de lutar contra o feudalismo e o latifúndio, mas também contra dois inimigos: a burguesia (que no cenário brasileiro se encontra na contrarrevolução) aliada ao imperialismo, resultando no bloco feudal burguês. Sobre quem dirige a revolução democrático-burguesa, estabeleceu o autor uma comparação com o cenário da revolução russa de 1905, quando advogou a tese de que o proletariado poderia dirigir o processo (e propiciar as condições de avanço, possibilitando um salto para o socialismo). Decorrente desse aspecto, as forças motoras e os aliados possíveis do proletariado nesse processo de ruptura seriam todas as camadas não operárias e as várias categorias de trabalhadores urbanos; embora seja ressaltado que o principal aliado deveria ser o proletariado do campo, os camponeses e os pequenos proprietários.

Quanto à processualidade da revolução operário-camponesa em proletária e socialista, Basbaum recuperou, em *A caminho da revolução operário-camponesa*, a concepção de Lenin sobre a ideia de um governo central dos soviets, com a ressalva de que o processo teria uma maior ou menor dinamização à medida que o Partido Comunista estivesse efetivamente implantado entre as massas. Mas não somente; também chamou atenção para a necessidade de construir uma relação de confiança entre o campesinato e o proletariado. E fez ainda uma particular ressalva sobre a necessidade de não abandonar a estratégia da revolução socialista, já que a exploração capitalista pode surgir da pequena propriedade agrária e desencadear um processo revolucionário posterior.

Por fim, ao advogar os soviets como eixo norteador central do futuro Estado revolucionário, sugeriu que poderia haver uma etapa em que se configuraria uma dualidade de poderes (até a fase de tomada de poder), com a prevalência de um governo democrático de operários e camponeses, embora sob a condição de hegemonia do proletariado e liderança do Partido Comunista. Para ele: “(...) dessa maneira, o governo democrático operário e camponês será transformado em ditadura do proletariado, e a revolução agrária

anti-imperialista seguirá para o socialismo e finalmente para o comunismo integral”.<sup>54</sup>

Em sua análise, avaliou o ambiente internacional, na medida em que existiu uma crise brasileira paralela a uma crise sem precedentes na história mundial. Nesse cenário, analisou que a solução da crise passaria pela guerra e pela destruição da URSS, bem como por uma política de destruição dos partidos comunistas pelo advento do nacionalismo, principalmente do fascismo.<sup>55</sup> Curiosamente, o avanço fascista foi entendido como um fenômeno natural da evolução histórica e que, em última instância, seria o último esforço do capitalismo contra a revolução.<sup>56</sup> O pensamento humano só teria condições de se recuperar por meio do comunismo, a partir de sua dimensão revolucionária; e o desafio de se pensar como e quando seria possível a revolução permanece alvo de viva polêmica intelectual e tensão militante.<sup>57</sup> Diria ele que “não é impossível prever-se o momento de uma insurreição” – sendo o marxismo uma ciência, assim como a astronomia, a química

---

<sup>54</sup> BASBAUM, Leôncio. (pseud. MACHADO, Augusto) *A caminho da revolução operário-camponesa, op. cit.*, p. 122.

<sup>55</sup> Em sua leitura, inicia a análise pela Alemanha, apontando a divisão interna, e alerta para o perigo da política da social-democracia, que, em última instância, é adjetivada como social-fascismo, política esta que resultara, na prática, na aliança com o “nacional-socialismo”, estando ambos os partidos sob o domínio da burguesia contra o Partido Comunista Alemão, que, para a solução da crise, advoga a revolução. No caso da França, da Inglaterra e da Itália, a preocupação central era a preparação para a guerra e a destruição dos partidos comunistas. Nesse processo de crise ocorre a política de colonialismo empreendida por várias nações, como é o caso do Japão contra a China.

<sup>56</sup> Leôncio Basbaum recupera que, face a esse cenário, poderia haver uma saída conjuntural para a crise, ainda que a do *sistema capitalista* não tenha solução, particularmente devido às características de sua fase monopolista expressa no imperialismo e que, dialeticamente, resultaria na sua própria destruição. Seria uma questão de tempo, e, na iminência da guerra, somente a consciência do proletariado, através do trabalho dos partidos comunistas, poderia impedir que ela ocorresse.

<sup>57</sup> Admitiu inclusive em sua obra as dificuldades de sua realização e a dependência de vários fatores alheios à vontade de um indivíduo, e mesmo de um partido, para determinar o momento de sua efetivação. No entanto, analisando e comparando com a história da Revolução Russa, interpretou quais momentos e oportunidades são fatores fundamentais, e esta seria uma das características do leninismo.

ou a história – “desde que tenhamos material necessário é nos é possível prever o futuro”.<sup>58</sup>

No cenário de uma revolução no Brasil, mais uma vez, o historiador resgatou Lenin e refletiu sobre uma crise geral que afetou todas as camadas sociais e todos os ramos da produção. A *crise*, como primeiro fator de uma revolução, apontava conseqüentemente para um segundo aspecto: o descontentamento das massas; e, através do desmascaramento dos demagogos de plantão, seria possível uma sólida consciência de classe, sendo este um terceiro fator interveniente; o quarto e último, a instrumentalização do Partido Comunista, organizado e ideologicamente forte. Desses quatro fatores que caracterizam uma situação revolucionária, estariam presentes no cenário brasileiro os dois primeiros, mas não os últimos. O PCB ainda não teria conseguido hegemonizar-se ideologicamente, e por essa razão não conquistara a plena confiança das massas; além da ausência de contato com os camponeses e trabalhadores agrícolas, um fator indispensável à revolução. Enfim, lamentou: “o Brasil não se encontra ainda em uma situação revolucionária”.

Leôncio Basbaum destacou que no processo histórico os acontecimentos se desdobram com uma inegável rapidez, mas isso não significa que a espera não será longa. Acontecimentos internacionais na China e na Alemanha, o plano quinquenal russo, o apoio da IC à formação de quadros do PCB refletiriam positivamente nesse processo, mas com a seguinte ressalva: a revolução surgiria de uma ampliação das lutas de massas dirigidas pelo PC, embora o autor abstenha-se de fixar uma data. Somente então, e a partir dessas lutas, é que o partido se fortificaria e destruiria suas próprias ilusões conciliatórias, dando seqüência ao processo de insurreição armada. Esse processo se iniciaria em algum ponto do país, mas o Partido Comunista teria por tarefa “agravar a crise (e não esperar pelo seu agravamento), radicalizar as massas, desencadear lutas,

---

<sup>58</sup> BASBAUM, Leôncio. (pseud. MACHADO, Augusto) *A caminho da revolução operário-camponesa, op. cit.*, p. 136.

greves parciais e gerais, educar-se e fortificar-se a si mesmo”. E, nesse sentido, conclui que “a revolução surgirá como corolário dessa obra”.<sup>59</sup>

Ao final, um aspecto central nos chama atenção em *A caminho da revolução operário-camponesa*: a importância de conhecer a questão agrária e seus agentes para se pensar a possibilidade da revolução no Brasil. O historiador retomou a ideia de que no país persistem formas desiguais de economia agrária – leia-se, encontra a presença do puro sistema feudal (quase medieval), conjuntamente a formas mais modernas de exploração capitalista. Decorrente dessa perspectiva, recuperou em seu livro as diversas camadas e categorias que compõem o universo rural e, destas, as que seriam os possíveis aliados e inimigos da revolução, avaliando o grau e o potencial revolucionário de cada uma. A rigor, ele divide esse cenário rural em seis camadas, que, por sua vez, estariam subdivididas cada uma em várias subclasses.

A primeira é a dos grandes proprietários de terras, constituídos inicialmente pelos latifundiários e grandes proprietários de explorações feudais. Estes seriam os principais inimigos da revolução operário-camponesa e teriam em suas mãos 50% do território nacional, para uma população de cerca de 0,1%. Seus domínios se estenderiam por quase todos os Estados, sendo eles majoritariamente criadores de gado. Em sua análise, Basbaum ressalta que, em muitas dessas propriedades (algumas pertencentes a congregações de ordens religiosas da Bahia), era possível andar a cavalo por vários dias sem visualizar seu término, e que seus moradores viviam, em geral, como servos da gleba. A primeira subclasse é a dos grandes proprietários de terras de exploração capitalista, que deteriam de 25% a 30% das terras do país; esta era constituída por grandes fazendeiros de café, plantadores de mate do Mato Grosso e do Paraná, fazendeiros de açúcar e de cacau do Nordeste e também pelos criadores de gado do Sul do país. O regime de trabalho em

---

<sup>59</sup> BASBAUM, Leônicio. (pseud. MACHADO, Augusto) *A caminho da revolução operário-camponesa*, op. cit., p. 143.

vigor era o *salariato*, mas o historiador faz uma ressalva: os trabalhadores agrícolas e os colonos somente seriam livres para morrer de fome. Nela verificava-se um acentuado processo de modernização capitalista, ainda que seja colocado que suas condições de vida seriam piores que a de um escravo. A diferença seria meramente formal entre estes e os servos da gleba. A segunda subclasse é a de lavradores ricos e semicapitalistas, também proprietários de terras, ainda que menores e com *status* diferenciado da subclasse anterior. Esta é a única diferença, na medida em que poderiam ser capitalistas e feudais. É o grupo mais numeroso e que detém um percentual que varia entre 10% e 15% das terras espalhadas por vários Estados do território nacional, onde são cultivados café, frutas, cacau ou cria-se gado, havendo uma forte dependência para com os bancos (por causa das suas propriedades serem pequenas e necessitarem de capital).

A segunda camada é a dos camponeses, tendo seu conceito reelaborado por Basbaum, pois ele parte do pressuposto de que estes não representam todos os trabalhadores do campo. Em sua leitura, somente podem ser designados camponeses os médios e os pequenos, calculados em 1 milhão e divididos em três subclases. A primeira é constituída por camponeses ricos que vivem de culturas variadas e exploram o trabalho de cinco a 20 trabalhadores. Por sofrerem a concorrência dos grandes proprietários (e não terem apoio técnico), estão sempre hipotecados e tendem a ser absorvidos por estes últimos. Politicamente débeis nas sociedades rurais ou institutos do café que têm alguma presença, não possuem força de decisão, estando na situação de não poderem influir na política econômica do país. A segunda subclasse é a dos camponeses médios, que exploram de um a cinco trabalhadores e se caracterizam por se constituírem em unidades de produção familiar e serem excluídos de qualquer participação política ou econômica (ainda que alguns tenham militância em sindicatos classistas nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo). Por fim, a terceira é a dos camponeses pobres que possuem pequenas propriedades, em geral de produção primitiva e essencialmente

familiar. Estes possuem relações de trabalho cooperativo, mas, segundo o autor, são proprietários hipotecados, quase servos em relação aos grandes proprietários, já que são obrigados a vender a produção geralmente por falta de transporte. É o grupo que sempre emigrou para as cidades, pois sua situação é de miséria e fome constante, bem como nele surgem bandidos e cangaceiros expulsos de suas terras.<sup>60</sup>

A terceira camada é a dos rendeiros, subdivididos em meeiros associados, o grupo que tem por relação de trabalho a partilha da metade da produção; sitiantes, que, nessa lógica, pagam o aluguel da terra em dinheiro ou espécie; e, por fim, os servos da gleba, que trabalham de dois a três dias por semana nas grandes propriedades feudais. O total dessa camada perfaz uma população de 4 a 5 milhões de pessoas. Comenta o autor que eles têm poucos – e não reconhecidos – direitos, lembrando inclusive da existência da Lei do Usucapião (que permitia, na época, o sitiante se tornar proprietário após 30 anos de trabalho), embora faça ressalva que seja uma lei praticamente desconhecida.

A quarta camada é a dos trabalhadores agrícolas. O grupo se constitui como apoio firme à revolução por serem parte integrante do proletariado, formado em geral por assalariados do campo ou operários (que têm que receber salário pelo seu trabalho) e subdividido em: trabalhador agrícola, como o peão do Sul, e o seringueiro e o vaqueiro do Nordeste; perfazendo uma população de 8 a 10 milhões de pessoas. Esses trabalhadores vivem, segundo Basbaum, em condições de miséria, pois recebem vales em vez de remuneração em dinheiro, sendo objeto de vigilância nas fazendas, que têm inclusive uma polícia interna. O resultado é um endividamento crescente junto aos patrões, que muitas vezes vendem esses trabalhadores em troca das dívidas. Como bem resume o autor,

---

<sup>60</sup> Eles despertam o instinto da rebeldia, mas, por falta de educação política, optam pela via de vingança pessoal, conceituada como sendo vingança de classe. É um dos reflexos da luta no campo, já que o historiador aponta como tendência a absorção da pequena pela grande propriedade e a transformação de seus proprietários em trabalhadores agrícolas ou operários nas cidades.

essas pessoas ficam de tal modo embrutecidas que nada sabem do que se passa no mundo. Conclui afirmando que, quando a energia revolucionária despertar, “ai da burguesia”. A segunda subclasse é a do trabalhador agrícola itinerante, constituído pelo jornaleiro, o camarada e o cama de vara. Andarilho ou flutuante, na leitura de Basbaum, é o popular Jeca, que em sua aparente indolência revela a falta de estímulo, de meios de trabalho e, sobretudo, a certeza de ser roubado pelo senhor da terra.<sup>61</sup> Eles trabalham em terras distantes na época de safra e retornam ao final para sua casa. É a subclasse mais sofrida, que vê seus filhos se prostituindo desde cedo, convivendo com muitas doenças.

A quinta camada é constituída pelo colono, em geral famílias de imigrantes estrangeiros ou nortistas que vivem nas fazendas de café em São Paulo. O trabalho é realizado por toda a família, que recebe por tarefa, ou seja, uma quantia anual relacionada ao número de pés de café. Basbaum chama a atenção para o fato de que, na fase inicial, esse processo foi até vantajoso para as famílias, mas, naquela situação de crise, os rendimentos atingiam apenas um quarto do que conseguiam os primeiros colonos. Estes também estavam despossuídos de direitos elementares, totalizando uma população de 2 milhões de pessoas.

A sexta e última camada são as colônias coletivas, formadas por trabalhadores imigrantes de várias nacionalidades no Sul do país, desenvolvendo e se reproduzindo de forma cooperativa, com costumes e idiomas próprios e vivendo praticamente ausentes do cenário político nacional. Associado ao problema agrário, esse grupo de colonos também se apresenta, em sua análise, como um problema nacional. Voltaremos a esse ponto.

O trabalhador agrícola é considerado o grupo aliado e potencialmente revolucionário (apesar de ter vícios pequeno-burgueses e desejo de propriedade da terra), e Basbaum entende que, após a posse da terra, ele virá a compreender facilmente a necessidade

---

<sup>61</sup> BASBAUM, Leôncio. (pseud. MACHADO, Augusto) *A caminho da revolução operário-camponesa, op. cit.*, p. 159.

de socialização colocada pelo proletariado. Também é o caso do colono, particularmente quando é despertado seu potencial revolucionário e sua capacidade de superar a luta contra o grande proprietário e as hipotecas, e pela necessidade de socialização. O proletariado, segundo ele, deverá aliar-se ao rendeiro e ao camponês na luta contra os grandes proprietários, visando ao alívio dos encargos que pesam sobre ele. O camponês rico (o nosso *kulag*, segundo o autor) e o camponês médio (também com vícios pequeno-burgueses) deverão apoiar em parte a revolução. Ao oferecer em seu livro um paralelo do cenário das primeira e segunda revoluções ocorridas na Rússia, Basbaum concluiu que este seria o cenário da primeira fase da revolução brasileira.

O autor mais uma vez faz uma ressalva crítica ao trotskismo, que a essa altura advogava a socialização imediata, demonstrando que a linha ultrasquerdista não deveria ser implantada, mas sim a política leninista de persuasão e propaganda, que resultaria na conversão espontânea do camponês ao socialismo.<sup>62</sup> Incorporando a leitura do cenário nacional russo, ressaltou que, no Brasil, a resistência do *Kulag* seria menor em razão de seu pequeno número se comparado à Rússia. Nessa linha de análise, o campo brasileiro possuía maiores grupos socializantes ou socializáveis, que, em última instância, possibilitaria uma passagem diferenciada, rápida e fácil da etapa democrático-burguesa à socialista.

Por fim, associado a essa problemática e merecedor de uma análise temática específica, Basbaum visualiza, como um último tópico avaliativo da revolução brasileira, o entendimento do que chamou “um choque de raças e de nacionalidades”. A questão ganharia vulto à medida que crescia o número de imigrantes no país; e, sobre a questão das raças, referia-se à não equacionada questão dos negros e índios. É uma problemática que deveria estar no foco e no centro da revolução, não devendo ser pensada em um período posterior; postura esta equivocada e pouco amadurecida

---

<sup>62</sup> BASBAUM, Leôncio. (pseud. MACHADO, Augusto) *A caminho da revolução operário-camponesa, op. cit.*, p. 168.

no PCB, como ressaltou. Nesse aspecto, ele também resgata Lenin acerca do potencial revolucionário das nacionalidades na revolução democrático-burguesa, ainda que lamente a ausência de escritos sobre os negros e índios. Nesse sentido, a luta pela emancipação nacional é necessária ao objetivo subsequente da luta contra o capitalismo pelo proletariado. Seu livro aponta ainda a luta pela autodeterminação como uma necessidade e propõe uma problematização teórica da questão, mas sem delinear grupos ou locais onde esse processo poderia ter curso.

Sobre a questão do negro, Basbaum sugere que é hipocrisia das classes dominantes negar a existência da discriminação no Brasil. Ainda que não se tratasse de um problema de quantidade (na medida em que faltavam dados elucidativos a respeito), chamou atenção sobre a dificuldade em se estabelecer uma linha divisória entre negros e brancos diante do grande número de pardos; e, mesmo com a Constituição brasileira garantindo a igualdade de todos perante a lei, a opressão atingia 45% da população do país, fora os índios. O autor trouxe à luz o preconceito no Brasil, inclusive entre os trabalhadores, contaminando igualmente muitos negros que incorporavam o complexo de inferioridade, o que era facilitado pelo alto índice de analfabetismo. Admitiu ainda que alguns poucos negros letrados acabaram se corrompendo e tornando-se inimigos de sua própria etnia. Em sua leitura, a opressão do negro era exercida *socialmente*, com uma lacuna de símbolos identificativos (até em sua religião, considerada crime); *economicamente*, já que recebiam (como ainda hoje recebem) salários mais baixos e os piores trabalhos; e, *politicamente*, na medida em que não tinham representação política mesmo na Bahia, um Estado onde sempre foram a maioria da população.

Para o historiador, esses elementos confluem em ódio, que extrapola o caráter de classe do indivíduo. Caso o Brasil viesse a ter um governo soviético, baseado na fraternidade e igualdade entre as raças, segundo ele, esse processo não poderia ser suprimido por decreto. Ele advogava a tese de que é na supressão do capitalismo que os trabalhadores brancos e negros confluíam na luta pela

libertação e autodeterminação, tendo o direito de estabelecer um Estado autônomo e independente.<sup>63</sup> Chamou inclusive atenção para essa problemática mais de uma vez em *A caminho da revolução operário-camponesa*, na medida em que ela não amadurecia no interior do PCB, particularmente no aspecto da autodeterminação como fator revolucionário.<sup>64</sup>

Em relação aos índios, ele calculou sua população em 1 milhão de sobreviventes do extermínio racial, vivendo em locais distantes e em pequenos grupos, em geral nômades, com tendência ao desaparecimento. Ao descrever esse cenário de abandono, alertou sobre sua importância e capacidade revolucionária, algo impossível de negar face aos muitos exemplos de lutas de resistência empreendidas historicamente. Por essa razão, conjuntamente com a questão do negro, advogou a tese de autodeterminação para o índio, sendo enfático ao afirmar:

Mais ainda do que para a raça negra o semifeudal é a autodeterminação, a constituição em Estado independente, o direito de habitar e cultivar uma terra que lhe seja própria, vivendo e governando-se de acordo com seus costumes e credos religiosos.<sup>65</sup>

Concluiria Basbaum que somente o proletariado poderia ajudá-los nessa luta contra os grupos feudais burgueses opressores; sobretudo se sua vanguarda, o Partido Comunista, desenvolvesse um trabalho de educação política e de organização na luta por suas reivindicações.

À guisa de finalização de uma leitura sobre a obra, percebe-se que a herança teórica e militante exposta em *A caminho da revolução operário-camponesa* é de um cenário de lutas característico do

---

<sup>63</sup> BASBAUM, Leôncio. (pseud. MACHADO, Augusto) *A caminho da revolução operário-camponesa*, op. cit., p. 183.

<sup>64</sup> Também menciona o aparecimento de embrionárias organizações negras pequeno-burguesas como fator inibidor de outras tendências nesse processo de dissuasão, e também uma preocupação da população negra vir a ser instrumento demagógico da burguesia branca e do imperialismo, o que, em última instância, afastaria da problemática da revolução operário-camponesa.

<sup>65</sup> BASBAUM, Leôncio. (pseud. MACHADO, Augusto) *A caminho da revolução operário-camponesa*, p. 190.

Brasil na virada do século 19 ao 20 e reflete um esforço militante com o objetivo de instrumentalizar a classe operária para alterar a ordem social existente. Com ele, um particular enfoque analítico e teórico daquele que foi um dos nossos primeiros intelectuais marxistas – embora, vale ressaltar, Leôncio Basbaum não tenha sido o único. Octávio Brandão, Astrojildo Pereira, entre outros intelectuais, também apontaram nessa fase para uma abordagem pioneira do caráter da revolução brasileira em seus ensaios analíticos, bem como discutiram de forma variada a questão agrária nesse processo.<sup>66</sup>

Em *A caminho da revolução operário-camponesa* (e mesmo nas suas memórias, gestadas com certa amargura em relação a essa fase), Basbaum retomou pistas interessantes sobre sua descoberta do marxismo através de Cristiano Cordeiro e admitiu o fascínio da atmosfera de clandestinidade que envolvia a atuação do PCB. Registrou ainda que sua adesão ao partido foi no começo de 1924,<sup>67</sup> processo este que seria grandemente facilitado pelos contatos e leituras que teve no Rio de Janeiro com vários militantes comunistas, como Brandão e Astrojildo. Inclusive admite que *Agrarismo e industrialismo* foi uma de suas primeiras leituras.

Todavia, foi a partir de 1927 que teve início um debate no PCB sobre a definição do caráter da revolução proletária; ou seja, pensar uma proposta de revolução, segundo ele, sem que esta significasse uma mera imitação das propostas em curso na URSS.<sup>68</sup> O historiador até questionou se seria adequado ou não transpor os soviets, a ditadura do proletariado, ao cenário brasileiro, chamando atenção para as dificuldades de compreensão e de elaboração teórica daqueles militantes que tentavam imaginar a transposição da Revolução Russa em caráter burguês

---

<sup>66</sup> DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa*, op. cit., Introdução e cap. I.

<sup>67</sup> Ingressaria desempenhando tarefas de panfletagem, de organização e até mesmo como professor de um curso sobre *O capital* para operários; posteriormente, dirigiria a Juventude Comunista, vindo a ser membro do Comitê Central. Também colaborou em vários jornais do PCB.

<sup>68</sup> BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*, op. cit., p. 53.

ou democrático-burguês. Honestamente, admitiu não entender com profundidade essa problemática, bem como suas diferenças em um contexto de debilidade do movimento sindical (teórica e numericamente, os atores preferenciais daquele projeto), paralela à forte repressão governamental.

De qualquer forma, não há dúvida de que *A caminho da revolução operário-camponesa* é um trabalho de fôlego, embora permeado por essas categorias e conceitos que tanto questionava como eixo a ser transposto à realidade brasileira. As dificuldades, no entanto, não eram somente dele, mas estavam presentes em quase todo o Comitê Central do PCB (formado majoritariamente por quadros de origem anarquista), com muitas debilidades teóricas. Basbaum, em seu relato, admitiu ter a ilusão de obter subsídios teóricos nos Congressos da IC, mas essas ilusões logo se desvaneceram, concluindo que, apesar de seus membros conhecerem muito bem o marxismo, seus teóricos pouco conheciam sobre a realidade sul-americana, confundida, com frequência, com o cenário asiático.

Entre percursos e percalços, somente em 1929, após críticas severas feita ao trabalho tanto político como teórico de Octávio Brandão, é que Astrojildo Pereira foi convidado a estudar em Moscou o problema e o caráter da revolução brasileira<sup>69</sup>, algo ainda inconclusivo no interior do PCB. Depois, Basbaum comentaria em suas memórias que, na reunião programada de todos os PCs da América do Sul patrocinados pela Internacional Comunista – onde ocorreria o encontro com Prestes –, esta ainda era uma questão não resolvida pelos vários partidos do continente.

Como foi ressaltado, suas críticas remetiam ao equívoco da apreensão do rural no processo da revolução brasileira. Ainda que ele pensasse ser positiva a aliança com o representante da pequena burguesia (no caso, Prestes), acreditava ser imprópria a configuração de uma revolução proletária sem pensar no campesinato, entre o qual, até então, o PCB tinha uma intervenção

---

<sup>69</sup> BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*, op. cit., p. 67.

praticamente nula. Lucidamente, pontuou em seu livro que nem todos que viviam no campo eram camponeses, e sim trabalhadores agrícolas. A diferença de programas políticos propostos naquela ocasião é também apontada no seu relato memorialístico, sendo que o programa do PCB apresentado por ele foi considerado por Prestes muito à esquerda e radical. Comentaria depois, em relatório (não aprovado) ao Comitê Central, suas discordâncias em relação às posturas de Prestes, afirmando que conversas posteriores não teriam futuro, face às divergências de fundo, concluindo que: “A revolução que ele queria era diferente da nossa, e nós tínhamos que fazê-la com ele ou sem ele, de preferência sem ele (...)”.<sup>70</sup>

Para Basbaum, o desmantelamento do Partido Comunista teve início com o *prestismo* hegemônico e transformado em referência para o conjunto dos militantes comunistas, agravado pouco tempo depois pela proletarização e a conseqüente política do obreirismo nos seus quadros dirigentes. Isso resultou, no período subseqüente, em seu afastamento e também de muitos intelectuais do PCB. Ainda assim, nesse livro, mesmo com dificuldades de várias ordens – seja de elaboração teórica, na medida em que o debate teórico já estaria bem norteado pelas teses da IC, seja pela ausência de uma leitura substanciada em outros referenciais analíticos marxistas –, entendo que se pode perceber a existência de um vetor de autonomia crítica nos anos 1930. *A caminho da revolução operário-camponesa* expressa algo novo naquele contexto; e não ocorreu necessariamente a derrota da dialética, como sugere Leandro Konder em livro com o mesmo título;<sup>71</sup> mas, no mínimo, uma reflexão que apontava para outras pistas, muitas delas sugestivas de uma reflexão original e contracorrente à tendência em curso.

---

<sup>70</sup> BASBAUM, *op. cit.*, p. 72.

<sup>71</sup> KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

## Uma polêmica inconclusa: feudalismo em Nelson Werneck Sodré

Poucos intelectuais ousaram pensar o Brasil como Nelson Werneck Sodré, historiador marxista cuja obra é vasta e coerente, apresentando uma bibliografia de 56 títulos (muitos deles com várias reedições) e tendo construído nessa longa trajetória de vida uma dupla relação vocacional.<sup>72</sup> A primeira, construída como intelectual engajado, e uma segunda vocação construída como oficial do exército, que deu baixa com a patente de General de Brigada. Em ambas as vocações, elaborou uma análise crítica e memorialística fascinante;<sup>73</sup> mas não somente: em seus vários livros concebidos ao longo dos últimos 50 anos, também procurou recuperar, na vivência pessoal como militar/militante e na pesquisa como intelectual, a apreensão da particularidade histórica brasileira. Teve como objetivo, primordialmente, elaborar uma teoria de revolução (procurando superar nossas debilidades neocoloniais); bem como possibilitar nesse diálogo teórico uma reflexão crítica sobre os principais acontecimentos que caracterizaram a nossa história – muitos dos quais participou ao longo do século 20.

Na condição de militar advindo da influência do movimento tenentista nos anos 1920 – aliás, ele também foi um *tenente* –, observou a criação da ANL (Aliança Nacional Libertadora) nos anos 1930; e posteriormente, já como militante comunista e autor de vários livros, refletiu sobre a teorização e o debate

---

<sup>72</sup> Este ensaio foi publicado originalmente em dois artigos, com os seguintes títulos: “Feudalismo e o pensamento social brasileiro”. *A Nova Democracia*. Rio de Janeiro, p. 13, 03/11/2004; e “Feudalidade e semi-feudalidade em Nelson Werneck Sodré”. *A Nova Democracia*. Rio de Janeiro, p. 20, 24/01/2006.

<sup>73</sup> Sobre este debate, ver NETTO, José Paulo. Reedição de SODRÉ, Nelson Werneck. *O naturalismo no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992, p. 39.

político nacionalista dos anos 1960. Sodré atuou ainda como um personagem decisivo na resistência democrática à ditadura militar, bem como no processo de redemocratização política e na luta pela anistia. Nessa militância, pagou caro pela coerência de suas convicções, sendo inclusive preso em 1964; e, posteriormente, seria solenemente ignorado por “alguns radicais de ocasião” – nos termos empregados pelo professor Antonio Candido –, que excluiriam seus escritos do diálogo intelectual e de reflexões críticas, fato que ainda ocorre em algumas esferas universitárias que se reconhecem como de esquerda. Ao que tudo indica, essa postura bem pouco responsável<sup>74</sup> decorre de dois fatores: o primeiro, de sua vinculação histórica ao PCB (Partido Comunista Brasileiro); o segundo, pelo fato de sua obra ser a elaboração de um militar que se projetou como intelectual fora dos muros da universidade e, portanto, fora da crítica “autorizada” que a instituição credencia.

Nelson Werneck Sodré é um dos últimos representantes dos intelectuais formados extramuros universitários, bem diferente de muitos dos seus contemporâneos, cujas atividades desenvolvem-se intramuros e que são praticamente desconhecidos do grande público. Por isso, percebe-se ser de boa hora esse diálogo e sua retomada, na medida em que, entre as várias possibilidades postas, vale uma que penso venha ser determinante em sua obra: a que recupera, na polêmica de suas posições e no pioneirismo de suas teses, o significado de apreender um eixo de valorização do pensamento social brasileiro. Há uma outra proposição que se insere a partir dessa leitura e de uma releitura de sua obra: a que aponta para a recuperação de uma autoestima hoje perdida e que tanto lhe era peculiar como intelectual: valorizar o Brasil como projeto de nação. Por isso, remetemos neste ensaio a uma particularidade que é também central em suas teses, o feudalismo. Mas, para isso, um parêntese é necessário.

---

<sup>74</sup> As respostas de Sodré a essa constatação e às críticas que recebeu podem ser encontradas em seu livro *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo: Global, 1985.

A polêmica é inesgotável quando debatemos o conceito de modos de produção, sugerindo e levantando questões e tensões que remetem, em grande medida, à sua inconclusividade.<sup>75</sup> Não poderia ser de outra forma, até porque há mais de uma dezena de sólidas referências teóricas sobre o modo de produção feudal, capitalismo, pré-capitalismo, escravismo, entre outras leituras no pensamento social brasileiro – a maioria, virtualmente antípoda uma da outra, quando não meras derivações. Não deixa de ser instigante uma questão que inquietava o autor em seus livros: somos capitalistas desde a colonização? Ou, quem sabe, tenha prevalecido no Brasil desde 1500 um modo de produção pré-capitalista mercantil? Talvez possamos contabilizar uma terceira variante, aquela que remete a uma especificidade de um modo de produção escravista colonial.

Vale ressaltar que, em torno do conceito de feudalismo, foi construído um virtual consenso ideológico quanto a sua rejeição, o que particularmente pode ser observável em setores da universidade paulista no pós-1964. Mas poucos intelectuais foram identificados e, de certa forma, penalizados com a associação desse conceito e a defesa dessa tese (via de regra, muito pouco compreendida quanto a sua correta formulação), como aconteceu com Nelson Werneck Sodré. Com efeito, é importante salientar que este ensaio não se propõe a recolocar o debate sobre os modos de produção, mas não deixa de ser interessante que considerar a possibilidade de sua existência ou mesmo considerar uma particularidade do feudalismo no Brasil (ou formas análogas) ainda encontre fortes resistências a uma reflexão que tem sua matriz marxista em autores como Alberto Passos Guimarães, Nestor Duarte: mas que já era anterior a eles, sendo objeto de particulares apreensões em intelectuais conservadores como Oliveira Vianna, Capistrano de Abreu, Pandiá Calógeras. Atualmente, é uma reflexão é recolocada no debate político e acadêmico por

---

<sup>75</sup> Como podemos perceber no excelente livro de FIGUEIREDO, José Ricardo. *Modo de ver a produção no Brasil*. São Paulo: Educ; Campinas: Autores Associados, 2004.

intelectuais como Moniz Bandeira e Marcos Del Roio,<sup>76</sup> para citar os mais conhecidos.

Retomando o argumento proposto – as origens do nosso processo colonizatório –, ainda nos deparamos com formas escravistas presentes no cenário rural brasileiro que não estão necessariamente em regiões isoladas ou de fronteiras, apresentando-se em áreas localizadas nos centros mais desenvolvidos do país, como nos Estados de São Paulo e do Paraná. É sugestivo pensar que a discussão dessa forma de exploração escravista remete mais a lamentos e constrangimentos do que, quiçá, a sinceras (ou nem tanto) indignações. Como ilustração dessa hipótese, há exemplos recentes e com dados oficiais fornecidos pela Divisão de Erradicação do Trabalho Escravo, vinculada ao Ministério do Trabalho, que divulgou a seguinte estatística: entre 1995 e 2009, foram resgatados dessa condição cerca de 32.950 trabalhadores, sendo que, destes, 5.016 referem-se somente ao ano de 2008, e 5.999, ao de 2007. Essa equação contabiliza ainda um dado a mais, bem preocupante, divulgado em 2009: entre os libertos, quase três centenas deles reincidem à condição de escravo.

Quando os dados oficiais do governo são comparados aos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que tem outra metodologia e contabiliza o levantamento *in loco*, os resultados são mais dramáticos. O Paraná teve, em 2009, um aumento de 200% em relação ao ano anterior, sendo considerado o primeiro Estado em casos de superexploração de trabalhadores rurais.<sup>77</sup> O curioso é que, conceitualmente, a escravidão e sua factibilidade ganha de alguns

<sup>76</sup> MONIZ BANDEIRA, L. A. *O feudo – a casa da torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; DEL ROIO, Marcos. Sodrê e o feudalismo no Brasil. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (Org.). *Entre o sabre e a pena*: Nelson Werneck Sodré. São Paulo: Ed. Unesp/Fapesp, 2006.

<sup>77</sup> Divisão de Erradicação do Trabalho Escravo: Ministério do Trabalho. Site atualizado em 09/03/2009. Artigo na *Folha de S.Paulo*: “Governo detecta reincidência em escravidão: pelo menos 257 de 19.547 trabalhadores resgatados entre 2004 e 2009 retornam à condição análoga a de escravo”. *FSP*, 12/04/2009; e “Pastoral da Terra diz que o trabalho escravo aumentou 200% no Paraná”. *FSP*, 04/06/2009.

interlocutores a adjetivação “neo” à frente (neoescravidão), como se essas formas se diferenciavam substancialmente das antigas ou se apresentassem naquilo que o Ministério do Trabalho entende oficialmente como condição análoga à de escravo: a *servidão da dívida*,<sup>78</sup> conceito este relacionado ao modo de produção feudal. Polêmicas à parte e são muitas, houve a segunda abolição da escravidão no Brasil com a aprovação em 2012 na Câmara dos Deputados da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que expropria terras onde for constatada a utilização de trabalho escravo. Pelo projeto aprovado, cuja versão ainda tem passar no Senado, as propriedades expropriadas serão destinadas à reforma agrária e a programas habitacionais.

Portanto, paralelamente ao conceito clássico, o feudalismo se apresenta em muitas variantes concretas contemporaneamente; seja com o isolamento intramuros de setores da classe média alta em condomínios de luxo, verdadeiros feudos para alguns analistas; ou mais recentemente, em 2005, como uma possibilidade teórica de desenvolvimento elaborada pelo filósofo Antônio Negri, que sinalizou para o fenômeno da refeudalização em curso. Em textos da Escola Superior de Guerra sobre a nova ordem mundial pós guerra fria, alguns analistas sinalizam para um cenário internacional de Estados aparentemente autônomos, mas cujo caráter seria neofeudal, conceito este utilizado para demonstrar a relação de dependência dos países da periferia aos centros de poder. Vale dizer que, por ocasião da eleição de José Sarney à presidência do Senado Federal em 2009, em artigo intitulado “Onde os dinossauros ainda vigoram”, o prestigiado periódico inglês *The Economist* assinala que sua eleição é a vitória do semifeudalismo, já que, segundo o jornal, esse fenômeno ainda impera em alguns Estados brasileiros, onde apenas um homem ou uma família exerce o domínio político.<sup>79</sup>

---

<sup>78</sup> Divisão de Erradicação do Trabalho Escravo: Ministério do Trabalho. Site atualizado em 09/03/2009.

<sup>79</sup> Sobre o conceito de Neofeudalismo na ESG, ver GÓES, Guilherme Sandoval. A Nova Ordem Mundial na Era Bipolar. Cadernos de Estudos Estratégicos, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, nº 01, julh. 2006; p. 164-165. A

Não muito tempo depois dessa matéria, por ocasião da cassação do governador Jackson Lago do Maranhão, a revista *Carta Capital* seguiu a linha de análise do *The Economist* quanto a uma concepção de feudalismo ainda vigente em nosso cenário político. Com uma chamada de capa e artigo intitulado “A volta do donatário”, a revista chamou atenção para a derrota das forças democráticas e populares naquele Estado frente ao feudo dos Sarney, questionando o resultado do polêmico julgamento que analisou o pedido de cassação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Com a confirmação da sentença pela mesma instituição (após sentença promulgada e vários recursos), o epílogo desse retrocesso político seria sintetizado em outro artigo, intitulado “Os Sarney recuperam o feudo”. A matéria alertava para a pouca probabilidade de reversão da sentença, até porque seria reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).<sup>80</sup> Depois disso, não foram poucos os eventos constrangedores que vieram à tona envolvendo alguns personagens no Senado, estando o próprio Sarney à frente da instituição. Polêmicas à parte, essa leitura não é um caso isolado, já que exemplos correlatos e bem pouco dignificantes podem ser encontrados em outros Estados e municípios do Brasil.

Noutros termos, o debate sobre o feudalismo ou formas análogas é inconclusivo, e podemos perceber que são muitas as possibilidades de apreensão teórica da temática pelo campo marxista (ou não) no processo histórico brasileiro; mas igualmente sua apreensão em situações empíricas contemporâneas.<sup>81</sup> Mas desde quando? Para efeito de análise e da reflexão que nos interessa diretamente aqui, podemos inferir que foi a partir dos anos 1950 que o intelectual brasileiro, de modo geral, pôde expressar um marxismo

---

entrevista do filósofo Antônio Negri foi concedida ao Programa Roda Viva em 2005. Quanto à vitória de Sarney no Senado, ver o artigo: “Onde os dinossauros ainda vigo-ram”. *The Economist*, 06/02/2009.

<sup>80</sup> Sobre a cassação de Jackson Lago e as referências citadas, ver: *Carta Capital*, n. 536, 11 de março de 2009; e, n. 542, 25 de abril de 2009.

<sup>81</sup> Sugestivo da atualidade dessa polêmica é o recente livro de MONIZ BANDEIRA, L. A. *O feudo: a casa da torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

autônomo das variantes clássicas advinda das teses da Terceira Internacional. A partir daí se destacam Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré, ambos intelectuais historicamente vinculados ao PCB, mas com apreensões diferenciadas do processo.

Retomando o ponto inicial desse debate, o curioso é que Sodré também se destacou pelo papel que desempenhou, sem, no entanto, ter ocupado posições dirigentes no Partido Comunista. Porém, em razão de algumas de suas teses, especialmente após a derrota de 1964, houve um movimento político e acadêmico que procurou valorizar as teses de Caio Prado Jr. e ignorar, em grande medida, as geniais intuições de Sodré. Em função disto, equívocos de toda ordem permearam a leitura de sua obra, especialmente de três livros: *Introdução à revolução brasileira*, de 1958; *Formação histórica do Brasil*, de 1962; e, por fim, *História da burguesia brasileira*, de 1964.<sup>82</sup> Ainda assim, a despeito dessa resistência em debater suas posições, seus livros tiveram um vigor considerável, sendo objeto de sucessivas reedições nos últimos tempos.

Fundamentalmente, no debate acadêmico, e mesmo no político, o conceito de feudalismo se apresentou no Brasil como uma leitura de transposição do modelo clássico europeu e, dessa forma, ficou equivocadamente identificada como uma tese de Sodré. Muitas críticas também apontam para o fator econômico como uma determinação exclusiva de seu vetor analítico, e como determinante em sua obra. Embora fosse uma crítica parcialmente correta, não significa a redução da política à economia em Sodré. Outros aspectos muito criticados e pouco debatidos podem ser observados na polêmica categoria de “nação” associada a um caráter evolutivo e processual da etapa burguesa no processo revolucionário brasileiro.

Inegavelmente, Nelson Werneck Sodré apontava para o papel do latifúndio e do imperialismo na obstaculização do desenvolvi-

---

<sup>82</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. 1ª edição, 1958. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967; *Formação histórica do Brasil*. 1ª edição, 1962. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976; *História da burguesia brasileira*. 1ª edição, 1964. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976

mento econômico nacional, daí as muitas polêmicas provocadas ao advogar a tese de que frações da burguesia poderiam se situar no campo revolucionário de um cenário anti-imperialista e democrático, já que sua reflexão projetava um desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil. Mas não somente; especificamente, um dos pontos mais polêmicos é o conceito de *regressão feudal*, que caracterizou o processo de passagem do trabalho escravo ao trabalho livre. Para muitos de seus críticos, isso remeteu a uma leitura de que suas teses eram a fundamentação teórica da política do PCB.

Vale dizer que suas polêmicas teses – feudalismo, história nova, exército democrático, burguesia nacional, entre outras – já eram pioneiras e originais, sendo anteriores a sua aproximação com o marxismo; mas foram seguramente pensadas numa perspectiva da questão nacional. Mas o feudalismo foi, sem dúvida, o objeto maior de tensão entre suas formulações, tanto é que, num de seus trabalhos, o historiador chegou até a advogar a tese de um capitalismo mercantil, sem maior fundamentação. Concretamente, é a partir dos anos 1960 que Sodré reencontrou a leitura de um modo de produção feudal no Brasil; algo que apreendeu inicialmente em suas andanças pelo interior do Brasil, no exercício de suas funções militares, e que daria posteriormente uma nova substância teórica em um diálogo com autores marxistas renovadores. Ainda que na ocasião já fosse um comunista, desenvolvia todo um conjunto de reflexões autônomas à política do PCB e dessas teses Sodré nunca abdicou, embora fosse sempre um crítico feroz de seus trabalhos. Como intelectual, era sobretudo um personagem coerente em seus princípios, fiel às suas concepções.

Esse pressuposto pode ser observado em um de seus últimos livros dos anos 1990, *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*.<sup>83</sup> Nele, o historiador apresenta uma releitura de sua obra e, em particular, o significado do feudalismo em nosso processo histórico. Inicialmente, enfoca a antiga polêmica sobre a questão e, mais

---

<sup>83</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

uma vez, nega a possibilidade de o capitalismo ser uma realidade advinda do início da colonização no Brasil, afirmando ainda que não havia, naquele momento, exigência histórica ou mesmo viabilidade enquanto modo de produção. Vale o resgate de suas palavras, proferidas num debate universitário em 1992:

Se o Brasil era capitalista desde o século XVI – afirmação colocada como indiscutível –, era espantoso que tivéssemos estudado a Revolução Francesa, episódio e processo do século 18, ou a Revolução Inglesa, cuja primeira etapa datava do século 17. Nós, no Brasil, éramos capitalistas antes dos franceses e dos ingleses. Consequentemente, a nossa burguesia era classe dominante na fase colonial e antecederia, também ela, a burguesia francesa e a burguesia inglesa. O fato fica no nível do anedotário se a tese não fosse esposada e defendida também por notória e eminente figura do ensino nacional, que timbrava em afirmá-la. Não era, pois, produto da imaginação do jovem professor, que apenas a repetira, pondo nela ênfase de sua presunção de saber. Não. Ela estava alicerçada, e solidamente, numa concepção histórica que era imposta como indiscutível e se arrastava das cátedras mal providas ao espírito de milhares de jovens, que citavam porque provinha daqueles indicados para guiá-los. Nada tenho com tal ensino. É direito de cada um, no nível do ensino da História em nosso país, adotar e divulgar conceitos e categorias a seu gosto. O que impugno é que tais conceitos e categorias façam parte do marxismo, e particularmente a tese principal: o capitalismo brasileiro data da fase colonial. O que parece errôneo é que tal absurdidade passe por marxismo. E isso deve, em grande parte, ao fato de que um dos que a adotaram foi um marxista. Isto me lembrou o esclarecimento curioso de certo mestre europeu: nem todos os que se dizem marxistas realmente o são.<sup>84</sup>

O autor recuperou a tese da existência de uma particularidade histórica brasileira configurada na presença de relações feudais, sugerindo inclusive a existência de restos feudais em nosso processo histórico contemporâneo, tendo por expressão o conceito de regressão feudal. Assim, tal conceito de forma alguma indicava ser uma transposição conceitual de um modelo clássico (como ocorre em outros autores marxistas, a exemplo de Alberto Passos Guimarães), apontando o modo de produção feudal como uma característica presente desde o descobrimento do Brasil, secundada economicamente pelo escravismo em uma fase posterior. Esse de-

---

<sup>84</sup> *Ibid.*, p. 73-74.

bate adquiriu em sua reflexão contornos variados e diferenciados ao longo do tempo.

O historiador inclusive admite a existência de realidades tão diferenciadas que se apresentam em graus variados na estrutura política e administrativa; e, principalmente, se conferem nas relações sociais entre as pessoas livres, no trabalho livre e nas formas particularizadas daquilo que poderíamos chamar de relações de servidão, ainda presentes em alguma medida em nossa história. É nessa perspectiva que se pode apreender o conceito de feudalismo e a originalidade da aplicação desse conceito em sua reflexão; leitura bem diferenciada dos clássicos. Vale dizer que, embora ainda seja uma questão polêmica, Sodré até poderia conceituar aquilo que denominou áreas secundárias como sendo áreas feudais; mas, seguramente nessa interpretação, ele também as dissocia das pontuações das teses da Terceira Internacional e do modelo democrático-burguês do PCB, apesar da associação feita pelos seus *críticos*. Entretanto, este é um outro debate. Mas fica a indagação: desde quando se apresenta essa questão?

Como foi apontado, Nelson Werneck Sodré lançou em 1962 um livro denso e volumoso, de considerável impacto no debate político e acadêmico à época: *Formação histórica do Brasil*. Objeto de um fecundo amadurecimento teórico e intelectual, essa publicação refletiu a leitura do autor sobre o modo de produção feudal no processo histórico brasileiro; sem falar que nela apresentou algumas singularidades importantes nessa construção teórica, resultado de amplas pesquisas de seu período como professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). A primeira delas foi o diálogo que estabeleceu com autores marxistas que não faziam parte do arcabouço reflexivo brasileiro à época, a

exemplo de José Carlos Mariátegui;<sup>85</sup> a segunda, embora o debate sobre o feudalismo no Brasil fosse polêmico, seu livro foi o epílogo de um longo processo de amadurecimento intelectual sobre essa temática; em que pese também fosse uma reflexão que já estivesse presente nos artigos da juventude, apresentando-se de forma conflituosa em alguns de seus trabalhos do período de maturação.<sup>86</sup>

Chamo mais uma vez atenção para este último aspecto, apontado com brevidade. Por um período de sua trajetória intelectual, o historiador sinalizou para a possibilidade de haver no Brasil uma fase capitalista mercantil. Isso evidentemente não o livraria de críticas e equívocos de várias ordens; a maior, e talvez a mais injusta, é a (des)qualificação do livro *Formação histórica do Brasil* como a fundamentação teórica da linha política do PCB expressa na *Declaração de março de 1958*, leitura ainda hoje sustentada por muitos analistas contemporâneos. A despeito dessa polêmica, essas críticas não impediram que o livro ganhasse o debate público, sendo sucessivamente reeditado, encontrando-se atualmente na 14ª edição.

Como foi ressaltado, dentre as várias teses e polêmicas acerca de sua obra, seguramente esta sobre o modo de produção feudal foi a que mais tencionou o autor teoricamente ao longo de sua trajetória intelectual. Por essa razão, vale pensar e indagar: como a questão sobre o feudalismo ou semifeudalismo se apresenta em sua reflexão? Embora a fecundidade do debate e a densidade de sua reflexão não permitam mais que alguns apontamentos preliminares, vamos a alguns desenvolvimentos, particularizando

---

<sup>85</sup> A influência do intelectual marxista peruano na obra de Sodré, particularmente no clássico *Formação histórica do Brasil*, ainda não foi devidamente analisada pelos pesquisadores e nem é objeto deste ensaio, salvo essa pontual referência. Todavia, vale ressaltar que coube a Sodré o pioneirismo da apreensão de Mariátegui (até então um autor desconhecido) nesse debate – iniciado ainda nos cursos do Iseb –, incorporada como fundamento teórico em sua tese sobre o feudalismo como possibilidade histórica no Brasil.

<sup>86</sup> Sobre esse debate, ver: CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp, 2002.

duas mediações desse resgate. Inicialmente, o autor recupera a leitura de que o desenvolvimento brasileiro foi extremamente desigual, comportando etapas históricas diferenciadas e paralelas, ao mesmo tempo em que incorporou, com nuances particulares, a transplantação de bases de uma sociedade – a feudal – que há muito deixava de ser referência. Inicialmente, o escravismo veio ao encontro da necessidade de efetivação de uma produção em larga escala, o açúcar, produto que objetivava a exportação. Mas, como bem ressaltou o historiador, não foi o escravismo extensivo a todo o território brasileiro.

No restante do Brasil, em especial na região amazônica, na área pastoril sertaneja e mesmo no Sul do país, somente para citar algumas regiões, o processo foi diferenciado. Nas missões religiosas (jesuíticas ou vicentinas), ele sustenta a tese de que a atividade produtora (ervas e especiarias) destinava-se, em alguns casos, ao mercado externo e também ao mercado interno. Havia ainda uma característica singular no plano geral: a produção, qualquer que fosse, era de reduzidas proporções quando comparada à produção do açúcar, produzido em larga escala. Aqui ocorre a polêmica: se aqueles que trabalhavam nessas áreas eram escravos, produtores ou servos? A mesma indagação remete a outras atividades, como a economia pastoral sulina. Como a forma de produção nessas áreas não gerava excedente, o índio livre produzia de forma diferenciada, até porque ele não era um escravo. Evidentemente isso não descartava, na sua interpretação, situações específicas, formas mistas em que o escravismo estivesse presente. Nas regiões não destinadas à exportação, ou seja, áreas secundárias e subsidiárias, a relação de trabalho era outra, já que a forma de remuneração era fundamentalmente em espécie.

Em sua análise, Sodré resalta ainda que a questão metodológica é fundamental para apreender esse processo, e nele não há etapismo histórico ou esquemático, e sim possibilidades concretas que remetem à singularidade de um modo de produção específico. Ponderou por isso que essa diferenciação tem que ser levada em conta, já que no Brasil ocorreram – paralela e contraditoriamente

em muitas ocasiões – formas de produção diversas. Sobre esse aspecto último, há que se estabelecer que esta é uma leitura não somente feita a partir dos paradigmas conceituais, mas que deve ser apreendida em sua obra a partir da realidade concreta, algo percebido pelo autor no exercício de suas missões como oficial do exército no Mato Grosso, um Estado particularmente isolado na virada dos anos 1930/1940.

O historiador afirmaria em passagens de sua obra que a definição de uma relação feudal não pode ser somente aprendida pelo quesito renda, mas também pelo laço de dependência social. Este é um dado importante. Nesse quesito, sugestivamente, pode-se remeter à hipótese de sua existência em formas análogas de trabalho servil nos dias atuais, como sinalizado. Essa tese ainda pode ser comprovada na história brasileira desde a colonização; e também na ocasião da abolição, quando milhares de escravos brasileiros ficaram sob a dependência dos antigos senhores. Quando perderam a condição de escravos em relação aos seus senhores, o fato em si não os transformou automaticamente em trabalhadores assalariados.

Nessa linha de interpretação, a segunda mediação refere-se a uma categoria de análise original inserida nesse processo histórico e que adquire hoje razoabilidade. Mas qual é o seu significado? A partir do decréscimo da escravidão e da conseqüente abolição (já em perspectiva) no final do Império, ocorre o processo de transição de regressão feudal, que veio a ser uma particularidade de nosso processo histórico. Concomitantemente a isso, além de podermos observar sua ocorrência contemporânea e quase não alterada ao longo de nossa história: o monopólio da terra. Em sua interpretação, esse último aspecto pode ser percebido desde a fase da independência, quando a classe senhorial brasileira, herdeira de um aparelho burocrático e ideológico, conseguira estruturar nacionalmente o Estado, a despeito das muitas tentativas de rebelião regionais ou mesmo onde o poder público esteve ausente.

Para Sodré, isto se apresentou na segunda metade do século 19, já objetivando uma saída do trabalho escravo (que se mostrava em vias de declínio): a transição para a incorporação de novas áreas à

etapa de servidão, concomitantemente ao avanço do trabalho livre, sendo que a população escrava evoluiu em ambas nesse processo – ainda que, com relação ao trabalho livre, de forma reduzida e lenta. O trabalho livre fora, naquela ocasião, majoritariamente destinado aos imigrantes. De qualquer forma, o avanço que se verificou no processo capitalista no Brasil, segundo ele, ocorreu osmoticamente com a intocabilidade da questão fundiária, o que teve por resultado a transição de vastas áreas antes escravistas para um regime de servidão e/ou semisservidão. Isso significou, em outras palavras, uma conseqüente alteração das relações de trabalho escravo que “evoluiu” para outra específica, que pode ser até admitida como livre, mas não necessariamente assalariada. Daí o fenômeno que resultou, conforme sua leitura, no fim da abolição dissociado do equacionamento da questão fundiária, aquilo que é, em sua interpretação, a regressão feudal, uma relação de trabalho característica da servidão.

Aliás, retomando um argumento exposto, muitas dessas reflexões foram pautadas num primeiro momento na sua vasta experiência como militar que serviu em lugares distantes e isolados no Brasil dos anos 1930 e, posteriormente, na condição de intelectual, que seria fundamentada com uma análise teórica mais elaborada quando o autor operou com categorias marxistas, estando ele inserido no intenso debate político nacionalista dos anos 1960. Em muitas daquelas reflexões, Sodré demonstraria a factibilidade dessa tese pela presença de outras expressões daquilo que sinalizou como possibilidades de um feudalismo não codificado expresso nas oligarquias regionais e locais, nas forças paramilitares das fazendas e nos currais eleitorais.

Ao que parece, formas ou expressões de um feudalismo não codificado permaneceriam sugestivas de sua presença no Brasil contemporâneo, ou mesmo de uma presença correlata expressa – talvez oculta – ainda nos dias de hoje (como sinalizado), já que ainda encontramos formas de trabalho características ou similares ao regime de servidão nos centros urbanos e no campo. Por essa razão, podemos avaliar a hipótese de sua operacionalização – a regressão feudal – como um dos conceitos possíveis na reflexão sobre

o feudalismo no Brasil, sem deixar de mencionar a escandalosa existência de formas análogas ao trabalho escravo ainda presentes no campo brasileiro ao longo do século 20 e no início do 21.

Tudo isso ainda está presente quando comparamos a agenda política e social e percebemos uma residual diferenciação estrutural daquela dos anos 1960, em especial face à ausência de uma reforma agrária e à consequente manutenção do quadro fundiário; ou na ausência de um debate sobre um projeto nacional associado ao componente popular. Observamos também a presença do imperialismo atuando de várias formas no Brasil, particularizando dessa vez um olhar – ecológico ou indígena – sobre a Amazônia brasileira, mas também em outros setores da economia nacional. Com efeito, a releitura de suas teses se apresenta como subsídio importante para se pensar a nação, um desafio a ser enfrentado, posto em uma agenda política daquilo que Nelson Werneck Sodré denominou um longo processo histórico de nossa inconclusa e necessária revolução brasileira.



## Questão agrária e luta camponesa em Formoso e Trombas<sup>87</sup>

A década de 1950 trouxe à luz várias contradições no campo, em um cenário de expansão capitalista que já apontava, por um lado, para um aguçamento da miséria diante das condições de trabalho e, por outro, para a concentração fundiária que se constituía como um dos pilares inalterados do sistema político brasileiro desde a colonização. O agravamento da Guerra Fria e a consequente ilegalidade do Partido Comunista em 1947, bem como a cassação dos registros de seus parlamentares em 1948, tiveram por resultado um cenário explosivo – que não era somente regional, mas nacional –, refletindo no redirecionamento da linha política dos comunistas para uma orientação mais à esquerda. Em outras palavras: de uma inicial valorização da democracia e conciliação de classes, o PC estabeleceu uma rotação à esquerda, delineada pelo “Manifesto de agosto de 1950”, documento que orientava seus militantes numa política de assalto direto ao poder. A perspectiva de revolução passou a estar na ordem do dia, tendo os comunistas referências internacionais a orientá-los, como a vitoriosa Revolução Chinesa – que norteava a leitura de um processo revolucionário pautado numa concepção teórica do campo cercado as cidades –, e, com ela, a perspectiva de implementar política semelhante no Brasil. Mas não somente: naqueles anos aconteceriam várias intervenções armadas no campo, lutas que

---

<sup>87</sup> Este artigo foi publicado originalmente com o título “Redescobrimo a História: a República de Formoso e Trombas” (tendo essa versão pequenas correções e acréscimos da original), mas é uma reflexão de minha tese de mestrado que foi recentemente editada com o título: *Aconteceu longe demais: a luta pela terra em Formoso e Trombas e a revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007. As citações utilizadas neste texto estão incorporadas à edição do livro, portanto, atualizadas a partir dessa referência. CUNHA, Paulo Ribeiro da. Redescobrimo a História: a República de Formoso e Trombas. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth* (Unicamp), Campinas, v. 7, p. 83-103, 1998.

entusiasavam a militância, algumas inclusive parcialmente vitoriosas, como a de Porecatu, no Paraná. Na verdade, esse processo de intervenção revolucionária foi alimentado por uma avaliação política que considerava presentes no Brasil condições objetivas (o cenário explosivo e desigual) e subjetivas (vontade de mudar), necessitando apenas de um pequeno impulso para que detonasse; quer dizer, bastava uma fagulha para incendiar o campo.

Os comunistas avaliavam que o cenário era de conflito iminente e de ruptura nacional, e Goiás propiciaria – na leitura de setores do PCB – condições para que esse processo fosse desencadeado; até porque esse Estado era um tradicional palco de conflitos rurais significativos, como foram os de Ipameri, Itauçu, Porangatu, entre outros.<sup>88</sup> Contudo, outras mediações estariam presentes e, de certa forma, norteando o processo. Além de Goiás possibilitar um local de descompressão do problema fundiário, face à quantidade de terras devolutas, na avaliação dos comunistas ali haveria uma possibilidade concreta de intervenção a ser potencializada, na medida em que o Estado também era uma unidade da federação ausente de população no campo; e, a destacar, tinha um aparato institucional extremamente caótico. O controle efetivo do governo não abrangia um território maior que os limites da capital, Goiânia. Esses aspectos possibilitariam, ainda segundo o PC, condições objetivas para novas experiências de intervenção.

Nesse contexto se insere a luta de Formoso e Trombas. Sua origem é dos anos 1940, a partir da busca de terra por parte de milhares de camponeses vindos à Colônia Agrícola de Goiás (Cang), atraídos pela propaganda do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo) e por notícias veiculadas boca a boca, que sinalizavam a promessa de doação de terras férteis e ajuda técnica pelo governo. Dezenas deles seguiram para o Norte, em razão da impossibilidade de incorporação do fluxo de campo-

---

<sup>88</sup> MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

neses para a colônia (maior que o número de lotes disponíveis), e lá constava a existência de matas férteis, muitas terras devolutas e poucas fazendas.

Os posseiros instalaram-se nessa fase inicial sem grandes problemas e construíram casas às margens dos vários córregos, que eram abundantes na região. Esse quadro de aparente tranquilidade social se alterou a partir de 1950, quando surgem as primeiras iniciativas de grilagem das terras – em crescente valorização – pelos fazendeiros, com tentativas de obterem o pagamento de arrendo (com a conseqüente ameaça de expulsar os posseiros da área). Sebastião Abreu comenta como isto se desenvolveu na região de Formoso:

Tudo começou no início da década de 1950, quando um esperto advogado de Goiânia e um ambicioso comerciante de Uruaçu, no meio oeste goiano, que pertencia ao município de Amaro Leite, em cujos limites se situavam os “Formoso”, “Bonito” e “Santa Teresa”, que em conjunto ocupavam uma área de mais de quinze mil alqueires goianos, ou seja, quase 75.000 hectares. [sic] Um rábula, a serviço dos grileiros, vasculhando o arquivo público do Estado de Goiás, descobriu o que lhe parecia ser o mapa da mina. Era um requerimento de concessão de sesmaria, datado de 1775 (...). De posse da certidão contendo inteiro teor desse requerimento, os grileiros planejaram se apossar das terras dos três imóveis, onde há mais de 50 anos já haviam se fixado numerosas famílias de posseiros. Para fazer grilagem era necessário estabelecer um elo entre o requerente da sesmaria, Caetano Cardoso de Moraes, e os que então se diziam proprietários. Vasculhando nos cartórios, descobriram nos municípios de Pirenópolis uma família de lavradores cujo sobrenome coincidia com o do requerente da sesmaria. Depois de afirmar a alguns surpresos e incrédulos membros dessa família que os mesmos eram donos de terras no longínquo município de Amaro Leite, na qualidade de descendentes de Caetano, foi fácil levar os falsos herdeiros ao cartório da cidade, onde os mesmos lhes passaram as escrituras de cessão de direitos hereditários em troca de algum dinheiro. Em Uruaçu, já na qualidade decessionários dos “herdeiros” de Caetano Cardoso de Moraes, requerem o inventário deste, a quem atribuíram supostos filhos, netos e bisnetos, até fechar a cadeia sucessória com os falsos herdeiros de Pirenópolis.<sup>89</sup>

---

<sup>89</sup> ABREU, Sebastião. *Trombas: a guerrilha de José Pofirio*. Brasília: Ed. Goethe, 1985, p. 73-82.

Teve início um confuso processo de resistência e lutas no local, sendo a mais significativa aquela capitaneada pelo camponês José Firmino na região de Formoso; e depois outra, por José Porfírio na região de Trombas. Fundamentalmente, procuraram a princípio a mediação dos governos do Estado e até do federal, buscando obter o registro das terras por via legal, processo este que duraria até 1954. Um dado curioso, mas que era um elemento potencializador do conflito, chama atenção na luta de Formoso: ali havia muitos camponeses que tiveram um certo contato com o PCB em época anteriores, como também havia na região muitos posseiros que tinham sido expulsos de outras áreas (e que, por falta de opção, não tinham mais para onde ir); e até indícios da presença de antigos combatentes da Coluna Prestes. Ambas as lideranças fracassaram nessas tentativas de equacionamento por via pacífica, e Firmino (após iniciar os primeiros contatos com o PCB) foi preso e torturado, resolvendo ir embora para nunca mais voltar. Mas foi ele quem arcou praticamente sozinho com a resistência nessa fase inicial.

Com esse cenário, um núcleo comunista sediado na Colônia decidiu avaliar a possibilidade de aquela área vir a ser um (ou o) foco potencializador da revolução brasileira. Na Cang, o PCB já estava estruturado, sendo sede de várias reuniões regionais de organização e dinamização partidária; tendo inclusive um jornal camponês, o *Ranca Touco*, contando com a assistência de Gregório Bezerra,<sup>90</sup> que fora enviado do Comitê Central a Goiás. Sob o entusiasmo da linha política do “Manifesto de agosto”, o Comitê Zonal da Cang decidiu enviar a Formoso alguns quadros escolados para fixar posse: Geraldo Marques, João Soares e, pouco depois, José Ribeiro e Dirce Machado. Esse grupo formaria o *Núcleo Hegemônico*, que procuraria organizar a resistência dos posseiros, bem como criar condições para que essa luta tivesse um caráter de potencialização.

<sup>90</sup> Esse militante, ex-sargento do Exército, é uma figura lendária do movimento comunista brasileiro. BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 86-97.

Paralelamente, seguiram as tentativas dos grileiros de endurecer a questão do arrendo, procurando expulsar os posseiros. Teve início então a fase mais terrível de violências, em que Porfírio ainda tentou a mediação do governo; mas sem sucesso, pois nessa tentativa ouviria a seguinte frase do procurador do Estado, que soou como uma senha para a resistência: “Não há grota na região? Pode haver cadeia para um, dois, mas não para 500”.<sup>91</sup>

Em outras palavras, o Estado de Goiás reconheceu a impossibilidade de fazer cumprir a lei e propiciar garantias de permanência na terra aos posseiros. Teve então início uma nova fase da resistência em um outro cenário para a luta, fase esta com a presença e atuação dos militantes comunistas na região de Formoso (já passado mais de um ano), e seu encontro com Porfírio em Trombas, região onde tinha prestígio e na qual teve sua roça queimada pelos grileiros. Há, no entanto, uma diferença em Trombas quanto à forma de intervenção do PCB. O Núcleo Hegemônico era formado de quadros camponeses, que tinham por característica marcante experiência militar e capacidade criativa, resultante das atividades partidárias desenvolvidas na Cang. José Ribeiro bem coloca que:

Agora, a facilidade que teve aqui de a gente organizar o povo é porque havia o espírito de revolta do povo aqui. O povo estava ameaçado, eles sabiam que se não tomasse posição não tinha outra saída (...) nós trabalhávamos no cabo da enxada, da foice, do machado, fazendo cerca, carpindo roça, colhendo arroz, junto com o povo aqui, ombro a ombro, cada um tirou sua posse, seu pedacinho de terra. Eles viram nós também como camponês igual a eles. Não viemos aqui como corpo estranho. Vocês fazem isso, fazem aquilo. Não, aqui nós viemos prá cá viver a vida aqui, ombro a ombro, comer o feijão com arroz, às vezes sem sal, às vezes sem manteiga, passar fome junto com eles, viver a vida junto com eles, viver a vida junto com eles aqui e por isso nós ganhamos a confiança deles (...).<sup>92</sup>

Ao fixarem posse, souberam com habilidade organizar os posseiros a partir de especificidades locais, valorizando sua

<sup>91</sup> CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra em Formoso e Trombas e a revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007, p. 173.

<sup>92</sup> José Ribeiro. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais*, .op. cit., p. 181.

reivindicação maior: a luta pela terra. Paulatinamente, foram realizando reuniões nas posses e superando dificuldades de toda ordem, sobretudo em relação ao espectro do comunismo. Geraldo Marques comenta:

A gente só sabia que qualquer coisa que a gente fizesse tinha de ser coletiva e democrática. Só a participação da maioria é que valia. Então começamo a investigá como os posseiro compreendia a luta de classe e apontar os inimigo principal e seus direito. Bom, a aceitação do povo quando a gente dizia que era comunista era difícil. Mas era engraçado, tudo que o partido propunha, desde organização da resistência, visando o coletivo, a criação da associação dos trabalhadores rurais até a luta armada, a maioria dos camponeses concordava. Só não concordava com o comunismo... A região era muito grande, e a gente tinha que se deslocá sempre, porque o povo discutia a proposição do partido, concordava, dava de comer à gente, mas não deixava dormir... Isso de não deixar dormir dificultava tudo, porque o trabalho não rendia. Eles tratavam a gente bem porque a gente era camponês também, e eu via que eles tinham vontade de participá da luta que nós propúnhamos, porque era justa a reforma agrária, mas o medo não era do programa do partido, era do comunismo, que nem eles sabia o que era... Nós ficamos um ano andando de casa em casa, explicando tudo, a gente logo conseguiu muito “nego macho”, mas não era maioria, e o coletivo tava acima de tudo (...).<sup>93</sup>

O encontro desses militantes com José Porfírio representou uma nova fase de articulação, na qual a resistência e o direcionamento político da luta apontariam para uma nova dimensão de organização. Em última instância, significava a possibilidade de quebra da resistência de boa parte dos posseiros em relação aos comunistas. Mesmo assim, são vários os registros de que Porfírio ainda se mostrava confuso em relação a alguns aspectos levantados pelo programa do partido, embora algumas fontes pesquisadas o apontassem como um elemento próximo ao PCB em um período anterior a sua ida a Formoso.

Para viabilizar a resistência, o Núcleo Hegemônico (formado, como já mencionado, por Geraldo Marques, João Soares, José Ribeiro, Dirce Machado e, depois, José Porfírio) fundou uma

<sup>93</sup> Geraldo Marques In: CARNEIRO FERNANDES, Maria Esperança. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Ed. UFGO, 1988, p. 129.

Associação de Lavradores. Viabilizada em 1955, teve imediato e significativo respaldo dos demais posseiros e apoio de advogados comunistas vindos de Goiânia. Com ela se formou um primeiro instrumento para tentar garantir as posses. Mas, a despeito das primeiras tentativas de equacionamento pacífico, o cenário era de intervenção e de luta revolucionária, demarcado historicamente pelo “Manifesto de agosto de 1950”, cuja vigência na região perduraria até fins de 1957.

Por um lado, a posição dos comunistas era ganhar tempo, tática necessária à acumulação de forças da organização; mas por outro, assistentes do Comitê Central começaram a circular na área após a saída de Gregório Bezerra. Paulatinamente, a costura da intervenção revolucionária começou a ganhar forma e corpo para viabilizar esse processo de resistência, e o trabalho político também já apresentava resultados positivos, com novos militantes, vários deles posseiros expulsos de outras terras, entre outros originários das lutas do arrendo no Estado na década de 1950.

Ao mesmo tempo, entraria em cena uma rede de apoio e solidariedade à luta de Formoso, com a realização de campanhas de recursos para a compra de armas, sendo que vários pontos de apoio do PCB em Goiás foram mobilizados. Com o desenvolvimento da luta e a intensificação da repressão, tais apoios extrapolaram a esfera estritamente partidária e reuniram até a classe política de oposição ao governo do Estado. Por fim, com o desenrolar dos acontecimentos, a imprensa regional e nacional foi despertada e provocada para debater o assunto.

A luta em grande escala foi precipitada por um incidente com um posseiro conhecido como Nego Carreiro. O grileiro João Soares (homônimo do quadro do PCB enviado à região), seus jagunços e a polícia foram cobrar a taxa de arrendo e expulsar Carreiro e os demais posseiros que viviam naquela área. Ele era conhecido por sua valentia e, face à sua resistência (com o saldo de um sargento morto com um tiro na testa, um soldado sem uma orelha e a fuga dos demais), a região se transformou em seguida em um campo de luta. Esse fato obteve notável repercussão, e foi

a partir daí que a liderança dos posseiros adotou uma atividade clandestina móvel, refugiando-se em vários locais, procurando organizar política e militarmente os posseiros. Piquetes foram formados com um número reduzido de integrantes (espalhados nas várias entradas da região), e nos pontos principais de acesso começou o enfrentamento esporádico com a polícia e os jagunços.

Inicialmente, a tática de luta utilizada consistia em fustigar com alguns tiros o inimigo que se aproximava (devido ao pouco armamento e munições disponíveis) e recuar para outro ponto determinado, evitando um confronto direto. Percebe-se nesse estágio certa semelhança com as táticas utilizadas por Mao Tse-tung na Revolução Chinesa. Aliás, seus escritos eram populares entre os posseiros; e várias fontes indicam que houve, na ocasião (e mesmo em períodos posteriores), treinamento militar por parte de assistentes políticos do PCB.<sup>94</sup> Mas a criatividade resultante das precárias condições existentes viabilizou formas de mobilização e intervenção extremamente significativas. Um exemplo foi o estabelecimento organizacional de uma rede de comunicações integrada às várias áreas do conflito, com o objetivo de vigiar as entradas de acesso; aspecto este fundamental à defesa e ao êxito da luta, e que teve na participação das mulheres e das crianças seu eixo nuclear.

Nesse sentido, também ocorreu um processo de mobilização que resultou nos mutirões, derivados do aproveitamento do trabalho comunitário tradicional já existente entre os camponeses; e que, em uma fase posterior do conflito, teve como resultado interativo e de mobilização, a partir de uma ação coletiva, a formação dos Conselhos de Córregos. Os Conselhos constituíam-se em organismos auxiliares com o objetivo principal de facilitar a ação da Associação dos Lavradores e dinamizar as tarefas e atividades em toda a região, como também procuravam estabelecer o difícil controle da área. José Ribeiro comenta sobre a questão:

---

<sup>94</sup> CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais*, op. cit., p. 177.

(...) A Associação criou um conselho que, de distância em distância, mais ou menos uns 10 km, 5 km, 8 km, criava um conselho com área demarcada. Aquele atuava dentro daquela região; e todos os problemas dali eram resolvidos por aquele Conselho da Associação, eleito democraticamente pelos próprios posseiros da área. Os conselhos surgiram em 1957, a gente funcionava mesmo depois de 1957(...) existia [antes de 1957] a Associação só, mas os Conselhos não existiam não (...).<sup>95</sup>

Nessa fase ocorreram vários choques armados, sendo que o principal confronto foi a Batalha de Tataira. Apesar de seu pequeno número e acantonados em um piquete, os posseiros forçaram o recuo de um grande número de soldados, com muitas perdas entre eles. Espalhou-se a notícia de que os posseiros tinham uma força incalculável, o que causou forte impacto psicológico nos habitantes da região, na sociedade civil goiana e no governo. Foi principalmente um período de impasses e tensões, caracterizado por momentos espaçados de trégua, com escaramuças com os jagunços e soldados, e que teve uma duração aproximada de três anos. Em fins de 1957, com a aparente vitória dos posseiros e o impasse político, o governo de Goiás resolveu intervir militarmente, enviando reforços policiais significativos, que ficaram aquartelados em Porangatu, à espera de uma ordem para invadir a área. O Núcleo Hegemônico e os posseiros tinham alcançado um alto grau de mobilização na luta e na conscientização de seu objetivo em permanecer na terra, ainda que fosse precário o controle efetivo da área em Formoso. Alguns fatores entraram em cena, e a política de intervenção militar do governo de Goiás que estava em curso passou a exigir cautela e prudência.

Um aspecto a se considerar foi a determinação dos posseiros em resistir, contando inclusive com alguma organização político-militar, e a habilidade com que os dirigentes comunistas procuraram centralizar a resistência na figura carismática de José Porfírio; tática hábil, ao apresentá-lo como o expoente maior da luta para o público externo e, em segundo plano, a participação dos comunistas. Ao mesmo tempo, instalou-se em várias cidades

---

<sup>95</sup> José Ribeiro. In: CUNHA, *op. cit.*, p. 203.

do Estado de Goiás (particularmente em Goiânia e Anápolis) uma rede de solidariedade, articulada e impulsionada pelo PCB, com forte apoio da opinião pública, fazendo com que o governo estadual recuasse na decisão de intervenção direta.

Tanto a imprensa regional como a nacional fizeram reportagens denunciando a violência na área por parte do governo e sua postura ambígua, exigindo um posicionamento mais específico em relação ao conflito. Outros fatores importantes foram o apoio de parlamentares estaduais e federais que se opunham ao PSD (que governava o Estado) e uma considerável mobilização da sociedade civil, configurada na atuação de estudantes, intelectuais e profissionais das várias categorias dentre as quais os comunistas goianos tinham penetração considerável. Esse fato gerou um grau de apoio e mobilização inéditos até então em Goiás, especialmente relevantes no momento que se aproximavam as eleições para o Executivo Estadual e a Câmara dos Deputados. Mesmo a Igreja Católica, tradicionalmente conservadora e aliada aos setores mais atrasados da oligarquia rural goiana, permaneceu em prudente silêncio público, o que sinalizava certa ambiguidade histórica; até se pôde perceber, por parte de alguns prelados, uma discreta simpatia pela causa dos posseiros.

Decorrente dessa mobilização, ao final de 1957 foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Conduzida por parlamentares da oposição, obteve algum resultado político, já que pouco tempo depois aconteceria a retirada das tropas do governo. Mas não somente. Ainda que seja um aspecto pouco explorado, acredito que não se pode descartar nessa problemática uma certa interferência do governo federal, interessado em melhorar a imagem do Estado de Goiás, objetivando superar a forte resistência nacional contra a transferência da capital federal – então Rio de Janeiro – para o Centro-Oeste goiano (cerca de 200 km em linha reta de Formoso) e possibilitar o prosseguimento do projeto da construção de Brasília.

O impasse criado pela determinação dos posseiros em resistir, a pressão popular e pública e as eleições que se aproximavam co-

locavam o governo de Goiás em uma situação política delicada. Um confronto naquelas circunstâncias seria inoportuno e desfavorável. Nesse cenário, percebe-se ainda um momento privilegiado de unidade e empenho do PCB, que possibilitou a convergência programática, e da ação de seus militantes em uma única tarefa. Vale chamar atenção para o fato de que o movimento comunista como um todo estava desarticulado (e não fora diferente em Goiás) com as denúncias do culto a Stalin, sendo que a luta de Formoso e Trombas possibilitou aos militantes goianos sua rearticulação; sobretudo rearticulação orgânica, que teve a participação direta de assistentes do Comitê Central, em especial Antônio Granja. Por essa razão, o PCB em Goiás igualmente se legitimou como um forte instrumento de pressão e como um efetivo canal de negociação em busca de uma solução política para a crise. Acredito que foram esses fatores dialeticamente articulados que forçaram o equacionamento tático da problemática de Formoso e Trombas. Concretamente, se ocorria naquele momento a vitória dos posseiros, havia também o esgotamento de suas forças. Finalmente, salvo eventuais atritos com os jagunços e a polícia, o quadro na região se estabilizou.

A etapa subsequente do movimento de Formoso e Trombas é de equacionamento político, e pode-se situá-la como uma redefinição das forças políticas de Goiás, com o início do mandato “tampão” do governador José Feliciano, de 1959 a 1960, que teve como política maior ignorar e excluir a região de uma integração econômica; embora se abstinhasse de intervir militarmente na área.<sup>96</sup> Temos o terceiro momento histórico da luta de Formoso, a fase de amadurecimento e acumulação de forças, que duraria três anos. Fase caracterizada pelo aumento da produção no local e procura de soluções para os problemas de escoamento de grãos; bem como permeada por debates constantes e que, em última instância, transformaram a Associação de Lavradores em governo efetivo do território. A estratégia de ação desenvolvida pelo núcleo hegemô-

---

<sup>96</sup> ABREU, Sebastião. *Trombas: a guerrilha de José Porfírio*, op. cit, p. 73-82.

nico consistiu no aproveitamento do período de trégua (face ao impasse que se configurava incerto no tempo); e na construção de alianças regionais, com o objetivo de consolidar as conquistas e propiciar as condições mínimas de apoio infraestrutural à região. Internamente, quando ocorriam eventuais divergências entre o partido e a associação:

Eram resolvidas de uma maneira mais prática, democrática mesmo, discutindo, trocando ideias até chegar uma conclusão. Às vezes eram esclarecidos até no organismo de massa da associação, e a minoria aceitava a decisão da maioria (...).<sup>97</sup>

Inicialmente, os comunistas viabilizaram uma aliança tática com o prefeito do município vizinho de Amaro Leite e tiveram o retorno positivo da máquina administrativa para o atendimento de algumas demandas locais, como estradas e escolas. Pouco tempo depois, ocorreu a eleição de dois vereadores (membros do PCB), representantes de Formoso, à Câmara Municipal, o que ampliou o leque de forças aliadas (ou potencialmente neutralizáveis) à causa dos posseiros. Ainda que positiva, essa conjugação de esforços não supria todas as necessidades e carências, e, por tal razão, a Associação assumiu várias tarefas de governo, como resolver pendências entre posseiros, oferecer atendimento médico e até religioso, enquanto procurava aumentar o seu grau de organização, sem se descuidar da vigilância. Como bem coloca Abreu:

O ideal de justiça rápida e barata, tão badalado nos encontros de juristas e, todavia, cada vez mais distante, em Formoso era uma realidade. Quando em 1958 o governo do Estado se convenceu de que não poderia continuar ignorando a existência de Formoso e Trombas, essas duas vilas eram, em todo o Estado, as que apresentavam o mais baixo índice de criminalidade. Em quatro anos não ocorrera, em nenhuma das duas, qualquer homicídio ou lesão corporal de caráter doloso. Apenas alguns casos de furtos foram registrados, e as poucas brigas geralmente aconteciam entre rapazes e eram motivadas por disputas amorosas. Afinal, Formoso e Trombas eram Brasil.<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup> José Ribeiro. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais, op. cit.*, p. 210 e ss.  
<sup>98</sup> ABREU, Sebastião. *Trombas: a guerrilha de José Porfírio, op. cit.*, p. 96.

Os mutirões, que já eram frequentes, transformaram o processo de luta e organização em uma nova e divertida forma de ação solidária chamada “traição”, que tinha por significado o apoio aos novos posseiros e àqueles que enfrentavam dificuldades de plantio ou colheita. A relação entre a Associação dos Lavradores e os Conselhos de Córregos existentes na primeira fase, de 1955 a 1957 (caracterizada por ser um elo extremamente sólido na unificação da luta), teve que ser reestruturada na fase subsequente para adaptar-se à nova situação, atingindo um impulso de organização considerável, constituindo-se como um efetivo canal de mobilização dos posseiros que perduraria até 1964. Como consequência do controle social, político e até militar pelos posseiros, teve origem a mítica história de que ali havia a República independente ou o território livre de Formoso e Trombas.

Uma outra fase historicamente determinante nesse rico processo de participação democrática se seguiu e pode ser delimitada até a eleição de Mauro Borges em 1960. Em sua campanha, Borges teve o entusiasmado apoio do Núcleo Hegemônico (à revelia da Direção Estadual do PCB), prometendo, se eleito, a titulação das posses. Mas, paralelamente, apresentou-se ao NH um quadro de dificuldades advindo de outra ordem e de enorme complexidade, decorrente principalmente do processo de transformação econômico-social na região. Já estava em curso o avanço capitalista no campo (processo este que tem início na metade dos anos 1950 através da Cang), que é acelerado no começo dos anos 1960 com a construção de Brasília, e com a integração do meio-oeste e norte do Estado de Goiás. Por essa razão configura-se, entre 1960 até o golpe de 1964, o quarto momento histórico da luta de Formoso: a fase de refluxos e impasses. Essa etapa pode ser delimitada a partir da gradual quebra do isolamento da região de Trombas, das conversações de sua integração político-institucional na vida do Estado e da necessidade de equacionamento do problema fundiário.

Trata-se de um período igualmente rico em debates no Brasil, quando ocorreram grandes transformações e o PCB entrou em processo de redefinição de sua linha política. Conjuntamente,

também houve a entrada de outras forças de esquerda como agentes influentes e intervenientes no campo – por exemplo a AP (Ação Popular) e as Ligas Camponesas; esta última particularmente ativa em Goiás. Com a eleição de Mauro Borges, apoiado em um leque de forças políticas amplo – que incluía a participação dos comunistas no governo. Fatores estes que refletiram em uma política de modernização gradual da estrutura do Estado, bem como na renovação de grande parte do corpo legislativo estadual eleito em 1962 – verificou-se uma ampla renovação política. No desafio desse novo contexto histórico e político é que os posseiros de Formoso estavam inseridos.

A rigor, nesse curto período, o PC em Goiás foi se redefinindo política e organicamente na luta interna, já que a correlação de forças indicava para uma nova linha de intervenção junto aos grupos de base camponesa. O primeiro indicativo foi a eleição de José Ribeiro, liderança histórica de Formoso, a membro suplente do Comitê Central. As condições de reequacionamento político também estavam maduras, fosse pela inserção e presença de muitos quadros dirigentes formados no processo de luta, fosse pela experiência acumulada de ação e intervenção partidária nos vários conflitos em Goiás (como Itauçu, entre outros). Esses elementos já apontavam para a necessidade de (re)elaboração e incorporação de uma nova política para o campo, como também a necessidade de alteração do quadro dirigente, que até então tinha um eixo hegemônico urbano fundamentalmente formado por intelectuais. Antônio Granja, membro do Comitê Central e o assistente político que provavelmente melhor conheceu e influenciou os acontecimentos de Formoso, coloca:

O motivo da eleição de Ribeiro foi porque, com a ‘Declaração de março de 1958’, nós tínhamos que renovar o partido, dentro de outra concepção, que não era a indicação do centro para a periferia, e sim daqueles valores que se destacavam onde quer que seja o território nacional. Por outro lado, a minha pessoa influiu muito porque, assistindo Formoso, gostaria que tivesse um quadro de Formoso, nunca tinha dito isso pra eles, um quadro de Formoso no Comitê Central, isso ia ajudar a tarefa, né? E o quadro mais político de Formoso se chamava José Ribeiro, ele era o secretário político, era um homem

muito inteligente, manhoso... não passava por ele assim... qualquer tipo de aventuras, ele jogava no seguro... no certo.<sup>99</sup>

Percebe-se que Formoso veio a ser, quantitativa e qualitativamente (junto com outras lideranças advindas do campo no processo de luta), o eixo hegemônico que sinalizaria para uma nova composição política entre os comunistas. Um exemplo dessa força e capacidade de mobilização auferidas na região ocorreu por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, quando centenas de camponeses mostravam-se prontos a intervir militarmente no movimento popular a favor da posse de João Goulart. Outro indicativo dessa perspectiva de redefinição se apresentou na conturbada (mas vitoriosa) indicação de José Porfírio como candidato a deputado estadual em 1962, à revelia de alguns núcleos partidários urbanos, e que acabou sendo eleito o deputado mais votado do Estado.<sup>100</sup>

Nas eleições de 1962, o PC em Formoso e Trombas dinamizou-se internamente, e a Associação e os Conselhos promoveram ampla mobilização e discussão de base com a população. A tarefa fundamental diante do novo quadro político era discutir e apresentar candidatos às eleições, mas também apontar para a massa camponesa a importância de conduzir a luta pela terra; e, principalmente, lutas pela legalização das posses. Como decorrência dessa nova estratégia de intervenção, o Núcleo Hegemônico propôs como objetivo a emancipação do município. O cenário já era diametralmente oposto ao das propostas norteadoras do princípio da década de 1950. Seus dirigentes estavam absorvidos pela tarefa de receber e assentar os posseiros que chegavam, conduzi-los às novas áreas de posses e com o desafio de procurar estabelecer um debate organizativo nos Conselhos e na Associação, tendo por objetivo dar continuidade ao processo de conquistas. Geraldo Marques esclarece sobre o tamanho das posses e o trabalho desenvolvido na região: “Nós tiramos decisão que posse, só até 103 alqueires. Quanto mais perto do povoado tivesse a posse, só podia ser de 50

---

<sup>99</sup> Antônio Granja. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais, op. cit.*, p. 233.

<sup>100</sup> CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais, op. cit.*, p. 221 e ss.

alqueires, quanto mais longe, só podia ser 50 até 103 alqueires. Tinha que todo mundo respeitá a resolução. A Associação mediava tudo isso.”<sup>101</sup>

Ao que parece, este foi o ápice do PCB e do movimento de Formoso e Trombas, reflexo de um inegável poder de mobilização, verificável no reconhecimento e na tomada de posição do poder público frente ao poder popular conquistado na luta armada e política; e prestigiado com as eleições de José Ribeiro – membro do Comitê Central – e de José Porfírio para deputado Estadual.

Os elementos constitutivos do *nó górdio*,<sup>102</sup> no entanto, encontraram ali condições propícias de germinação, em parte originárias do processo de normalização política; em parte decorrentes do razoável grau de desenvolvimento econômico que refletiu no aumento da produção de grãos e no comércio. Esses fatores apontariam para o surgimento e posterior aumento de novas necessidades até então inexistentes, ou relegadas a um plano secundário pelos posseiros, preocupados que estavam em garantir a posse da terra. Naquela fase de relativa estabilidade política, havia preocupações de ordem econômica, como incrementar a produção. Mas, com a chegada de novos posseiros à região, esses aspectos conjugados tiveram por consequência, em Formoso, o surgimento de uma diferenciação social – que se acentuou nos anos seguintes ao processo de transformação capitalista em todo o Estado de Goiás. O quadro ainda se agravou com as políticas de intervenção do governo na área.

Por decorrência dessas tensões e conflitos, também se verificou nas esferas partidárias a impossibilidade de incorporar conscientemente os novos posseiros ao processo histórico da luta em uma etapa superior, bem como superar uma velha concepção de posse como propriedade da terra; ou, ainda, viabilizar novas relações de trabalho originárias dessa nova forma de produção.

<sup>101</sup> Geraldo Marques. In: CARNEIRO FERNANDES, Maria Esperança. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*, op. cit., p. 151.

<sup>102</sup> Retomo aqui a metáfora usada na Introdução deste trabalho, dessa vez relacionada aos desafios postos ao Movimento de Formoso e Trombas.

Os refluxos e impasses do movimento de Formoso se acentuaram na medida em que o processo de desenvolvimento econômico entre 1962-1964 apontava, de forma tensa e paralela, para uma posterior autonomia política do Núcleo Hegemônico local, que passou a articular diretamente com o governo do Estado e até mesmo com o Comitê Central. Na verdade, vários foram os fatores conflitantes e intervenientes no processo de transformação da região. Politicamente, ocorreu o atendimento da principal reivindicação dos posseiros: a posse da terra e o início de sua legalização. O PCB também estava envolvido em um debate interno em nível nacional e com reflexos nas esferas estadual e local, embora as razões para a crise na região tenham sido de outra ordem. Ali se verificou a impossibilidade de os novos posseiros se identificarem com um passado de luta revolucionária e se transformarem em quadros militantes para intervir nas novas condições que o momento exigia. Mas não somente. Havia ainda um elemento importante e polêmico a se somar na crise partidária: a tranquilidade política e os bons ventos econômicos – promissores de prosperidade – resultaram no afastamento de muitos dirigentes da militância partidária. Como aponta José Ribeiro:

A partir de nós mesmos aqui da direção... cada um se preocupou mais com suas coisas pessoais, com sua terra, com seu ganho, fazer um capitalzinho, e também se preocupavam mais com os Conselhos da Associação, porque os Conselhos da Associação é que dirigiam a organização de massa (...).<sup>103</sup>

Acredito que o desafio da continuidade da luta revolucionária em Formoso e Trombas estava posto e, de certa forma, permaneceu inconcluso até 1964. Mas alguns fatores entraram em cena para seu equacionamento. Um deles decorreu das tensões acumuladas historicamente entre os comunistas de Formoso e o Comitê Estadual de Goiás que emergiram, mas também dos descompassos da atuação deste com a orientação política. Tais descompassos levaram algumas fontes, como o jornal *O Movimento*, a apontarem para a tese de que Porfírio estaria prestes a ser expulso do PCB. Kallil

---

<sup>103</sup> José Ribeiro. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais*, op. cit., p. 266.

Dibb, primeiro secretário regional do PCB até o golpe, dá a sua versão e é enfático:

Esperar a inexistência de contradições é um absurdo. Agora uma coisa é certa: essas contradições, em nenhum momento durante o período que eu estive lá... nenhuma contradição bastante séria, contradições internas dentro do partido, levaram em nenhum momento à ideia de afastamento do Zé Porfírio, nem do partido, nem da associação (...).<sup>104</sup>

Tudo indica que, o desafio e a superação da crise partidária no local começaram a ser equacionados quando o Secretariado Estadual procurou (sob várias alegações) intervir na destituição de Geraldo Marques (tido como ardoroso stalinista) de todas as suas funções; e isto propiciou ao Núcleo Zonal a sua rearticulação com a recusa dessa proposição. Foi por esse fator de inabilidade política e de tensões não resolvidas (mas historicamente acumuladas) que ocorreu o reencontro unitário e dinamizador do Núcleo Hegemônico do PCB em Formoso, que se rearticulou com a finalidade de redirecionar-se politicamente para as tarefas que se impunham e para viabilizar estratégias (ainda que tímidas) de intervenção.

Este foi um fator, mas seguramente não foi o único. Até o golpe, houve ainda tensões de várias ordens, como divisões políticas entre o núcleo de Formoso e o Secretariado Estadual. Somadas, percebe-se que a autonomia dos comunistas no local (por exemplo, preocupados com reivindicações mais sentidas, como a emancipação política de Formoso e a nomeação do futuro prefeito) era, de certa forma, um desconforto para setores do PCB cuja tendência indicava para uma intervenção orgânica, ainda que limitada e direcionada na região. Sebastião Gabriel Bailão, prestigioso líder camponês da Revolta de Itauçu e membro da Direção Estadual, conta:

(...) lá estava surgindo o seguinte: muitas coisas, em vez de serem discutidas com a direção estadual aqui... estava vindo decidido direto... de certa maneira, no nosso partido também existe hierarquia, né?... Nós tínhamos que mudar... tinha que substituir, fazer lá... tirar uma resolução no Formoso, transmitir o poder central aos conselhos, né? Para se criar uma nova direção para o comitê

<sup>104</sup> Kallil Dibb. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais*, op. cit., p. 244.

de zona lá, do partido... o momento estava mudando, tanto que já estava havendo contradição... E nós estávamos achando por bem fazer uma mudança, trazer elementos daqueles conselhos para assumir a responsabilidade como dirigente do partido, né? E isso é óbvio, em tudo quanto é organização... na maneira que nasce o novo, esse velho tem que substituir... esse velho às vezes não está caminhando mais..., quer dizer que existiam elementos do partido lá, da direção, que já estavam um pouco desrespeitando um pouco o fundamental da linha política do partido lá..., nós tinha que intervir, mas infelizmente não foi possível por causa do golpe...<sup>105</sup>

Ao que parece, essa orientação foi abortada por falta de condições políticas (tendo ficado restrita a algumas esferas do Comitê Estadual); ou, principalmente, devido aos rumos do processo que indicavam um possível compromisso e uma efetiva rearticulação partidária em fins de 1963 num fórum privilegiado: o Encontro Camponês de Goiânia. Ali seria um palco histórico de redefinição política sobre a questão camponesa, uma perspectiva de novos rumos para uma etapa de atuação partidária diferenciada, com reflexos perceptíveis e amadurecidos em todos os setores comunistas de Goiás.

Na virada de 1963 para 1964, mesmo com os rumores de golpe, a estratégia dos comunistas em Formoso apontava basicamente para três linhas de intervenção: uma primeira, na relação de poder entre a Associação, os Conselhos e o novo poder legalmente instituído com a emancipação do município de Formoso. Havia indícios de ser esta uma questão equacionada com a rearticulação zonal do partido, sendo este o elo dinamizador de todo o processo. Um outro ponto seria a relação entre a Associação e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, também com indicativos de controle efetivo político e partidário, sem grandes conflitos aparentes. Entretanto, percebe-se que, devido ao crescente número de trabalhadores assalariados em Formoso às vésperas de 1964, um problema se apresentava no horizonte, já que o sindicato poderia, em um futuro não muito distante, constituir-se em um instrumento de representação e de reivindicação diferenciado (e

---

<sup>105</sup> Sebastião Gabriel Bailão. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais*, op. cit., p. 273.

talvez autônomo e conflituoso) da Associação, que tinha como seu perfil de associado o posseiro em vias de tornar-se pequeno proprietário de terra. Por fim, a delineação de uma cooperativa agrícola de produção e consumo. O projeto que viria a se constituir no terceiro e maior desafio dos comunistas em Formoso para equacionar as contradições existentes e superar politicamente, em uma via revolucionária, as conquistas obtidas até então com a posse da terra e a inserção capitalista na região. Essa cooperativa chegou a funcionar embrionariamente por pouco tempo, mas Antônio Granja era cético:

(...) já não havia a necessidade que havia antes, de reunir toda a semana, de você se deslocar da sua casa, ficar oito dias lá em Trombas, porque minha propriedade ia se desenvolvendo, precisava de minha presença mais frequente (...) também dentro da minha casa eu não estava seguro, e lá estava preparando a resistência, preparando a retaguarda. Agora não, cada um vai cuidando de si... Agora estou cuidando de fábrica de aguardente, agora eu tenho que cuidar do gado... E, antes, você deixava dias a mulher em casa, né? Ela tomava conta do trabalho na roça, dos porcos, do gado. Agora não, precisava da presença do homem (...) Já não tenho tempo pra reunir, e você sabe o que é o campo. O campo você montava num burro, ou ia a pé, de manhã pro meio dia chegava em Formoso ou em Trombas... não era um negócio assim como na cidade, você vai perder um dia, dois dias. Então eu digo, não havia condições reais para aquela direção ou para impedir a desagregação.<sup>106</sup>

Com o golpe de 1964, ocorre um processo de mobilização e expectativa quanto aos rumos dos acontecimentos, e há o reencontro do grupo inicial de 1954, juntamente com outros quadros do PCB formados na luta de Formoso, além daqueles vindos da capital. Definida a situação a favor dos golpistas, um debate interno polariza-se entre Porfírio, que queria resistir ao golpe, ainda que isoladamente, e o partido, que, unitariamente, decide pelo recuo face à gravidade dos fatos. Porfírio é isolado, as armas existentes são escondidas na serra e as lideranças caem na clandestinidade. Pouco depois a região é invadida pela polícia.

<sup>106</sup> Antônio Granja. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais, op. cit.*, p. 268.

Anos depois, por ocasião da Guerrilha do Araguaia, ocorre a Operação Mesopotâmia e, com ela, uma segunda invasão de Formoso e Trombas, dessa vez pelo Exército, sendo muito mais violenta. Dezenas de posseiros são presos e torturados e muitos deles, confrontados com uma cópia de uma suposta *Constituição da República de Trombas*. O documento, segundo algumas fontes, fora forjado em um dos cartórios da região e tinha o objetivo de forçar uma intervenção militar na área. Tão inconsistentes eram seus artigos que ele nem foi anexado aos IPMs sobre a presença dos comunistas no processo de luta; embora chamem atenção algumas cláusulas curiosas, como aquela que dizia que Trombas era um Estado Soviético; que ali se podia matar; que José Porfírio era o ditador; ou a que dizia que era vedada a publicação e a liberdade de pensamento, entre outras. Essa intervenção última do exército foi a que deixou maiores sequelas entre aqueles militantes, como relata Geraldo Marques:

Os principais torturadores foram o Coronel Ari, porque ele era o responsável do processo, e os subalternos foram o capitão Madruga, que era especial na tortura, os sargentos Artur e o Vasconcelos, os cabos Torezan e Dionísio. Nós fomos soltos depois de muito cacete, mas o Zé Porfírio desapareceu.<sup>107</sup>

Após essa invasão, finalizou-se um ciclo histórico na região e teria início outro, ainda a ser resgatado. Entretanto, história de Formoso e Trombas está na memória do povo; e, nas palavras com sabor de poesia, de um escritor, “*a memória do povo é do tamanho do mundo...*”

---

<sup>107</sup> Geraldo Marques. In: CARNEIRO FERNANDES, Maria Esperança. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas, op. cit.*, p. 179.



## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Sebastião de Barros. *Trombas: a guerrilha de José Porfírio*. Brasília: Ed. Goethe, 1985.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio. *A ilusão do desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.
- ALVES FILHO, Ivan. *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1999.
- AUED, Bernadete W. *Questão agrária: dilemas e paradoxos no acender das luzes do século XXI*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A vitória dos vencidos*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1986.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. v. I-III.
- \_\_\_\_\_. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976
- \_\_\_\_\_. (pseud. MACHADO, Augusto). *A caminho da revolução operário-camponesa*. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1934.
- BASTOS, Elide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. I- II.
- BEZERRA, José Leandro. Depoimento (Minha vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil. – Contag: uma vitória dos trabalhadores rurais e da democracia em 1963). Imprensa Oficial do Ceará, 1988.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1978.
- \_\_\_\_\_. (pseud. Fritz Mayer). *Agrarismo e industrialismo: ensaio sobre a insurreição armada de São Paulo, em 1924, sobre o imperialismo e o agrarismo*. Buenos Aires, 1926.

- CAMISASCA, Marina Mesquista. *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Questão agrária: bases sociais da política goiana (1930-1964)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- CANESIN GUIMARÃES, Maria Teresa. *Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964)*. Tese (Mestrado em Ciência Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1982.
- CARMELO FILHO, José Vieira. *Lampião, o sertão e sua gente*. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2001.
- CARNEIRO FERNANDES, Maria Esperança. *A revolta camponesa de formoso e trombas*. Goiânia: Ed. UFGO, 1988.
- CASTANHO, Sandra Maria. *Lei, trabalho e política no Brasil: lutas sociais e reforma agrária (1945-1964)*. Maringá: Eduem, 2009.
- CHAIA, Vera Lúcia. *Os conflitos de arrendatários de Sta. Fé do Sul – SP, 1959-1969*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CLAUDIN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. São Paulo: Global, 1985.
- COELHO, Marco Antonio Tavares. *Herança de um sonho: memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CORDEIRO, Cristiano. *Memória e história*. São Paulo: Lech, 1982. v. II.
- COSTA, Luís Flávio. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRJ, 1996.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O camponês e a história: a construção da Ulta e a formação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: Ipso – Insti-

- tuto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas: IAP – Instituto Astrojildo Pereira, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra em Formoso e Trombas e a revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Agrarismo e industrialismo: pioneirismo de uma reflexão*. *Revista Novos Rumos*, ano 12, n. 26, p. 54-61, set./out. 1997.
- \_\_\_\_\_; CABRAL, Fátima (Org.). *Entre o sabre e a pena: Nelson Werneck Sodré*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp/Fapesp, 2006.
- DAL RI, Neusa; VIEITEZ, Cândido. *Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: Ícone/Fapesp, 2008.
- DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB – GO: 1936-1948*. São Paulo: FFLCH, USP, 1984.
- DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB-1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- \_\_\_\_\_. Sodré e o feudalismo no Brasil. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (Org.). *Entre o sabre e a pena: Nelson Werneck Sodré*. São Paulo: Ed. Unesp/Fapesp, 2006.
- DOMINGOS NETO, Manuel. *O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba*. São Paulo: AnnaBlume, 2010.
- ESTEVES, Carlos Leandro. *Nas trincheiras: a luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964): uma resistência ampliada*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- FALEIROS, Maria Isabel. *Percursos e percalços do PCB no campo (1922-1964)*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- FERREIRA, Paula Elise. *As representações do camponês brasileiro: trabalhadores rurais na cultura política comunista*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- FIGUEIREDO, José Ricardo. *Modo de ver a produção no Brasil*. São Paulo: Educ; Campinas: Autores Associados, 2004.

- GARCIA, Maria Angélica Momenso. *Sindicalismo rural em Ribeirão Preto (SP) na década de 1950: a militância de Nazareno Ciavatta*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2005.
- GODOY, José. *O caminho de trombas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- KONDER, Leandro. *Intelectuais & marxismo no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- LIMA, Airton Souza. *Vítimas do ódio: a militância comunista e as lutas camponesas no interior paulista*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.
- LOVATTO, Angélica. *Os Cadernos do Povo Brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- \_\_\_\_\_. *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do Iseb*. São Paulo: Xamã/Arte Escrita, 2010.
- LOURENÇO, Elaine. *Americanos e caboclos: encontros e desencontros em Fordlândia e Belterra –PA*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.
- MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à nova república (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.
- MAIA, Cláudio Lopes. *Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira: a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

- MARIÁTEGUI, José Carlos. *As origens do fascismo*. Tradução, organização, prefácio e notas de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Alameda Editorial, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp-Marília Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classe no campo*. Campinas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. *O feudo – a casa da torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos (Org.). *História do marxismo no Brasil: visões do Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- MORALES, Lúcia Arrais. *Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha*. São Paulo: AnnaBlume; Fortaleza: Secult, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.
- NEIVA, Ivani. *O outro lado da colônia*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1984.
- NETTO, José Paulo. *Reedição de Sodré, Nelson Werneck: o naturalismo no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.
- PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro – 1922-1964*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- PAIVA, Odair. *Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)*. Bauru: Edusc, 2004.

- PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio histórico e político*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. *Nas terras do Rio Sem Dono*. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os cangaceiros: ensaios de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PINTO, João Alberto da Costa. “Os Impasses da Intelligentsia diante da Revolução Capitalista no Brasil (1930-1964): História e Política em Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré”. Doutorado em História, UFF/RJ, 2005.
- PRIORI, A. A. *A revolta camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)*. Tese (Doutorado em História e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000.
- SALLES, Antônio Pinheiro (Coord.). *A ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008.
- SANTOS, Manoel da Conceição; SOARES, Paula Elise Ferreira; ANTUNES, Wilkie Buzatti (Org.). *Chão de minha utopia*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.
- SILVA, Bráulio Rodrigues; MEDEIROS, Leonilde Sérvo de (Org.). *Memórias da luta pela terra na baixada fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2008.
- SILVA, Osvaldo Heller. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006.
- SOARES, Alcides Ribeiro. *Formação histórica e papel do setor estatal da economia brasileira – 1930-1989*. São Paulo: Lume, 1991.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à revolução brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Formação histórica do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

- \_\_\_\_\_. *História da burguesia brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- \_\_\_\_\_. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Memórias de um escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- \_\_\_\_\_. *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo: Global, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- SOUZA, Renato Dias. *Fazia tudo de novo: camponeses e o Partido Comunista em Formoso e Trombas (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960; o debate na esquerda: 1960-1980; programas de reforma agrária: 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; Expressão Popular, 2007.
- VINHAS, Moisés. *O partidão*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- \_\_\_\_\_; Sebastião Geraldo. *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*, São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- ZAIDAN, Michel. *PCB (1922-1929): na busca de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*. São Paulo: Vértice, 1988.

